

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ – UNIOESTE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA – NÍVEL MESTRADO
CAMPUS DE FRANCISCO BELTRÃO/PR

ROGÉRIO MICHAEL MUSATTO

PLURIATIVIDADE NA AGRICULTURA FAMILIAR NA
COMUNIDADE DE PALMEIRINHA NO MUNICÍPIO DE
ITAPEJARA D’ OESTE – PR

FRANCISCO BELTRÃO, PR.

2016

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ – UNIOESTE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA – NÍVEL MESTRADO
CAMPUS DE FRANCISCO BELTRÃO/PR

ROGÉRIO MICHAEL MUSATTO

**PLURIATIVIDADE NA AGRICULTURA FAMILIAR NA
COMUNIDADE DE PALMEIRINHA NO MUNICÍPIO DE
ITAPEJARA D’ OESTE – PR**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Geografia – nível Mestrado, área de concentração “Produção do Espaço e Meio Ambiente” na linha de pesquisa-Desenvolvimento Econômico e Dinâmicas Territoriais– da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Campus de Francisco Beltrão para obtenção do título de Mestre em Geografia..

Orientador: Prof^a. Dr^a. Roselí Alves dos Santos

Francisco Beltrão/PR

2016

Catálogo na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas - UNIOESTE – Campus Francisco Beltrão

Musatto, Rogério Michael
M985p Pluriatividade na agricultura familiar na comunidade de
Palmeirinha no município de Itapejara D' Oeste – PR. /
Rogério Michael Musatto. – Francisco Beltrão, 2016.
164 f.

Orientadora: Profª. Drª. Roseli Alves dos Santos.
Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade
Estadual do Oeste do Paraná – Campus de Francisco Beltrão,
2016.

1. Agricultura Familiar. 2. Economia agrícola. I. Santos,
Roseli Alves dos. II. Título.

CDD 20. ed.– 338.1098162

Sandra Regina Mendonça CRB – 9/1090

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS – CCH
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA – NÍVEL DE MESTRADO

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

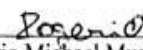
PLURIATIVIDADE NA AGRICULTURA FAMILIAR NA COMUNIDADE DE
PALMEIRINHA NO MUNICÍPIO DE ITAPEJARA D' OESTE-PR

Autor: Rogério Michael Musatto

Orientadora: Profa. Dra. Roseli Alves dos Santos

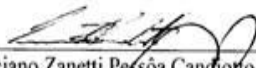
Este exemplar corresponde à redação final da
Dissertação defendida por Rogério Michael Musatto e
aprovada pela comissão julgadora.

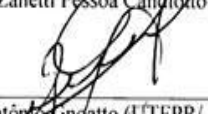
Data: 31 / 09 / 2016

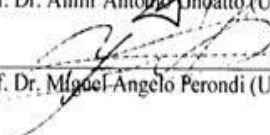

Rogério Michael Musatto

Comissão Julgadora:


Profa. Dra. Roseli Alves dos Santos (UNIOESTE – F.B)


Prof. Dr. Luciano Zanetti Pessoa Candiotto (UNIOESTE – F.B)


Prof. Dr. Almir Antônio Gnoatto (UTFPR/ Dois Vizinhos)


Prof. Dr. Miguel Ângelo Perondi (UTFPR/ Pato Branco)

Francisco Beltrão - PR
2016

AGRADECIMENTOS

A minha família pelo incentivo, ajuda, conselhos e toda a base material e psicológica necessária nesses dois anos de mestrado. Meus pais, por dedicarem muitas vezes parte das suas próprias vidas em minha causa, não somente nesta etapa, mas em todas as outras que a antecederam. A minha irmã, cunhado e sobrinha, que mesmo distantes em grande parte do tempo, sempre interessados, prestativos e ajudando quando possível.

Agradeço imensamente as orientações, os desafios propostos e a confiança depositada pela professora Roseli. A parceria acadêmica, desde 2011, quando da escolha de um tema para o TCC, o incentivo depois da graduação para a entrada no mestrado, e as doses certas de autonomia, incentivo e ao mesmo tempo as chamadas de atenção sobre o trabalho e conselhos que muitas vezes envolviam não somente a realização do trabalho, mas a todo ambiente que o cercava.

No plano acadêmico sou extremamente grato a CAPES, pela bolsa de pesquisa e os demais recursos disponibilizados para a realização do curso. Aos colegas e professores do GETERR, pelas trocas de conhecimento. Ao PPGG, nas pessoas da Andréia e dos professores Luciano e Marga que estiveram a frente do programa durante o período em que estive vinculado. Os professores do colegiado de Geografia da Unioeste e os acadêmicos, amigos e colegas do curso. Ao professor Almir Gnoatto pela participação e colaboração durante a qualificação, Miguel Perondi que prontamente demonstrou interesse em participar da banca de defesa.

Algumas pessoas que me deram suporte, amizade e companheirismo durante a realização do curso. Roberto Rech, Leonel, Acsa Gleici, Fernando Segalla, Nicolas, Cristian, Hernani, Leonardo, João Bandeira, Edimar, Gabriela, Eduarda, Paulo Uttama, Ana Biz, Rudimar, Maria Carolina, Lidiane, Polyana, Marcela, Maiara, Luis Braga, Máisa, Máira, Patrícia Seboldt, Thiago Machado, Vosnei, Francisca, Leila, Rakel, Aline Motter, Suzana, Maria Patrícia, enfim todos que estavam presentes durante o período.

São pessoas e instituições que deram sentidos ao trabalho, e ao mesmo tempo foram indispensáveis para a realização do mesmo.

RESUMO

PLURIATIVIDADE NA AGRICULTURA FAMILIAR NA COMUNIDADE DE PALMEIRINHA NO MUNICÍPIO DE ITAPEJARA D' OESTE – PR

Partindo de uma leitura territorial dos fatores responsáveis pela pluriatividade objetiva-se neste estudo compreender a importância econômica da mesma para as famílias de agricultores, além das mudanças provocadas a partir do desenvolvimento de atividades não-agrícolas por membros familiares. A pluriatividade é compreendida como estratégias de agricultores familiares no desenvolvimento de atividades não-agrícolas internas e externas a unidade de produção, como decorrentes de mudanças estruturais no campo e de relações intensificadas com as cidades, além das próprias dinâmicas internas nas unidades e famílias. É essa dinâmica que se busca apresentar, tendo como local de pesquisa a comunidade de Palmerinha no município de Itapejara d'Oeste, região Sudoeste paranaense. A escolha da comunidade se justifica pela proximidade com a cidade de Itapejara d'Oeste, a facilidade e rapidez nos deslocamentos, fatores que teoricamente contribuem para a intensificação das relações campo cidade. O território do Sudoeste paranaense manifesta as condições ideais para pesquisa sobre as características organizacionais da agricultura familiar, justamente pela formação territorial na ocupação do campo, e as mudanças econômicas e organizacionais que ocorreram nas últimas décadas. Assim pesquisa-se no município de Itapejara d'Oeste as alterações territoriais provocadas pela modernização da agricultura, as consequências técnicas/produtivas e organizacionais/sociais nas unidades de produção baseadas no trabalho familiar, as alternativas de renda como no desenvolvimento de atividades não-agrícolas combinadas com atividades agrícolas na unidade de produção.

Palavras - chave: Pluriatividade, Agricultura Familiar, Itapejara d'Oeste, Sudoeste paranaense

RESUMEN

PLURIACTIVIDAD EN LA AGRICULTURA FAMILIAR EN LA COMUNIDAD PALMEIRINHA EN EL MUNICIPIO DE ITAPEJARA D’ OESTE – PR

A partir de una lectura territorial de los factores responsables por la pluriactividad, el objetivo en este estudio es comprender su importancia económica a las familias de los agricultores, además, los cambios provocados a partir del desarrollo de actividades no agrícolas de los miembros de la familia. La pluriactividad es comprendida como una estrategia de los agricultores familiares en el desarrollo de actividades no agrícolas internas y externas a las unidades de producción, como resultado de los cambios estructurales en el campo y una mayor relación con las ciudades, además de la dinámica interna de las unidades y las familias. E con esa dinámica se busca presentar, con una búsqueda local en la comunidad de Palmeirinha en el municipio de Itapejara d’ Oeste, región Suroeste paranaense. Su elección se justifica por la proximidad con la ciudad de Itapejara d’Oeste, la eficacia y rapidez en el desplazamiento, factores que contribuyen teóricamente en la intensificación de las relaciones entre el campo y la ciudad. El territorio del Suroeste paranaense obtiene las condiciones ideales para la encuesta sobre las características organizacionales en la agricultura familiar, justamente por la formación territorial en la ocupación del campo, y los cambios económicos y organizacionales que ocurrieron en la última década. Por lo tanto, la búsqueda en el municipio de Itapejara d’ Oeste es relacionada a las alteraciones provocadas por la modernización de la agricultura, sus consecuencias técnicas/productivas y de organización social en las unidades de producción basadas en el trabajo familiar, las alternativas de renta como en el desarrollo de actividades no agrícolas en conjunto a actividades agrícolas en la unidad de producción.

Palavras - chave: Pluriactividad, Agricultura Familiar, Itapejara d’Oeste, Suroeste paranaense

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Itapejara d'Oeste: População censitária segundo tipo de domicílio e sexo – 2010.	106
Tabela 2: Estabelecimentos familiares e não familiares em Itapejara d'Oeste – 2006	107
Tabela 3: Tamanho dos estabelecimentos agropecuários - Itapejara d'Oeste e Sudoeste paranaense em 2006.....	107
Tabela 4: Estabelecimentos agropecuários e área segundo as atividades econômicas em Itapejara d'Oeste (PR) em 2006.	108
Tabela 5: Unidades agropecuárias com membro(s) desenvolvendo atividades econômicas fora do estabelecimento - Sudoeste Paranaense/Itapejara d'Oeste - 2006:.....	109
Tabela 6: Pesquisa sobre agricultores familiares pluriativos nas comunidades de Palmerinha e Salto Grande Itapejara d'Oeste – 2012:.....	110
Tabela 7: Itapejara d'Oeste - Número de estabelecimentos e empregos segundo as atividades econômicas – 2014:	111
Tabela 8: Principais ocupações da população economicamente ativa, município de Itapejara d'Oeste – 2010.....	112
Tabela 9: Famílias entrevistadas – Tamanho médio da unidade de produção:	121
Tabela 10: Famílias entrevistadas – Tempo habitando no local.....	121
Tabela 11: Famílias entrevistadas – Renda média em salários mínimos mensais.....	121
Tabela 12: Comparação de renda média em salários mínimos mensais – Famílias pluriativas e não pluriativas pesquisadas.....	132
Tabela 13: Tamanho das unidades: comparação entre pluriativas e não pluriativas.....	135
Tabela 14: Local de trabalho de agricultores pluriativos.	138
Tabela 15: Condição de uso da unidade: comparação entre pluriativas e não pluriativas.	141
Tabela 16: Peso da renda não-agrícola no orçamento total das famílias pluriativas.....	142
Tabela 17: Maior fonte de renda e principal atividade interna em unidades com famílias pluriativas:	144

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Classificação de Agricultores Familiares - estudo FAO/ INCRA (1994).....	31
Quadro 2: Características do “Novo rural brasileiro” em Graziano Da Silva 2002	59
Quadro 3: Schneider (2003) - Reestruturação agrária: Principais características	60
Quadro 4: Principais características organizacionais de unidades de produção a partir da atuação econômica e fontes de renda – Sudoeste paranaense	63

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Brasil – População: Situação de domicílio-1940/2010 - Milhões de habitantes.....	37
Gráfico 2: Sudoeste paranaense - População absoluta-1950/2010.....	94
Gráfico 3: Sudoeste paranaense - soja colhido ton/ha– 1980-1995.....	98
Gráfico 4: Sudoeste paranaense - soja colhido ton/ha– 1995-2010.....	98
Gráfico 5: Sudoeste paranaense - População urbana, rural e total-1991/2010.....	101
Gráfico 6 : Itapejara d'Oeste – Percentual por atividades referente ao valor bruto da Produção Rural - 2014.....	105
Gráfico 7: Itapejara d'Oeste-População Urbana, Rural e Total-1970/2010	106
Gráfico 8: Principal atividade interna nas unidades pesquisadas.	123
Gráfico 9: Principal fonte de renda de unidades que tem na agricultura a principal atividade interna.	124
Gráfico 10: Principal fonte de renda das famílias pesquisadas.	128
Gráfico 11: Número de membros pluriativos nas unidades de produção pesquisadas.....	130
Gráfico 12: Principal atividade interna em unidades pluriativas pesquisadas.....	131
Gráfico 13: Tamanho médio das unidades com famílias pluriativas pesquisadas.	136
Gráfico 14: Principal fonte de renda das famílias pluriativas.	143

LISTA DE FOTOS

Foto 1: Vista parcial do Bairro Bem Viver, perímetro urbano de Itapejara d'Oeste.....	112
Foto2: Vista parcial da Comunidade de Palmeirinha.	115
Foto3: Centro comunitário de Palmeirinha Itapejara d'Oeste..	116
Foto4: Entrevista realizada na comunidade de Palmeirinha:.....	117
Foto5: Pioneiro da comunidade de Palmeirinha:.....	119
Foto6: Local de moradia com família pesquisada n. 60... ..	125
Foto7: Moradia e aviário na unidade pesquisada n. 23..	133
Foto8: Residência familiar na unidade pesquisada n. 19.....	134
Foto9: Residências na unidade pesquisada n. 36.....	137
Foto 10: Residências na unidade pesquisada n. 59.....	139
Foto 11: Residência na unidade pesquisada n. 02..	141
Foto 12: Local de moradia na unidade pesquisada n. 53.....	144
Foto 13: Locais de moradias referentes à unidade pesquisada n. 31	146

LISTA DE SIGLAS

II PND–II Plano de Desenvolvimento Nacional

ACARPA–Associação de Crédito e Assistência Rural do Paraná

AMSOP – Associação dos Municípios do Sudoeste do Paraná

CAMDUL–Cooperativa Agrícola Mista Duovizinhense

CANGO – Colônia Agrícola Nacional General Osório

CEE–Comunidade Econômica Europeia

CITLA – Clevelândia Industrial e Territorial Ltda.

COAGRO–Cooperativa Agropecuária Capanema

COASUL–Cooperativa Agroindustrial Sudoeste Ltda.

CONTAG– Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura

CUT –Central Única dos Trabalhadores

EMATER – Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural

FAO–Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura

FETRAF-SUL–Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da região Sul

GETERR–Grupo de Estudos Territoriais

GETSOP – Grupo Executivo para Terras do Sudoeste do Paraná

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INCRA–Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

IPARDES – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social

IPEA –Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

PAC–Política Agrícola Comum (União Europeia)

PIB – Produto Interno Bruto

PRONAF–Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

SEAB–Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento

SNCR–Sistema Nacional de Crédito Rural

UNIOESTE–Universidade Estadual do Oeste do Paraná

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO 1: AGRICULTURA FAMILIAR E A MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA.....	17
1.1 A abordagem territorial para compreensão das estratégias de agricultores familiares no desenvolvimento de atividades não-agrícolas	18
1.2 Agricultura familiar enquanto categoria de análise.....	24
1.2.1 Agricultura familiar e políticas públicas	29
1.3 Organização e transformações no campo brasileiro - uma leitura territorial	34
1.3.1 Modernização da agricultura no Brasil: territorialização do capital e agentes territoriais	37
1.3.2 Modernização da agricultura – análise histórico-organizacional	41
1.4 Globalização do setor agropecuário nacional - alterações territoriais e novas relações campo-cidade	48
1.5 Dinâmicas organizacionais decorrentes das mudanças estruturais no campo	55
CAPÍTULO 2 PLURIATIVIDADE – DISCUSSÕES TEÓRICAS COMO BASE À PESQUISA EMPÍRICA	65
2.1 Pluriatividade - características teóricas conceituais	67
2.2 A pluriatividade: da família e/ou da unidade de produção.....	76
2.3 Consequências e mudanças internas em famílias pluriativas	83
2.4 Classificação tipológica - diferenciação de unidades pluriativas	87
CAPÍTULO 3 ITAPEJARA D'OESTE – CARACTERÍSTICAS TERRITORIAIS E CASOS DE PLURIATIVIDADE NA AGRICULTURA FAMILIAR	90
3.1 A modernização da agricultura no Sudoeste paranaense	95
3.2 Caracterização do município de Itapejara D'Oeste	104
3.3 Formação e características territoriais da comunidade Palmeirinha – Itapejara D'Oeste ...	113
3.3.1 Principais características das famílias pesquisadas	120
3.3.2 Principal atividade na unidade e maior fonte de renda nas unidades pesquisadas.....	123
3.4 Características internas de unidades de produção e desenvolvimento de pluriatividade na comunidade de Palmeirinha, Itapejara D'Oeste	127
3.4.1 Renda agrícola e não-agrícola - combinações.....	131
3.4.2 Tamanho da unidade e relação com o desenvolvimento de atividade não-agrícola....	135
3.4.3 Setores de inserção de agricultores familiares pluriativos	136
3.4.4 Principais características de famílias pluriativas.....	140
CONSIDERAÇÕES.....	148
REFERÊNCIAS	155

INTRODUÇÃO

Compreendida como combinação de atividades agrícolas e não-agrícolas, tanto internas quanto externas às unidades de produção, a pluriatividade na agricultura familiar, além de representar uma estratégia da família, pode ser compreendida como uma dinâmica decorrente de mudanças estruturais no campo que se intensifica a partir do processo denominado modernização da agricultura, além das relações estabelecidas entre campo e cidade.

É essa dinâmica que se busca apresentar, tendo como local de pesquisa a comunidade de Palmeirinha, no município de Itapejara D'Oeste, região Sudoeste paranaense, localizado no mapa 1.

Partindo de uma análise geográfica, preocupa-se, portanto, não somente com as decisões internas das famílias pluriativas, mas com fatores externos, as implicações territoriais que os influenciam, assim como a proximidade de postos de trabalho na cidade para a compreensão da pluriatividade na agricultura familiar.

Para ser possível a compreensão da pluriatividade como estratégia territorial de famílias de pequenos agricultores, acredita-se necessária uma leitura territorial do campo, apontando para as formas predominantes de organização, ou seja: dinâmicas como a produção em grande escala, a intensa utilização de máquinas, insumos e capitais e as ligações comerciais presentes nas atividades agrícolas.

Essas considerações permitem compreender a marginalização das pequenas unidades de produção frente ao processo de modernização da agricultura e, conseqüentemente, o desenvolvimento de estratégias de sobrevivência por agricultores familiares.

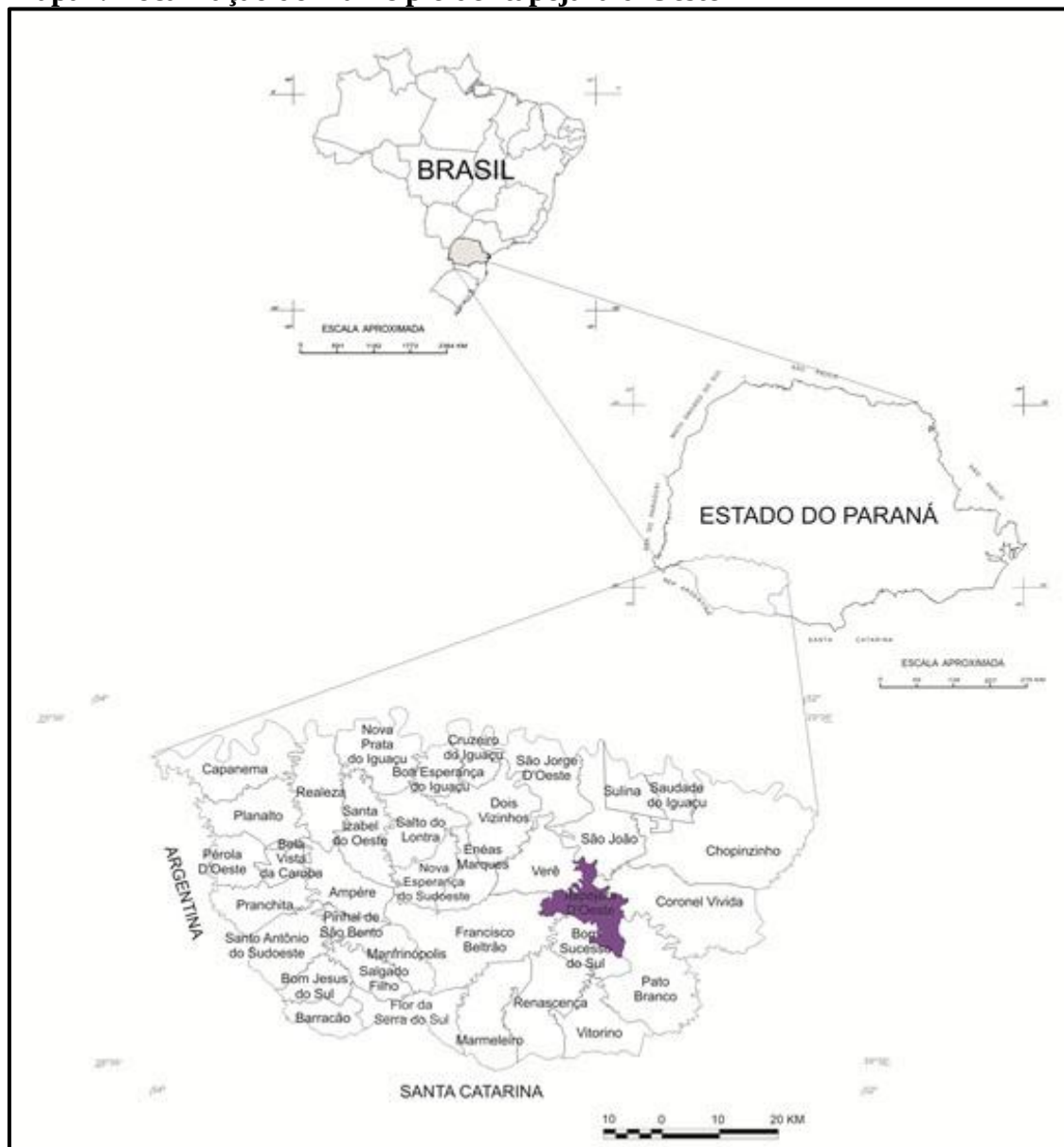
Uma leitura territorial a partir das alterações estruturais históricas no campo, nas modificações que expressam mudanças a níveis nacionais e internacionais, é necessária para pesquisar no território em questão as modificações e, então, chegar à compreensão da pluriatividade na agricultura familiar.

Permeadas por relações de poder que se manifestam a partir dos diferentes agentes que atuam em determinado território, as estratégias desenvolvidas por agricultores familiares para atuação no campo sofrem influências territoriais externas à unidade de produção.

Compreendida como estratégia territorial de agricultores e, ao mesmo tempo, como consequência, a partir da intensificação de processos de alterações produtivas e

organizacionais no campo, a pluriatividade na agricultura familiar situa-se em meio a mudanças que não ocorrem somente no campo, mas também nas cidades que apresentem ligações e relações intensas com o campo.

Mapa1: Localização do município de Itapejara d'Oeste – PR



Mapa base: IBGE. Org: Rogério Musatto. 2015.

Quando refere-se a estratégias territoriais no estudo, o termo é compreendido como uma decisão de membros ou famílias no desenvolvimento de determinada atividade econômica, nesse caso relacionada a uma atividade não agrícola, mantendo na unidade de produção no campo o local de moradia. Essas estratégias desenvolvidas em determinado território são influenciadas por fatores externos e internos a unidade de produção familiar, configurando uma estratégia que além de individual e/ou familiar e também territorial.

A partir de uma abordagem territorial, tornam-se mais compreensíveis os fatores externos que levam famílias de agricultores a desenvolverem atividades não-agrícolas, seja como complemento ou como fonte de renda principal.

Uma análise da agricultura familiar torna-se importante justamente para compreender as diferentes características, as influências da agricultura modernizada e as consequências para as pequenas unidades, onde o desenvolvimento da pluriatividade se manifesta.

As próprias estratégias de atuação das famílias de agricultores são mais facilmente compreendidas após uma apresentação das principais características da agricultura familiar. A definição a partir do Estado, em que mesmo unidades onde o maior percentual de renda pode ser externa sendo classificada como agricultura familiar permitindo o financiamento de atividades internas, pode ser compreendido como fator que incentiva o desenvolvimento de atividades não-agrícolas.

Essa categoria apresenta uma complexidade de combinações e arranjos familiares a partir do desenvolvimento de diferentes atividades econômicas e até mesmo pelas adaptações das unidades familiares às características territoriais as quais estão inseridas.

A partir da intensificação das relações capitalistas no campo brasileiro, ocorre a atuação tanto econômica quanto política de diversos agentes/atores, como o Estado, empresas e capitais, bem como organizações sociais e sindicatos, condicionando para as atuais formas de organização territorial.

Com a modernização da agricultura, acontece uma diferenciação entre unidades de produção, tanto em termos de integração parcial aos processos produtivos quanto na marginalização e não participação dos circuitos produtivos às quais as atividades agrícolas se estruturam.

A partir do apontamento das características organizacionais da agricultura brasileira com a modernização técnico-produtiva e das ligações agricultura, indústria e mercado financeiro, acredita-se compreender a posição da agricultura familiar e, conseqüentemente, suas estratégias de atuação.

O papel decisivo de alguns agentes territoriais, principalmente o Estado e o capital, materializado nas empresas que atuam no setor agrícola, são responsáveis pela atual organização territorial do campo brasileiro. Apesar da diminuição de atuação direta, principalmente a partir da década de 1990, o Estado continua financiando e

regularizando o setor, mesmo que o capital privado se mostre significativo e influente nas últimas décadas.

Ao mesmo tempo, ocorre uma dispersão industrial pelo território nacional, perceptível no município de Itapejara D'Oeste, onde as atividades agrícolas que se apresentavam absolutas até décadas anteriores passam a apresentar estabelecimentos industriais e comerciais fomentadores das atividades agrícolas.

São, sobretudo, agroindústrias beneficiadoras, mas também comercializadoras de máquinas e demais insumos exigidos para a produção, além de uma ampla cadeia responsável pela logística agrícola.

Esses elementos são aqui compreendidos como potencializadores das relações territoriais entre o campo e as cidades e, conseqüentemente, influentes nas diversificações econômicas de agricultores familiares, sendo que a oferta de postos de trabalho próximo às unidades de produção é vista como contribuintes para a inserção dos mesmos.

Além disso, as próprias estratégias internas das famílias de agricultores, como a subocupação da força de trabalho na unidade de produção, a incapacidade de manutenção apenas com atividades agrícolas e fatores como tamanho da unidade fazem com que ocorra essa diversificação das atividades e fontes de renda das famílias de agricultores.

É em meio a essas análises teóricas que se procura compreender, como objetivo geral da pesquisa, a importância econômica da pluriatividade para as famílias de agricultores, assim como as mudanças provocadas a partir do desenvolvimento de atividades não-agrícolas, tendo como local de pesquisa a comunidade de Palmeirinha, município de Itapejara D'Oeste.

A escolha da comunidade se justifica pela proximidade com a cidade de Itapejara D'Oeste, a facilidade e a rapidez nos deslocamentos, fatores que teoricamente contribuem para a intensificação das relações campo cidade. Além das características do campo na comunidade, existe a presença de atividades agrícolas modernizadas, em um local onde unidades de produção familiares se mostram significativas.

Dentre os objetivos específicos da pesquisa está analisar as principais mudanças organizacionais nas unidades de produção e nas famílias de agricultores, a partir da inserção de membros em atividades não-agrícolas.

Analisa-se, também, além de fatores externos, as estratégias internas das famílias para que ocorra o desenvolvimento da pluriatividade. A comparação entre a

principal atividade interna na unidade de produção e a principal fonte de renda da família, na análise da importância e peso das atividades agrícolas em comparação com as rendas não-agrícolas.

Observa-se, ainda, os principais setores e locais de inserção de agricultores familiares que desenvolvem uma atividade não-agrícola, e ao mesmo tempo busca-se compreender a importância econômica para unidades familiares e as alterações nessas famílias pluriativas.

A metodologia da pesquisa e a estrutura da dissertação se apresentam da seguinte forma: no primeiro capítulo, a leitura e apresentação das principais características dos conceitos de território e territorialização utilizados no levantamento geográfico das condições de efetivação da pluriatividade. A apresentação metodológica a respeito deste tema é feita a partir de apontamentos teóricos, principalmente nas ideias de autores como Saquet (2007, 2011) e Raffestin (1993).

Analisa-se as características da agricultura familiar que possibilitam a compreensão da heterogeneidade organizacional a partir das estratégias desenvolvidas por essa categoria frente às alterações estruturais apresentadas no campo. Essa leitura é feita a partir de autores como Wanderley (2003), Fernandes (2002), Sauer (2008) e Candiottto (2007).

Ainda no primeiro capítulo, apresenta-se uma consideração teórica das mudanças estruturais no campo, como sendo transformações históricas pautadas em políticas nacionais e decorrentes de movimentos econômicos globais concretizados na modernização técnico-produtiva e nas mudanças sociais/organizacionais da agricultura. O tema se baseia, principalmente, nos apontamentos de Graziano da Silva (1998), (2002), Elias (2003) e Santos (2008). São apresentados também dados a respeito das principais mudanças no campo, estruturados em tabelas e gráficos.

No segundo capítulo, a pesquisa apresenta apontamentos sobre o conceito de pluriatividade, as principais características teóricas, o surgimento e utilização nas ciências sociais, assim como a compreensão de alguns fatores internos de famílias de agricultores que contribuem para o desenvolvimento da pluriatividade. São autores basilares deste capítulo: Schneider (2003), Perondi (2007) e Candiottto (2007).

No terceiro e último capítulo, organiza-se uma caracterização do município de Itapejara D'Oeste, assim como uma leitura das características da agricultura que se apresentam no Sudoeste paranaense, com suas particularidades históricas.

A consideração das mudanças na agricultura regional se justifica pela similaridade com as características do local pesquisado, como na presença de pequenas unidades de produção, o período histórico de intensificação das relações capitalistas nas atividades agropecuárias, assim como as características físicas do relevo regional.

A organização metodológica deste tema se baseia nas leituras de Santos (2008) e Perondi (2007) e na apresentação de dados secundários do IBGE, IPARDES, secretarias municipais de Itapejara D'Oeste, estruturados em tabelas e gráficos.

Antes da apresentação dos dados levantados na pesquisa empírica, é feita uma caracterização territorial da comunidade de Palmeirinha, considerando mudanças históricas no local a partir de entrevistas com alguns moradores.

Os números referentes à pesquisa a campo, sobre a agricultura familiar local, contemplam os principais aspectos organizacionais dos agricultores na comunidade de Palmeirinha, assim como a apresentação das famílias e unidades pluriativas, a partir dos objetivos da pesquisa.

Essa apresentação é organizada através de tabelas e gráficos, assim como entrevistas qualitativas que contemplam algumas particularidades das famílias entrevistadas. As características pesquisadas estão presentes no questionário apresentado em anexo. A organização dos números coletados a campo é feita através do *software* SPSS, possibilitando alguns cruzamentos de informações estatísticas.

Na comunidade de Palmeirinha, são 120 famílias de agricultores presentes, de acordo com dados da Secretaria Municipal de Agricultura de Itapejara D'Oeste. Neste estudo foram pesquisadas 60 famílias entre os dias 24 de setembro e 16 de outubro de 2015.

O número de 60 famílias pesquisadas foi adotado pela necessidade de contemplar um número considerável de famílias que habitam a comunidade, sendo que se procurou pesquisar famílias de vários pontos e distribuições na comunidade, de acordo com a disponibilidade das mesmas em participar da pesquisa, e através de indicações entre as próprias famílias para a escolha das demais.

Posteriormente, retornou-se a 6 unidades, onde foram feitas entrevistas para o detalhamento de algumas características de organização, sendo unidades consideradas referência de certos arranjos organizacionais.

CAPÍTULO 1: AGRICULTURA FAMILIAR E A MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA

Busca-se neste capítulo discutir o processo de modernização da agricultura a partir da territorialização do capitalismo no campo brasileiro, considerando as alterações econômicas produtivas e sociais organizacionais no território e o desenvolvimento de atividades não-agrícolas em unidades baseadas no trabalho familiar, e ou na integração de membros familiares a outros setores econômicos.

Entende-se fundamental uma análise das modificações histórico-estruturais em âmbito nacional de organização no campo, para que seja possível uma melhor caracterização das manifestações territoriais em Itapejara D'Oeste, local de estudo.

Trata-se de uma abordagem territorial a partir dos apontamentos teóricos de Raffestin (1993) e Saquet (2007, 2011) dentre outros autores, para compreender as relações de poder que se manifestam historicamente no território como fatores de alterações tanto econômicas produtivas quanto sociais organizacionais.

Na análise do processo de modernização da agricultura, utilizam-se principalmente as leituras de Graziano da Silva (1998, 2002), que destaca o surgimento e a consolidação dos complexos agroindustriais nas ligações do setor produtivo agrícola com a indústria e o mercado financeiro.

Elias (2006 e 2013) aponta para as transformações advindas do período histórico denominado globalização, suas implicações na organização e desenvolvimento de atividades agrícolas, com transformações não somente no campo, mas em cidades onde o entorno apresenta atividades integradas aos complexos agroindustriais e, a partir dessa característica, a própria relação campo-cidade como contribuinte para a pluriatividade na agricultura familiar.

As leituras de Santos (2008), além de possibilitarem uma análise a partir da territorialização do capitalismo no campo, apresentam as características e peculiaridades da modernização da agricultura no Sudoeste paranaense e suas consequências territoriais.

O recorte espacial e temporal deste capítulo está centrado na escala nacional, no processo de modernização da agricultura a partir do início do séc. XX com o surgimento das bases de integração agricultura e indústria. São apresentações bases para a compreensão do processo de modernização da agricultura no Sudoeste paranaense, como parte da dinâmica nacional.

Para que essa leitura seja possível, organizam-se algumas explicações conceituais para possibilitar uma compreensão da abordagem territorial utilizada, assim como a definição de agricultores familiares pesquisados nos casos de pluriatividade.

1.1 A abordagem territorial para compreensão das estratégias de agricultores familiares no desenvolvimento de atividades não-agrícolas

As principais modificações no campo brasileiro a partir da territorialização do capitalismo se materializam tanto concreta quanto simbolicamente na modernização da agricultura, configurando as alterações econômicas produtivas e sociais organizacionais. Estas são compreensíveis a partir de uma análise territorial que considere os fatores econômicos, políticos, naturais e culturais atuantes.

Sendo assim, apresenta-se uma leitura do processo de territorialização, considerando mudanças políticas e econômicas em nível nacional, inserções e alterações técnicas, novas atividades produtivas, costumes e práticas territoriais no espaço agrário.

A começar pelas relações de poder presentes no território, efetiva-se a atuação de diferentes atores sociais em interação, como, por exemplo, o Estado, empresas e capitais, movimentos e organizações sociais, agricultores proprietários individualizados ou posseiros, meeiros, empregados e arrendatários, dentre outros.

A partir da configuração e concretização das atuais formas organizacionais de produção e as dinâmicas sociais no campo brasileiro, pode-se pensar nas mesmas como resultado de uma constante disputa de poderes e interesses tanto do Estado quanto do capital e dos movimentos sociais e sindicais.

Dessa forma, utiliza-se uma abordagem territorial como ferramenta metodológica principal para esta análise¹, sendo fundamental para compreender as relações de poder presentes no campo, as mudanças e permanências em termos de atividades produtivas, objetos técnicos e dinâmicas sociais, bem como as diferentes estratégias de atuação dos agricultores familiares, o que previamente se aponta para as atividades não-agrícolas.

Nesse sentido, o conceito de território e o debate sobre os processos de territorialização do capitalismo no campo fundamentam a pesquisa no plano teórico-metodológico da análise geográfica. Para tanto, foram utilizadas publicações de

¹A importância na definição e utilização de um conceito na pesquisa científica na geografia, bem como nas ciências sociais deve-se ao fato de que: “Os conceitos servem para traduzir os movimentos que movem o mundo: da particularidade dos indivíduos, corpos, poderes, forças e acontecimentos, em seus processos específicos, aos universais que compõem a realidade social” (FLÁVIO, 2011, p.28).

pesquisas e reflexões desenvolvidas pelo Grupo de Estudos Territoriais (GETERR) da Unioeste, campus de Francisco Beltrão, com destaque para Saquet (2007, 2011), Santos (2008), Flavio (2011), Candiottto (2004, 2007) e Saquet e Sinhorini (2008)².

Nossa orientação teórico-metodológica está centrada na abordagem territorial, ou seja, o conceito de território e a noção de territorialidade são basilares em nossos estudos, como “ponto de partida” para a interpretação e representação dos processos sócio-espaciais (SAQUET; SINHORINI, 2008, p.184).

Dessa forma, para a compreensão das estratégias territoriais representadas pela pluriatividade frente às modificações agrárias estruturais, como efetivação material/concreta ou imaterial/ideológica em um determinado território, acredita-se pertinente uma apresentação das principais idéias a respeito do conceito de território na ciência geográfica.

Sobre o uso do conceito de território em estudos geográficos, considera como ponto importante o movimento de renovação do pensamento geográfico a partir das décadas de 1960 e 1970.

Nesse período, dá-se a reelaboração da geografia (humana) no Brasil centrada no conceito de espaço geográfico como grande categoria de explicação nessa ciência, especialmente, para aqueles que trabalhavam com aspectos da teoria do valor de Marx (SAQUET; SILVA, 2008, p. 27).

Saquet e Silva (2008) destacam a importância de autores como Milton Santos nesse processo de renovação da Geografia brasileira a partir das décadas de 1960 e 1970, juntamente com: “Manuel Correia de Andrade, Ruy Moreira, Ariovaldo Umbelino de Oliveira, Carlos Walter Porto Gonçalves, Antônio Carlos Robert Moraes, Armando Corrêa da Silva, Armen Mamigonian, Roberto Lobato Corrêa” (p. 27).

De acordo com as análises de Moraes (2005) e Saquet (2007), é somente a partir desse processo de renovação da ciência geográfica que se tem “uma discussão crítica e se recoloca no centro das atenções, no pensamento geográfico, o conceito de território” (SAQUET, 2007, p.37). Ocorre a “superação da geografia de base positivista

² Os conceitos de território e territorialização utilizados na pesquisa juntamente com o debate do objeto de pesquisa integram as discussões, levantamentos teóricos e empíricos realizados no Grupo de Estudos Territoriais (GETERR) da Unioeste Campus de Francisco Beltrão – PR, ao qual estamos vinculados. “Temos duas frentes principais de estudos: uma sobre as abordagens e concepções de território e territorialidade, tratados juntamente com outros conceitos basilares da geografia, como paisagem e espaço. Outra, mais específica, sobre a colonização efetiva do Sudoeste do Paraná, evidenciando sujeitos e processos” (SAQUET; SINHORINI, 2008, p.183).

e neopositivista” para uma geografia sustentada pelo materialismo histórico e dialético, levando ao surgimento da chamada Geografia crítica, como aponta Moraes (2005).

O conceito de território é retomado, nos anos 1970, em abordagens que procuram explicar a dominação social, a constituição e expansão do poderio do Estado-Nação, a geopolítica, a reprodução do capital, a problemática do desenvolvimento desigual, a importância de signos e símbolos como formas de controle na vida cotidiana e as próprias bases epistemológicas do pensamento geográfico (SAQUET, 2007, p.53).

Para Saquet (2007), a “renovação e o fortalecimento” do conceito de território, ocorridos principalmente a partir das décadas de 1970 e 1980, deve-se a “interações e debates teórico-metodológicos de Dematteis, Quaini, Raffestin, Gottmann, Lefebvre e Harvey (...) E. Soja, G. Deleuze, F. Guattari, A. Magnaghi e A. Bagnasco” (p. 45), que aconteceram internacionalmente, com destaque para a Geografia francesa e italiana.

De acordo com Dematteis (2007), o território se trata “de um espaço de interação entre atores” e, logicamente, entre esses e a “materialidade do ambiente natural e construído” (p. 8) essa definição decorre em grande parte da crítica marxista da economia política e da sociedade capitalista.

“Eu acredito que a contribuição de Marx e do pensamento marxista, até a contribuição mais recente de teóricos neomarxistas do território (...), foram decisivas” (DEMATTEIS, 2007, p. 8).

Partindo das técnicas e características de produção que se efetivam a partir da atuação de diferentes atores que, conseqüentemente, desenvolvem territorialidades, “o território, assim, resulta como conteúdo, meio e processo de relações sociais. Essas relações sociais que são, ao mesmo tempo, materiais substantivam o território” (DEMATTEIS, 2007, p. 8).

Além dessa característica na organização do conceito de território e por consequência o processo de territorialização, outro elemento da teoria marxista de acordo com Dematteis (2007) é incorporado: os conflitos de classes “no qual o território é mediador das relações sociais de produção” (DEMATTEIS, 2007, p. 9).

Raffestin (1993) entende o território a partir da interação entre os diversos atores que, ao se relacionarem sob um determinado espaço, modificam-no, mesmo inconscientemente através de relações de poder³.

³ “Na Geografia contemporânea, Raffestin (1993) é um dos autores de destaque no debate sobre território e poder. Ao colocar que a Geografia Política clássica foi trabalhada simplesmente como uma “Geografia

Território para Raffestin (1993): [...] um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder. [...] o território se apóia no espaço, mas não é espaço. É uma produção a partir do espaço, que se inscreve num campo de poder. (p. 144).

“Nesse sentido, Raffestin (1993) constrói uma abordagem relacional na qual o território é formado pelas relações de poder multidimensionais e a territorialidade é o produto dessas relações” (GALVÃO *et al*, 2009, p.34).

No Brasil, Saquet (2007, p.122) faz uma comparação com alguns autores considerados basilares para a concretização do conceito de território na geografia, como Milton Santos, e classifica a abordagem do mesmo como “materialista, centrada no conceito de espaço geográfico”.

“Rogério Haesbaert produz uma concepção que denomina de integradora ou híbrida entre as dimensões material e ideária do território, com ênfase nas processualidades culturais e políticas” (SAQUET, 2007, p.122).

Quanto a sua abordagem, Saquet (2007, p.122) classifica como sendo: “(i)material do território, que também possa possibilitar a apreensão de aspectos da relação matéria-ideia, em unidade, destacando os fatores e processos político-econômicos”.

“O território, dessa maneira, é objetivado por relações sociais, de poder e dominação, o que implica a cristalização de uma territorialidade, ou de territorialidades no espaço, a partir das diferentes atividades cotidianas” (SAQUET, 2007, p.76).

Essa territorialidade ocorre em um determinado espaço, onde há modificações tanto materializadas como nas formas de poder imaterial representativo e ou inconsciente que modificam o espaço. Sendo assim, vai ao encontro das ideias de Raffestin (1993) e “entende o espaço como substrato, palco pré-existente ao território” (SAQUET, 2007, p.77).

Além disso, a produção territorial a partir das relações sociedade natureza e entre os sujeitos é efetivada, de acordo com Saquet e Sinhorini (2008), a partir dos elementos constituintes apontados a seguir:

do Estado”, deixando de abstrair outras formas de poder, Raffestin inclui novas variáveis em sua tentativa de sistematizar uma Geografia do Poder (...) o Poder, manifestado através dos aparelhos institucionais complexos que encerram o território, controlam a população e dominam os recursos, sendo o poder visível e identificável, controlado pelo Estado; e o poder que está presente em cada relação e esconde-se em todos os lugares atrás do Poder do Estado, pois é invisível e, por conseguinte, o mais perigoso” (CANDIOTTO, 2007, p.54).

As redes de circulação e comunicação, traduzidas através de nós, redes e malhas. • as identidades culturais e/ou as identidades mais gerais, ocorridas no âmbito das relações sociais políticas e econômicas. • as relações de poder em sua multidimensionalidade. • a natureza exterior ao homem: solo, clima, vegetação, fauna, hidrografia. • os processos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização. • o movimento mais geral, ou seja, o movimento sempre constante do tempo e do espaço em unidade universal (SAQUET; SINHORINI, 2008, p.185).

As relações de poder presentes nas relações sociais e na relação homem natureza fazem parte de um movimento que produz territorialidades ao produzir e organizar a vida em sociedade.

Há, a nosso ver, (...) um movimento incessante da vida na sociedade e na natureza, cuja relação é mediada por instrumentos, técnicas, tecnologias, linguagens, saberes, todos envolvidos pelo poder, por identidades, temporalidades e redes de circulação e comunicação. Esse movimento incessante é, ao mesmo tempo, histórico e relacional, material e imaterial, contendo mudanças (rupturas) e permanências (continuidades) (SAQUET; SINHORINI, 2008, p.186).

Saquet e Sinhorini (2008), ao apresentarem algumas características importantes do processo de territorialização das formas de produção agrícola no Sudoeste paranaense, a partir da colonização e posterior modernização da agricultura, esclarecem também algumas características principais dos processos de territorialização no plano teórico.

Para Saquet e Sinhorini (2008), o capital presente através das empresas transnacionais participa do processo de produção territorial a partir da constituição de redes de comunicação e circulação, de informações e de energia, movimento esse que faz parte da organização do modo capitalista de produção em suas várias formas de atuação e organização.

Da mesma forma, as organizações locais e comunitárias podem constituir territorialidades que aceitam alterações de outras escalas ou as rejeitam, assim como existe a ação do Estado:

Há um movimento de territorialização que é histórico e transescalar, envolvendo muitos indivíduos e lugares; a edificação de redes de circulação e comunicação; o controle da produção e do mercado; a atuação do Estado através de subsídios diversos, entre outros elementos que estão sempre presentes na expansão do modo capitalista de produção. (SAQUET; SINHORINI, 2008, p.191).

Complementado com as idéias de Raffestin (1993), a construção e modificação de um determinado território se configura no constante processo denominado de (Territorialização, Desterritorialização e Reterritorialização).

Toda produção do sistema territorial determina ou condiciona uma consumação deste. Tessituras, nodosidades e redes criam vizinhanças, acessos, convergências, mas também disjunções, rupturas e distanciamentos que os indivíduos e os grupos devem assumir (RAFFESTIN, 1993, p. 161).

Assim materializam-se no território elementos e alterações derivados dessa interação dialética entre os diversos atores formadores.

O território é produzido por atores através da energia e da informação, ou seja, da efetivação, no espaço (...) das redes de circulação-comunicação, das relações de poder (ações políticas), das atividades produtivas, das representações simbólicas e das malhas (SAQUET, 2009, p. 79).

Para a análise, é fundamental a consideração do processo de territorialização que se manifesta no campo, por exemplo, através das alterações a partir da modernização estrutural da agricultura, como no desenvolvimento de atividades não-agrícolas e ou nas resistências ou adaptações das formas de produção anteriores, configurando cada território como único com rupturas e continuidades próprias em seu arranjo territorial.

A territorialização, desse modo, significa apropriação social de um fragmento do espaço a partir das relações sociais, das regras e normas, das condições naturais, do trabalho, das técnicas e tecnologias, das redes (de circulação e comunicação) e das conflitualidades que envolvem as diferenças e desigualdades bem como identidades e regionalismos, historicamente determinados (SAQUET, 2007, p. 22).

Tem-se nessa análise a ideia de que a territorialização está ligada ao processo de construção e alteração do território, sendo efetivado pelas relações de poder nele manifestado, a partir dos vários atores envolvidos.

A ideia apresentada por (SAQUET *et al.* 2010, p.60) é fundamental para o estudo: onde: “Os territórios manifestam-se (concreta e simbolicamente) nos lugares, porém, a territorialização combina aspectos gerais ligados ao movimento de reprodução da sociedade e da natureza com elementos específicos de cada lugar”.

Essa territorialização é manifestada fisicamente e ao mesmo tempo corresponde às relações políticas e à atuação econômica de determinado(s) ator(es), ou

seja, pode ser manifestada tanto material/física quando imaterial/ideológica em determinado território.

São manifestações territoriais, portanto, que se apresentam no campo, onde diversos atores provocam modificações/alterações, sendo que a agricultura familiar participa desse processo, tanto criando estratégias de permanência como sendo fortemente influenciada por mudanças estruturais.

A pluriatividade nesse contexto de manifestações territoriais pode ser compreendida como uma estratégia territorial praticada por alguns agricultores, sendo que essas práticas são influenciadas por fatores internos, a unidade de produção, e por fatores externos de outras escalas, como regional, nacional e global.

A partir de uma leitura territorial, a pluriatividade pode ser vista como uma forma de resistência e ou estratégia de famílias de agricultores frente à intensificação de práticas capitalistas no campo em que a saída em direção às cidades seria a dinâmica mais comum.

Compreendida também como consequência das próprias alterações produtivas e organizacionais que o mercado produz em determinado território, mudando as formas de atuação de agricultores, como na diminuição da mão de obra necessária à produção a partir da mecanização das atividades.

Dessa forma, a leitura territorial faz com que se leve em consideração os principais atores do território que contribuem para a ocorrência de pluriatividade por parte de agricultores familiares.

Assim, munidos de alguns esclarecimentos teóricos a partir dos conceitos de território e territorialização, opta-se por discorrer, de forma sintética, sobre alguns elementos teóricos e conceituais que orientarão a pesquisa, como o debate sobre agricultura familiar, territorialização da modernização da agricultura no Brasil e desenvolvimento de atividades não-agrícolas no espaço rural.

1.2 Agricultura familiar enquanto categoria de análise

São várias as possibilidades de análise a partir das diferentes características de organização social, econômica e atuação política da categoria agricultura familiar. Composta por pequenos produtores agrícolas que têm na família sua fonte principal de mão de obra, bem como a preocupação central com a sua reprodução e sucessão e uma profunda ligação com a terra.

Justamente pelas variadas possibilidades de análise e, principalmente, pela existência de diferentes características de organização dessa categoria, acredita-se como fatores que contribuem para a existência de contradições conceituais, principalmente entre as categorias agricultura familiar e campesinato.

A análise da produção familiar enseja um debate teórico e pode ser sintetizada em duas posições: uma que centra a análise na categoria Agricultura Familiar, derivado, sobretudo, do estudo elaborado conjuntamente pela FAO/INCRA (1994) e que passou a orientar as políticas de desenvolvimento rural implementadas pelo Estado brasileiro; e outra, que preconiza a atualidade e eficácia do conceito de campesinato para a análise da produção em base familiar no Brasil, e que tem na luta pelo acesso a terra o eixo fundamental de análise (MARAFON, 2006, p. 18).

De acordo com Fernandes (2002), o conceito de campesinato contribui para uma leitura pertinente dessa forma de organização social, principalmente pelo seu caráter político, partindo de uma leitura da reprodução do campesinato a partir da atuação dos movimentos sociais no campo e o seu caráter de posição política de contraponto a uma integração desigual ao mercado.

LÊNIN, 1985 e KAUTSKY, 1986 são obras seminais dos estudos da questão agrária. De modo que suas pesquisas são até hoje fundamentais para se compreender o desenvolvimento da agricultura no capitalismo. Esses trabalhos são essenciais para entender, entre outras questões, a destruição do campesinato no processo de diferenciação, e, por essa razão, estão também entre as principais referências para compreender que o espaço da luta e da resistência - para que os camponeses continuem sendo produtores familiares - não está na integração ao mercado, mas sim na luta política contra o capital (FERNANDES, 2002, p. 4).

No estudo de Fernandes (2002), o autor defende a utilização do termo camponês sendo um dos críticos à utilização do conceito de agricultor/agricultura familiar. Ele diferencia os estudos sobre o campesinato, em que a referência principal está na resistência e luta contra o capitalismo, dos estudos sobre a agricultura familiar, em que as relações com o mercado seriam preponderantes.

No Brasil, nos últimos vinte anos, não foi o mercado que possibilitou a recriação do campesinato, mas sim a luta política desenvolvida por meio das ocupações de terra, que se tornou a principal forma de acesso à terra. Mas, os teóricos da agricultura familiar não têm referencial para compreender esse processo. Assim, ignoraram a parte essencial da formação dos camponeses brasileiros hoje: a luta pela terra (FERNANDES, 2002, p.4).

Entretanto, durante o debate do VII SEET, Bernardo Mançano Fernandes fez uma revisão dessa postura teórica, ao afirmar que tanto os conceitos de agricultor familiar quanto os de camponês se referem ao mesmo sujeito, sendo desnecessária uma diferenciação entre características teóricas dessas categorias⁴.

Apesar da polêmica e amplitude desse debate, não se tem a intenção de aprofundá-lo. Salienta-se apenas que o conceito de campesinato é pertinente na leitura de situações de lutas políticas e sociais pela terra, enquanto as análises pautadas no conceito de agricultura familiar estão voltadas às transformações sociais e econômicas desses sujeitos, a partir de diferentes níveis de integração ao mercado e das próprias estratégias que os mesmos desenvolvem para sua atuação no campo.

Integração ao mercado, seja ela parcial ou total, parece pertinente quando se estudam casos de unidades e famílias pluriativas no campo, perceptível na comunidade de Palmeirinha, em Itapejara D'Oeste, local de pesquisa empírica.

Sendo assim, acredita-se que ambos os conceitos são importantes para estudos científicos, logo os de cunho geográfico. O que diferenciaria uma maior eficiência ou capacidade científica de um em relação ao outro seria a dinâmica e/ou característica dessa categoria social que se pretende estudar.

Ao utilizar o conceito de agricultura familiar, a socióloga Wanderley (2003) destaca a existência de rupturas e continuidades das formas e características de organização compreendidas como camponesas, para o que passa a se chamar agricultura familiar.

Uma característica de continuidade se dá justamente pelo caráter familiar de organização, principalmente do modo de viver como uma característica remanescente, mesmo em unidades onde a integração ao mercado seja significativa.

Mais do que propriamente uma passagem irreversível e absoluta da condição de camponês tradicional para a de agricultor familiar “moderno”, teríamos que considerar, simultaneamente, pontos de ruptura e elementos de continuidade entre as duas categorias sociais (WANDERLEY, 2003, p. 47).

A centralidade na família, na mão de obra e na sucessão da posse da terra como características presentes nas duas definições conceituais. Por outro lado, Wanderley (2003, p.48) alerta que “deve-se (...) considerar a capacidade de resistência e de

⁴Essa apresentação de mudança de postura ideológica foi realizada de forma oral no evento VII SEET (Seminário Estadual de Estudos Territoriais) realizado de 28 a 30 de Agosto 2014 na UEPG Universidade Estadual de Ponta Grossa – Paraná. Mais informações sobre o evento disponíveis em: <http://www3.uepg.br/seet/>

adaptação dos agricultores aos novos contextos econômicos e sociais”, indo ao encontro de um dos objetivos da pesquisa: analisar as mudanças e permanências nas unidades familiares e nas famílias rurais, a partir da inserção de membros em atividades não-agrícolas.

Wanderley (2003) enfatiza a necessidade de diferenciar a utilização do conceito de agricultura familiar como ferramenta metodológica e científica, da classificação tipológica operacional dessa categoria por parte do Estado, através, sobretudo, das políticas públicas para a agricultura familiar, com destaque para o PRONAF.

Dessa forma, considerando a heterogeneidade das unidades de produção no campo, opta-se, nesta pesquisa, por uma leitura a partir do conceito de agricultura familiar, justamente por ser um termo mais amplo que engloba desde unidades produzindo exclusivamente para subsistência até aquelas que, mesmo em pequenas extensões de terra, desenvolvem atividades com altos níveis de mecanização e integração ao mercado.

A incorporação e a afirmação da noção de agricultura familiar mostraram-se capazes de oferecer guarida a um conjunto de categorias sociais como, por exemplo, assentados, arrendatários, parceiros, integrados à agroindústria, entre outros, que não mais podiam ser confortavelmente identificados com as noções de pequenos produtores ou, simplesmente, de trabalhadores rurais (SCHNEIDER, 2003 B, p.99).

Justamente pela intensa relação que se estabelece entre essa categoria social e o mercado econômico é que se opta pelo termo agricultura familiar, assim como pela realidade que se pesquisa, em que pequenos agricultores apresentam variadas características de organização. Santos (2008), ao estudar a realidade territorial da agricultura na região Sudoeste paranaense tem como base o conceito de agricultura familiar, e caracteriza essa heterogeneidade de formas organizacionais:

Esta não se constitui em um bloco homogêneo. Ela é formada por agricultores que incorporam as tecnologias modernas e por aqueles que ainda produzem, utilizando instrumentos rudimentares. Entre eles existem aqueles que conseguem retornos financeiros e os que não obtêm. É uma realidade, inclusive, que varia de acordo com as características políticas, culturais e naturais de cada território (SANTOS, 2008, p.77).

Entende-se, assim, o conceito de agricultura familiar mais abrangente que o conceito de campesinato, de modo que todos os camponeses seriam também agricultores familiares.

Sabe-se que a utilização do conceito de camponês demarca uma posição política, ideológica e científica que analisa e busca fortalecer a resistência desses sujeitos no campo, diante da exploração capitalista, do fortalecimento da reforma agrária e da luta pela terra.

No entanto, entende-se que o fato de utilizar o conceito de agricultura familiar não denota, necessariamente, uma busca pela inserção dos agricultores no mercado e uma visão contrária à relevância da reforma agrária e da resistência desses agricultores para permanência com maior autonomia no campo.

Acredita-se em uma maior capacidade explicativa de situações em que famílias e unidades apresentam um variado quadro de organização e atuação a partir do conceito de agricultura familiar. Mais importante que o uso do termo camponês ou agricultor familiar, cabe apreender o fenômeno pesquisado de forma coerente.

Entendemos que, independente do uso do termo camponês, pequeno produtor, minifundiário, produtor familiar ou agricultor familiar, o que mantém atualizado o debate sobre essa categoria social é o fato desses agricultores persistirem na grande maioria dos países do mundo, adaptando-se ou resistindo ao capitalismo (CANDIOTTO, 2011, p. 275).

Como a pluriatividade está ligada à inserção de agricultores, ou membros de famílias que vivem no campo em atividades não-agrícolas, são perceptíveis, neste contexto, as relações de trabalho e, conseqüentemente, a inserção desses sujeitos em relações capitalistas.

Segundo Candiottto (2011, p.277), as práticas da agricultura modernizada conseguem se incorporar às pequenas unidades baseadas na organização familiar, levando à “integração dos agricultores familiares com grandes agroindústrias, para a criação de aves, suínos, leite, fumo, entre outros produtos”.

Tendo em vista que a pluriatividade independe de níveis de integração ao mercado por parte das famílias e unidades de produção, as práticas de atividades não-agrícolas podem se manifestar em diferentes unidades de produção, desde as parcialmente integradas e marginalizadas ao mercado até as que desenvolvem produções especializadas de acordo com as exigências mercantis.

Não se limita, dessa forma, a estudar unidades em que a pluriatividade representa a principal fonte de subsistência da família, mas englobar também unidades

mais dinâmicas economicamente, nas quais o desenvolvimento de atividades não-agrícolas pode representar uma complementação da renda ou uma agregação de capital à unidade.

Sabendo da diferenciação da agricultura familiar enquanto termo científico e enquanto classificação por parte do Estado, far-se-á uma leitura histórica a respeito dessa classificação e das organizações políticas que atuaram e atuam na organização da categoria.

1.2.1 Agricultura familiar e políticas públicas

O debate e a utilização do termo agricultura familiar é intensificado, principalmente, a partir de finais da década de 1980 e início de 1990, justamente no “momento em que o Brasil reconhece, na esfera político institucional, a relevância das unidades de produção familiares” (CANDIOTTO, 2007, p.89).

De acordo com Fernandes (2002) e Wanderley (2003), foi a partir da organização e atuação política dos movimentos sindicais do campo no Brasil que o termo agricultura familiar se consolida institucionalmente, no reconhecimento por parte do Estado e também por algumas correntes nas ciências sociais.

O uso dessa expressão visava, principalmente, romper com noções relacionadas a certos setores rurais como a “pequena produção” ou a “produção de subsistência” (ou mesmo como a noção de produção camponesa), especialmente porque essas carregavam pré-noções de “ineficiência”, baixa produtividade (“pequeno produtor”) e não-inserção no mercado (produção apenas para o autoconsumo ou de “subsistência”) (SAUER, 2008, p.20).

Apesar dos movimentos sociais priorizarem o uso do termo agricultura camponesa, justamente pela organização política dos mesmos, a partir da década de 1980 essas organizações reivindicavam a criação de políticas públicas que apoiassem a produção agropecuária familiar, partindo da consideração de que a base do campesinato é a família.

Dessa forma, o termo agricultura familiar passa a ser usado mais constantemente. “No campo político, a adoção do termo está relacionada às pressões dos movimentos sociais da América Latina e à realização de trabalhos acadêmicos que introduziram a expressão” (CANDIOTTO, 2007, p. 89).

Candiotto (2007, p.90) enfatiza a intensificação da luta dos pequenos agricultores no final da década de 1980 e início de 1990 devido às consequências sociais

e econômicas decorrentes do processo de modernização da agricultura no Brasil, e destaca o papel da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG)⁵ na luta pela “legitimação da agricultura familiar por parte do governo federal”.

Em 2001, como consequência dessa intensificação política durante a década de 1990, foi criada a “Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul-FETRAF-SUL, vinculada à Central Única dos Trabalhadores – CUT” (FERNANDES, 2002, p.2).

A FETRAF-SUL foi criada em março de 2001 e é um movimento sindical que reúne sindicatos de agricultores familiares e de trabalhadores rurais. Tem como objetivo fortalecer e ampliar a representação dos agricultores familiares, lutar pela reforma agrária, defender o meio ambiente e a vida com um sistema de produção sustentável. Essa organização é parte de uma forma de organização dos trabalhadores que cresceu de modo extraordinário, na década de 1990, constituindo um expressivo movimento socioterritorial e caminha para a construção de uma confederação (FERNANDES, 2002, p.2).

Um estudo fundamental para a utilização do termo agricultura familiar e para a atuação do Estado na formulação de políticas públicas foi “desenvolvido na década de 1990 por uma parceria entre a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) e o Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA)” (CANDIOTTO, 2007, p.90).

“A concepção que prioriza a agricultura familiar como unidade de análise centra-se nos estudos da FAO/INCRA (1994), que divide a exploração agrícola em modelo patronal e familiar, e do estabelecimento do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF” (MARAFON, 2006, p.19).

Um dos resultados dessa pesquisa foi a publicação do documento “Diretrizes de Política Agrária e Desenvolvimento Sustentável”, de 1994. Nas diretrizes, a agricultura familiar é tida como estratégica para o desenvolvimento rural. O documento classifica os agricultores entre patronais e familiares, de modo que os agricultores familiares

⁵ A Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) completou 50 anos de fundação em 22 de dezembro de 2013. Atualmente, com as 27 Federações de Trabalhadores na Agricultura (FETAGs) e mais de 4.000 Sindicatos de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTRs) filiados, compõe o Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (MSTTR), que luta pelos direitos de mais de 15,7 milhões (PNAD/IBGE, 2009) de homens e mulheres do campo e da floresta, que são agricultores(as) familiares, acampados(as) e assentados(as) da reforma agrária, assalariados(as) rurais, meeiros, comodatários, extrativistas, quilombolas, pescadores artesanais e ribeirinhos (CONTAG).

são subdivididos em consolidados, fragilizados e periféricos (CANDIOTTO, 2007, p. 90).

A seguir, apresenta-se a classificação e subdivisões de agricultores familiares em Marafon (2006) analisando os estudos da FAO/INCRA (1994) disponíveis no quadro 1, que possibilita observar as diferenças existentes entre unidades de produção, expressando a heterogeneidade dessa categoria.

Quadro 1: Classificação de Agricultores Familiares - estudo FAO/ INCRA (1994).

Consolidados	Produtores considerados empresários do setor, com boa liderança nas comunidades. Buscam assistência técnica e creditícia, possuindo bom poder de análise e gerenciamento. Propriedades geralmente menores de 100 ha com concentração próxima a 50 ha.
Em Transição	Produtores de menor esclarecimento do que os consolidados, que buscam em menor intensidade a assistência técnica e creditícia, possuindo médio poder de análise e gerenciamento. Propriedades geralmente menores de 100 ha com concentração próxima a 20 ha.
Periféricos ou de Subsistência	Utilização do crédito rural nula ou incipiente, sem viabilidade econômica para acesso. Dificuldades quanto ao gerenciamento da propriedade. Considerado agricultor que mais se aproxima do camponês tradicional, em local onde a luta pela terra e contra as perversidades do capitalismo se faz presente. Propriedades geralmente menores de 50 ha com concentração abaixo de 20ha.

Fonte: FAO/ INCRA, apud MARAFON (2006).

Outro marco político para consolidação da agricultura familiar enquanto política pública foi a criação em 1996 do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), através do decreto Nº 1.946, de 28 de junho de 1996⁶.

Esse programa governamental foi uma resposta às demandas históricas do movimento sindical rural, que exigia políticas públicas diferenciadas para os setores empobrecidos do campesinato – ou menos capitalizados – e historicamente excluídos dos programas governamentais de crédito rural (SAUER, 2008, p.22).

De acordo com Schneider (2003 b), foi com a criação do PRONAF que o conceito de agricultura familiar passa a ganhar legitimação por parte do Estado. Considerada a primeira política específica para este segmento. “Apesar de ser um marco político, o PRONAF limitou-se à oferta de linhas de crédito a juros baixos para os agricultores familiares denominados em transição, apostando na ampliação da inserção destes nos mercados” (CANDIOTTO, 2007, p.91).

⁶O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) e criado durante o primeiro governo do então presidente Fernando Henrique Cardoso. “com a finalidade de promover o desenvolvimento sustentável do segmento rural constituído pelos agricultores familiares, de modo a propiciar-lhes o aumento da capacidade produtiva, a geração de empregos e a melhoria de renda” (Presidência da República). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D1946.htm Acesso em: 08/06/2015.

De acordo com Candiottto (2007), a disponibilização de crédito a partir do PRONAF facilitará a incorporação de unidades de produção ao mercado, como no aumento da utilização de máquinas e insumos e como fornecedores de matéria-prima para agroindústrias processadoras e para exportação. Sobre essa política de crédito, mostra que:

Entre os anos 2000 e 2005 passou-se de uma liberação de R\$ 2.189 milhões para R\$ 6.300 milhões. (...) pesquisas, direcionadas a avaliar a aplicação desses recursos, que apontam para uma relativa concentração de recursos para o Sul do país; e para os grupos C, D e E, de modo que os maiores benefícios vêm sendo destinados ao grupo de agricultores economicamente integrados à produção agroindustrial e de exportação, em detrimento de menores recursos para o mercado interno (arroz, feijão, etc.) (CANDIOTTO, 2007, p. 92).

Percebem-se mudanças de critérios ao longo dos últimos anos quando se analisam as exigências para a disponibilização do PRONAF. Essas mudanças denominadas por Candiottto (2007), de “flexibilização” das exigências, vão ao encontro das novas dinâmicas no campo, como no desenvolvimento de atividades não-agrícolas, além de agroindústrias pelos agricultores familiares.

São facilidades de financiamento enquadrando no PRONAF também unidades que contratam mão de obra. Dessa forma, o Estado proporciona condições, através do crédito financeiro, que intensificam as relações capitalistas nas unidades de produção, em muitos casos o agricultor passa a ser visto como empreendedor rural.

O “incentivo” por parte do Estado pode ser uma característica importante para o desenvolvimento de atividades não-agrícolas dentro da unidade familiar e a permissão de financiamento, mesmo com a obtenção de uma parte da renda fora da unidade, pode ser um indicador da relevância do trabalho e da renda fora da unidade de produção, tendo um reconhecimento do Estado.

Por isso, considera-se importante a classificação da agricultura familiar baseada na atuação do Estado para analisar unidades e famílias pluriativas, sobretudo pelo amplo englobamento de unidades de produção às quais o conceito permite, tendo em vista a heterogeneidade e variações que o campo brasileiro apresenta.

Dentro do amplo conceito de agricultura familiar, existem famílias com relações sociais e econômicas diversificadas, desde famílias camponesas, até as integradas às agroindústrias e às pluriativas. Muitas destas, ao obterem sucesso financeiro com as atividades agrícolas e, sobretudo, não-agrícolas desenvolvidas, vão se tornando famílias empreendedoras, ampliam suas relações capitalistas e suas

rendas, deixando de ser autônomas para se tornarem assalariadas. (CANDIOTTO, 2011, p. 295).

A Lei n. 11.326/2006 aponta as seguintes características de definição dos beneficiários das políticas públicas da agricultura familiar: propriedade da terra e dos meios de produção; a mão de obra basicamente familiar, o tamanho da unidade de produção, até 4 módulos fiscais (no caso do Sudoeste do Paraná, a média do módulo fiscal é de 20 hectares, de modo que seriam beneficiários proprietários de unidades com até 80 hectares).

Uma mudança importante nessa Lei definidora dos beneficiários do PRONAF, e classificatória da categoria agricultores familiares diz respeito a fonte de renda da família. Enquanto estabelecido em 2006 os mesmos deveriam ter “renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento⁷”, uma alteração ocorre com a Lei 12.512/2011, sendo que a partir de então é necessário somente um “percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento”.

Essa alteração se compreende como facilitadora do desenvolvimento de atividades econômicas fora da unidade de produção, obtendo renda externa e mesmo assim tendo no financiamento para o desenvolvimento das atividades agrícolas um suporte, e ao mesmo tempo classifica como agricultores familiares membros e unidades que obtém renda externa significativa.

Sendo assim, a procedência da renda familiar é uma característica importante em unidades familiares, sobretudo na caracterização da pluriatividade. No caso de unidades pluriativas, passa a ser importante analisar o peso e a importância das atividades não-agrícolas na renda familiar e na dinâmica da unidade de produção.

Utilizando a classificação do PRONAF, o IBGE define numericamente a existência da agricultura familiar no Brasil:

No Censo Agropecuário de 2006 foram identificados 4.366.267 estabelecimentos da agricultura familiar, o que representa 84,36% dos estabelecimentos brasileiros. Este numeroso contingente de agricultores familiares ocupava uma área de 80,10 milhões de hectares, ou seja, 24% da área ocupada pelos estabelecimentos agropecuários brasileiros. Estes resultados mostram uma estrutura

7 Lei n. 11.326/2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/11326.htm

agrária ainda concentrada no país: os estabelecimentos não familiares, apesar de representarem 15,6% do total dos estabelecimentos, ocupavam 75,9% da área ocupada. A área média dos estabelecimentos familiares era de 18,34 ha, e a dos não familiares, de 313,3 ha (IBGE, 2006)⁸.

É nesta definição conceitual que se estuda a importância da pluriatividade para as famílias de agricultores, sendo que essas características definidoras se tornam importantes para a análise, justamente pela diversidade organizacional das unidades, as influências das mudanças técnicas provocadas pela modernização da agricultura que influenciam o desenvolvimento de atividades não-agrícolas, dinâmica que se analisa a seguir.

1.3 Organização e transformações no campo brasileiro - uma leitura territorial

Para situar a pluriatividade em unidades e famílias de pequenos agricultores, visto a partir de uma análise territorial, objetivam-se as territorialidades expressas nas relações de poder no campo e sobre o campo, ou seja, fatores econômicos, políticos, naturais e culturais que contribuem para o desenvolvimento da pluriatividade por agricultores familiares.

Fatores econômicos como nas culturas, técnicas e capitais agrícolas que atuam no campo, políticos como nas organizações dos agricultores, assim como na atuação do Estado através de políticas públicas, condicionantes naturais e suas interferências nas unidades de produção, principalmente o relevo dificultando ou favorecendo o desenvolvimento de determinadas atividades agrícolas, além dos fatores culturais na atração pela cidade em ocupações e atividades influenciando na saída de agricultores e o desenvolvimento de atividades não-agrícolas.

Essa leitura territorial remete aos condicionantes e transformações históricas para a configuração da atual forma de organização no campo, assim, procura-se apontar as principais alterações nas últimas décadas e, principalmente, a partir do denominado processo de modernização da agricultura, o qual se acredita influenciar diretamente nas dinâmicas e estratégias de atuação de agricultores familiares.

A partir do pressuposto de que o processo de territorialização da modernização da agricultura se efetiva material e simbolicamente no espaço, definindo novos arranjos e novas práticas territoriais, como nas formas de produção e organização, essas novas

⁸ Fonte: IBGE-A Agricultura Familiar em 2006. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/agri_familiar_2006_2/notas_tecnicas.pdf. Acesso em: 07/08/2015.

práticas estariam materializadas no campo, como, por exemplo, no aumento das monoculturas, o caso da soja e do milho, comuns na região Sudoeste paranaense, com exigências e destinação da produção atendendo mercados nacionais e internacionais.

Sendo assim, essas modificações no campo brasileiro, a partir da análise territorial, manifestam-se a partir de relações de poder concretizadas em alterações tanto das formas de produção: monoculturas, especializações territoriais, ligações comerciais com mercados externos, quanto na organização social: concentração fundiária, saída da população do campo e desenvolvimento de atividades alternativas.

Agentes e/ou atores como Estado, diferentes empresas e capitais atuando a partir da intensificação das relações capitalistas de mercado no campo brasileiro, além de organizações políticas de diversas categorias sociais como responsáveis por essa trama de poderes presentes no território nacional.

As consequências territoriais, a partir dessas relações entendidas como conflituosas e desiguais sob aspectos políticos e econômicos entre agentes do capital, Estado e pequenos agricultores, ou seja, as disparidades de poder, refletem nas desigualdades econômicas e sociais no campo e contribuem para transformações como no desenvolvimento da pluriatividade a partir de diferentes estratégias de atuação das famílias de agricultores.

Assim, fazem-se necessárias algumas considerações sobre o processo de modernização da agricultura no território nacional. Visto de maneira cronológica, esse processo inicia na integração da indústria fornecedora de máquinas para as atividades agropecuárias, característica que acontece, de acordo com Silva (1998), primeiramente na cafeicultura paulista nas primeiras décadas do século XX.

Como continuidade histórica desse processo, tem-se a constituição dos complexos agroindustriais (CAIs), que, segundo Silva (1998), consolidam-se na integração de algumas atividades agrícolas destinadas à exportação e ligações com a indústria tanto de fornecimento de insumos quanto no processo final de beneficiamento e destinação da produção. Integração essa denominada por Silva (1998) como “soldagens” dos CAIs.

Essa característica de organização passa a ser significativa, porém não homogênea no território nacional a partir da segunda metade do séc. XX, nas décadas de 1950 e 1960.

Em uma fase posterior dessas mudanças econômicas no setor agropecuário, ocorre a integração dos complexos agroindustriais com o mercado financeiro,

principalmente a partir das décadas de 1980 e 1990, permitindo a centralização de capitais na agricultura brasileira, a ligação com outros setores econômicos, a intensificação da concentração de terras e o êxodo rural como consequências.

Essa leitura histórica permite uma situação e localização social das pequenas unidades de produção familiares frente às formas economicamente predominantes de organização e produção no campo, bem como as transformações ou adaptações dessas unidades. Ou seja, é importante por permitir a compreensão da participação desigual das pequenas unidades de produção a essa forma de organização e as consequências internas para as mesmas.

Dessa forma, através de uma leitura da organização territorial do campo, pode-se compreender as atuais formas e características de atuação da agricultura familiar, que, além de atividades agrícolas, apresenta uma variedade de outras atividades não-agrícolas, como agroindústrias no beneficiamento de produtos internos, além da intensificação na incorporação em setores urbanos como trabalhadores assalariados, etc. São situações presentes no município de Itapejara D'Oeste, devido as condições territoriais, principalmente o trabalho assalariado por parte de alguns agricultores familiares.

A territorialização do capital no espaço agrário brasileiro, articulado ao Estado e envolvendo aspectos culturais, acontece tanto claramente como disfarçadamente. Claramente, ocorre através de atividades tipicamente capitalistas, com trabalho assalariado e em grandes e médias propriedades; propriedade privada empresarial; mecanização da agricultura (desigual entre as unidades produtivas, estados, regiões e países, promovendo a circulação de mercadorias consumidas pelos produtores agropecuários e produzidas por estes para venda); através de idéias ligadas à acumulação de capital (educação, partidos políticos...); financiamentos agrícolas; concentração de terra não usada para fins produtivos: especulação imobiliária ou para produção de mercadorias ao mercado externo (soja, carne, café...); redes de circulação e comunicação, etc (SAQUET, 2006, p.71, 72).

A leitura a partir das características de territorialização do capital e das formas de organização é importante justamente pela contemplação de diferentes aspectos, sejam eles técnicos econômicos ou políticos organizacionais que se relacionam e se influenciam em determinado território.

1.3.1 Modernização da agricultura no Brasil: territorialização do capital e agentes territoriais

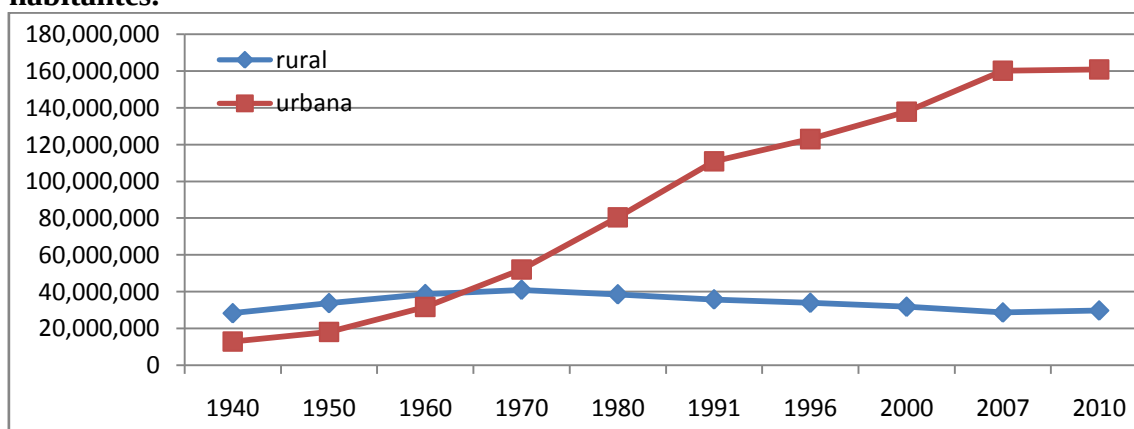
Sobre o processo de territorialização da modernização da agricultura brasileira, Silva (1998) remete ao papel do Estado na atual configuração daquilo que define como consolidação dos complexos agroindustriais, ou seja, o Estado como um dos principais atores territoriais responsáveis pelas ligações econômicas das atividades e setores agrícolas com setores e mercados para além das atividades agrícolas.

Uma característica desse processo para a pesquisa é a integração ou não das pequenas unidades ao processo de modernização, classificada por alguns autores como conservadora justamente por ter como base as históricas formas de organização baseada em unidades com grandes extensões verticais de terras, e a marginalização e ou parcialidade de integração das pequenas unidades de produção.

A modernização destinada a atender as especificidades das grandes unidades de produção acentua as disparidades regionais e também dos diferentes níveis de desenvolvimento econômico e social, fazendo com que as pequenas unidades sofram consequências como inviabilidade de produção e sustentação e, consequentemente provoque a saída da população do campo em direção às cidades, como ocorre no Brasil principalmente a partir da década de 1970, perceptível no Gráfico 1.

Esse processo de mobilidade populacional fez com que, além de uma inversão entre população urbana e rural, ocorresse uma brutal concentração nas metrópoles nacionais, aumentando os problemas urbanos.

Gráfico 1: Brasil – População: Situação de domicílio-1940/2010 - Milhões de habitantes.



Fonte: IBGE, Censos Demográficos e PNADS. Org: Rogério Musatto, 2015

Percebe-se, de acordo com o Gráfico 1, que a partir da década de 1960 ocorre uma diminuição constante da população rural brasileira, momento em que, de acordo

com os autores estudados, tem-se a intensificação da utilização do pacote tecnológico da Revolução Verde no campo brasileiro e um aumento das consequências territoriais.

A agricultura familiar, por ser sensível socialmente às mudanças técnicas na agricultura, vai apresentar, de acordo com Silva (1998), nas regiões Sudeste e Sul do Brasil, mesmo que não de forma homogênea, o desenvolvimento de algumas culturas específicas do processo de modernização. Já em outras regiões, os pequenos agricultores não apresentam esse mesmo dinamismo e acabam mostrando um quadro de pobreza e êxodo rural maior, como ocorreu no Nordeste brasileiro, aliado a períodos de seca.

Diante de uma necessidade cada vez maior de incremento tecnológico, a modernização tem como consequência, conforme Silva (2002), uma definição sobre o futuro das pequenas unidades, como integradas ou não a essa dinâmica.

Porém, não somente consequências sociais são perceptíveis. Candiott (2007), apontando para as mudanças a partir da tecnicização das atividades agrícolas, vai citar algumas consequências da Revolução Verde, como degradação ambiental nos processos de desmatamento e outros problemas denominados socioambientais na intensificação da utilização de agrotóxicos e produtos químicos a partir do pacote tecnológico.

O termo Revolução Verde é atribuído ao processo de tecnicização da agricultura ocorrido após a Segunda Guerra Mundial, em virtude dos avanços científicos no que tange à mecanização e à quimificação de etapas da produção agropecuária. Ao mesmo tempo em que a Revolução Verde permitiu aumentar a produtividade e reduzir a força de trabalho e as adversidades nos cultivos (ao combater pragas), esta foi fundamental para ampliar a dependência dos agricultores em relação ao uso de máquinas e defensivos, bem como para reduzir a autonomia dos agricultores familiares, haja vista a concentração de terras e de riqueza nas mãos das empresas detentoras das tecnologias direcionadas à agricultura e pecuária (CANDIOTTO, 2007, p.76).

Alterações ambientais relacionadas ao desmatamento, de acordo com Santos (2008), ocorrem a partir do interesse do capital, sendo que alguns locais sofrem interferências diferenciadas de outros.

No Sudoeste paranaense, a pesquisadora apresenta uma diminuição no desmatamento de áreas onde a agricultura modernizada não explora, como locais íngremes e montanhosos, sendo que em etapas anteriores ao processo de mecanização esses mesmos locais eram utilizados para a produção agrícola. Esses locais eram utilizados para a produção agrícola justamente por não exigir o uso de máquinas, o que provocava a constante derrubada das matas e as queimadas para limpeza do terreno.

Quanto à mecanização propriamente dita, não ocorre uma adaptação de técnicas de produção destinadas a atender as especificidades e condições das unidades menores. Ou seja, é uma modernização que contempla uma forma específica de organização, pautada em grandes extensões de terras. A partir dessa característica se acentuam as consequências sociais para essas unidades menores e ou parcialmente integradas.

São consequências visíveis no território do Sudoeste paranaense, justamente pela presença de unidades pequenas em áreas e locais com relevo acidentado, apresentando declividades muitas vezes incompatíveis com as técnicas impostas pelo denominado pacote tecnológico.

Nessa especificidade técnica e organizacional predominam os interesses territoriais de apenas alguns agentes no campo, contando historicamente com a colaboração do Estado. “A relação entre a representação dos interesses empresariais e o Estado é essencial para explicar o processo histórico de constituição dos complexos agroindustriais no Brasil” (SILVA, 1998, p. vii).

Sobre esse processo e a atuação do Estado e do mercado, Saquet e Sinhorini (2008) apresentam a seguinte análise:

O processo que no Brasil denominamos “modernização da agricultura” ocorre com o movimento de expansão do grande capital, em nível internacional, a partir do que mundialmente ficou conhecida como “revolução verde”. Ocultos atrás de objetivos de aumento da produtividade agrícola no mundo, estavam cristalizados os interesses de expansão de grandes corporações transnacionais que, de início, agem como patrocinadoras da modernização e, em seguida, passam a receber o apoio e a legitimação do Estado (SAQUET; SINHORINI 2008, p.190).

Portanto, são agentes territoriais internos e externos ao território nacional, como empresas e organizações transnacionais e o próprio Estado, organizados e atuando historicamente de acordo com algumas tramas de poder, que vão desencadear nas alterações econômicas/produtivas e sociais/organizacionais que se apresentam no campo brasileiro.

Nessa mesma leitura de interesses nacionais e internacionais manifestados no território é que Gonçalves (2005) faz sua análise geopolítica da modernização da agricultura brasileira.

A inserção da agricultura na dinâmica do desenvolvimento capitalista decorre de determinantes globais que conferem as características mais amplas à expansão do processo de acumulação, mas está mediatizado

por especificidades definidas pela forma como os capitalismos nacionais são acoplados ao movimento mais amplo e globalizado (GONÇALVES, 2005, p.21).

Esse processo global de desenvolvimento e consolidação do capitalismo manifestado no campo brasileiro foi visto a partir das análises de Silva (1998, p.2) como “um aprofundamento da divisão social do trabalho. Foi a partir da proletarização do camponês e da destruição de sua economia natural que se criaram as bases para o desenvolvimento do modo capitalista de produção”.

O longo processo de transformação da base técnica – chamado de modernização – culmina, pois, na própria industrialização da agricultura. Esse processo representa na verdade a subordinação da Natureza ao capital que, gradativamente, liberta o processo de produção agropecuária das condições naturais dadas, passando a fabricá-las sempre que se fizerem necessárias (SILVA, 1998, p.3).

Alterações nas formas de produção entendidas como técnicas/econômicas que não se restringiram somente a essa esfera, mas a partir de uma análise territorial podem ser compreendidas também como alterações sociais e nela a própria relação homem-natureza sofre modificações.

Nesse processo em que cada vez mais a produção passou a ser cada vez menos “fruto da terra e do trabalho do homem”, na acepção bíblica cristã, não apenas o trabalho foi potencializado e perdeu espaço para a mecanização e automação, mas também a terra perdeu espaço para a fertilização, correção e genética que impulsionaram a produtividade da terra (GONÇALVES, 2005, p.10).

Deve-se ter em mente que essas transformações técnicas de integração das atividades agropecuárias com a indústria, em que ocorre um incremento tecnológico tanto em máquinas quanto de insumos, faz com que a produção agropecuária brasileira aumente significativamente, representando um importante setor da economia nacional.

Porém, esse processo apresenta algumas consequências sociais excludentes e naturais de profundas alterações, já que essa modernização contempla poucas culturas aceitas pela indústria e como produto de exportação para mercados internacionais.

Consequências sociais e econômicas, de acordo com Silva (1998), manifestadas principalmente na concentração de terras e centralização de capitais, que irão desencadear outras de maneira direta e indireta, como na marginalização de pequenos agricultores e o desenvolvimento de outras atividades no campo.

1.3.2 Modernização da agricultura – análise histórico-organizacional

Compreende-se por análise histórico-organizacional a estruturação tanto técnico-produtiva quanto social apresentada no campo brasileiro, um processo de mudanças estruturais que acontece de forma lenta, historicamente como sendo a intensificação de atuação do capitalismo no campo.

Essa leitura se preocupa em apontar algumas características de organização e mudanças históricas que culminaram no modelo predominante do setor agrícola brasileiro, para que se possa considerar a situação da agricultura familiar nesse meio.

Conforme Silva (1998, p.8), a ligação entre práticas agrícolas e indústria teria inicialmente encontrado as condições de surgimento e desenvolvimento no denominado complexo cafeeiro, cujo auge se deu entre 1890 e 1930, principalmente no Estado de São Paulo, “particularmente no Oeste do Estado, a partir de 1870, que encontraremos um novo regime de trabalho – o colonato – a partir da incorporação das unidades de produção de imigrantes”.

Ainda segundo Silva (1998), tem-se nesse processo o surgimento de uma industrialização principalmente em São Paulo, onde a destinação da produção industrial tem como objetivo dar suporte técnico à produção cafeeira. A partir dessa característica, ocorre o surgimento de uma ligação que se consolidaria nas décadas seguintes entre atividades agrícolas e indústrias, constituindo os denominados complexos agroindustriais.

A produção de máquinas destinadas às fazendas de café paulistas influenciam na alteração de técnicas utilizadas na produção, muitas artesanais, até então presentes nas fazendas escravistas para uma mecanização inicial usando mão de obra livre e assalariada.

Tendo como lócus de desenvolvimento e apresentando maior dinâmica econômica no Estado de São Paulo, “assim permanece um elevado grau de heterogeneidade na agricultura, obviamente impedindo que se generalize para todas as regiões e para todos os produtos a mesma variável (ou conjunto de variáveis) determinante da dinâmica” (SILVA, 1998, p.11).

Ocorre, assim, uma modernização que, além de ser desigual do ponto de vista das unidades de produção, também é territorialmente, pois alguns locais do território nacional apresentam melhores condições de desenvolvimento em relação a outros, mantendo, dessa forma, as desigualdades históricas no campo brasileiro.

Outra mudança apresentada nas primeiras décadas do séc. XX é o surgimento de um mercado interno consumidor no Brasil, fator esse que altera diretamente a forma de produção da agricultura.

Assim, a ruptura representada pela crise de 1929/33, ao mudar os determinantes da dinâmica da economia nacional – que passam a residir na capacidade produtiva interna, começa a mudar também a dinâmica da agricultura, a partir do mercado interno criado pela urbanização (SILVA, 1998, p. 17).

Para Santos (2008, p.61), tem-se no Brasil uma expansão da ideologia do moderno a partir de 1930 e 1940, cuja consolidação dessa ideologia só ocorre a partir de 1950, quando “difunde-se a ideologia da industrialização, marcada por uma fase de transição, na qual se mesclam elementos tradicionais e elementos inovadores”.

Trata-se de um momento de gestação de mudanças e que demonstra as insatisfações com as diretrizes políticas e econômicas efetivadas no Brasil. Instaure-se a idéia de um Brasil moderno, na qual é realizada uma leitura da “realidade brasileira”, mostrando suas origens políticas e culturais, além de lançar as bases para o debate de um projeto de desenvolvimento nacional (SANTOS, 2008, p.63-64).

Desta forma, a consolidação dos complexos agroindustriais na agricultura brasileira como algo inicialmente centralizado no Estado de São Paulo nas atividades cafeeiras, principalmente na virada do séc. XIX para o séc. XX, vai se manifestar também em outros locais do território nacional depois da metade do séc. XX e incorporando outras atividades agropecuárias, como na expansão das lavouras de soja, milho e cana-de-açúcar no território nacional.

A formação dos complexos agroindustriais nos anos 70 se deu a partir da integração intersetorial de três elementos básicos: as indústrias que produzem para a agricultura, a agricultura (moderna) propriamente dita e as agroindústrias processadoras, todas beneficiadas por fortes incentivos de políticas governamentais (fundos de financiamento para determinadas atividades agroindustriais, programas de apoio a certos produtos agrícolas, crédito para aquisição de máquinas, equipamentos e insumos modernos, etc.) (SILVA, 1998, p. 163).

A incorporação e a necessidade de utilização de insumos na produção agropecuária, mercadorias intermediárias denominadas por Silva (1998, p.21) como sendo: “sementes, defensivos, fertilizantes, rações e medicamentos para animais, aluguel de máquinas, embalagens e outros”, fazem com que a produção se torne cada vez mais complexa com ligações intersetoriais, passando a representar uma característica da modernização na organização e na produção agropecuária.

Esse processo indica que, principalmente a partir da década de 1960 no campo brasileiro, materializam-se as condições para a consolidação dos complexos agroindustriais, com uma participação decisiva do Estado, que vinha sendo orientado sob uma ideologia nacional desenvolvimentista desde as décadas de 1930 e 1940, sob fortes pretensões industrializantes.

Ocorre um aumento da população urbana economicamente ativa e, conseqüentemente, a demanda por alimentos e ao mesmo tempo ocorre um incentivo ao desenvolvimento da indústria fomentadora de insumos para a agricultura.

Nessa configuração territorial, o Estado se responsabiliza pela dinamização produtiva da agricultura no período, sendo que, para Gonçalves (2005), o elemento fundamental que contribui significativamente para as transformações na agropecuária brasileira é a disponibilização do crédito rural subsidiado através da implantação do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR)⁹, a partir da metade da década de 1960, responsável, dentre outras alterações, pela consolidação da agroindústria processadora e das empresas que comercializam insumos e produtos agrícolas.

De acordo com Elias (2013), o Estado financiava de maneira direta as atividades agrícolas, sendo “que na década de 1970, no período mais intenso de atuação do SNCR, chegou a ser o maior financiador agrícola do mundo capitalista” (ELIAS, 2013, p.19).

Os esforços financeiros empreendidos pelo Estado nesse período consumiam grande parte dos recursos públicos. Elias (2013) aponta para o processo de reestruturação da agricultura como excludente e com um pesado ônus para a maior parte da sociedade.

Considerando que uma das características da política financeira era a de oferecer o crédito agrícola a juros negativos, o Estado acabou transferindo para o setor agrícola parte da mais-valia por ele controlada, onerando o setor público como um todo e contribuindo, dessa forma, para o crescimento do déficit do governo federal, que culminou num grande processo inflacionário e numa recessão que explodiram nos primeiros anos da década de 1980 (ELIAS, 2013, p.19).

⁹A institucionalização do crédito rural, é realizada pelo governo federal, em 5 de novembro de 1965, a Lei n.º 4.829, que tem como objetivo: “o suprimento de recursos financeiros por entidades públicas e estabelecimentos de crédito particulares a produtores rurais ou as suas cooperativas para aplicação exclusiva em atividades que se enquadrem nos objetivos indicados na legislação em vigor” (SANTOS, 2008, p. 88)

Por outro lado, esse mesmo mecanismo estatal de financiamento “garantiu o sucesso do processo de modernização da agropecuária que impulsionou a demanda de insumos e máquinas, gerando a expansão de lavouras como a soja, o que irradiou plantios por todo território nacional” (GONÇALVES, 2005, p.19).

Dessa forma temos ao mesmo tempo a ampliação e multiplicação da agroindústria processadora, quanto da indústria de insumos para a produção agropecuária, ou seja: “da internalização da produção de parte considerável dos fertilizantes, herbicidas, fungicidas, vacinas para animais e outros insumos químicos” (SILVA, 1998, p.24).

Percebe-se, nesse momento inicial das transformações técnicas e econômicas, uma participação de capitais nacionais regulamentados e financiados, em muitos casos com participação direta do próprio Estado. “A utilização intensa de máquinas e de insumos industriais modernos teve a demanda atendida pela expansão industrial de produção desses produtos realizada com base no II Plano de Desenvolvimento Nacional (II PND)” (GONÇALVES, 2005, p. 19).

Apoiado em um forte sistema institucional bancário, público e privado, que substituiu as fontes usuárias tradicionais ligadas ao capital comercial, o Estado subsidiou a compra de máquinas e equipamentos; insumos químicos; sementes melhoradas; custeou a produção; garantiu os preços mínimos; promoveu a eletrificação rural; construiu armazéns e silos para estocar a produção; subsidiou a exportação; isentou de impostos as indústrias nascentes associadas à agricultura moderna; promoveu o seguro agrícola, etc (ELIAS, 2013, p.19).

No plano da produção propriamente dita, a incorporação técnica passa a ser indispensável justamente pela constante necessidade do aumento de produção e resultados. “A compra de insumos pela agricultura, por exemplo, impõe-se a princípio como necessidade técnica, mas implica de imediato a necessidade de financiamento” (SILVA, 1998, p.26).

O financiamento para aquisição de insumos e máquinas vai contribuir, como esclarece Silva (1998), na concretização das ligações que, além de técnicas, passam a ser financeiras, justamente pela necessidade de investimentos de capitais para que seja possível a produção.

O ponto culminante dessa integração, todavia, só seria logrado no final dos anos 70 e início dos 80, resultando numa verdadeira “orquestração de interesses” agrários, industriais e financeiros. Além de representar uma consolidação da integração técnica e financeira dos CAIs, essa “orquestração de interesses” impôs profundas transformações nos planos da concentração e da centralização dos

capitais aplicados no setor agropecuário, bem como na propriedade da terra e no conteúdo das políticas (SILVA, 1998, p. 164).

Mesmo com a disponibilização de crédito por parte do Estado, política que sofre variações em seu montante durante as décadas de 1980 e 1990, se mantendo até as últimas safras, percebe-se o aumento de participação do mercado e do capital privado nesse setor.

De acordo com Gonçalves (2005), nas décadas de 1980 e 1990 ocorreu uma diminuição no financiamento das atividades agropecuárias por parte do Estado, porém, ocorre um “autofinanciamento” por parte do mercado.

Durante todo o período posterior a 1980 ocorre uma fase de transição onde foram sendo gestados mecanismos alternativos de financiamento da produção para o mercado, lastreados na ação direta de compradores e fornecedores da agropecuária (GONÇALVES, 2005, p.20).

A partir de 1985, a política de crédito é orientada a partir de uma lógica de mercado e a agricultura segue a tendência de ser organizada pelos agentes do capital, com diminuição da ação estatal e, em paralelo, uma abertura de mercado atrelada ao processo de globalização (SANTOS, 2008, p.210).

Nesta fase, o Estado diminui o financiamento direto da modernização agrícola. O mercado é quem deve direcioná-la, geralmente em nível internacional. Novas bases técnicas de produção e comercialização se impõem. Constata-se uma tendência para a internacionalização da economia e da integração de capitais sob o comando direto do grande capital. O financiamento, antes feito pelo Estado, é assumido por grupos privados provenientes da indústria, de trading companies e de outros agentes os quais financiam seus grupos de interesses e os setores mais organizados sem a intervenção estatal (SANTOS, 2008, p.93).

Dessa forma, a agricultura brasileira continua um processo de crescimento em termos produtivos de acumulação e centralização de capitais, com a diminuição de atuação do Estado diretamente. Percebe-se um dinamismo e autonomia próprios do mercado que atua nas atividades agrícolas, pautado na acumulação de capitais e concentração fundiária e consequente exclusão social.

Esse período ficou conhecido como abertura neoliberal, a partir do final da década de 1980 e início de 1990, quando o Estado passa a não mais participar decisivamente na economia, como acontecia até então, mas tem o mercado como forte responsável pelas definições estratégicas na agropecuária nacional. Gonçalves (2005) aponta para a desestruturação do que se tinha até então com um:

Estado Desenvolvimentista que atuava não apenas como produtor direto, em especial na eliminação dos constrangimentos básicos representados por insumos, energia e transportes, mas também no financiamento do desenvolvimento com base em fundos públicos normalmente aplicados a taxas favorecidas. Esse padrão de intervenção estatal está sendo substituído pela ação do Estado da regulação, onde as ações governamentais de política institucional não apenas estabelecem normas e procedimentos que regem os parâmetros da atividade econômica como, principalmente, estruturam o desenvolvimento de mecanismos de mobilização de recursos para financiamento da produção com base no mercado financeiro (GONÇALVES, 2005, p. 17).

Santos (2008) destaca que, mesmo com a diminuição da oferta de crédito por parte do Estado, não ocorre uma diminuição na produção agropecuária, e aponta para uma seleção quanto aos beneficiários dos recursos nesse período:

O que pode ser explicado pelo redirecionamento do sistema de crédito, que não elimina os beneficiários, mas os seleciona, de modo que estes recebam mais subsídios do que antes. Tal fato pode ser observado pelo crescimento da produção de cana-de-açúcar (produto subsidiado pelo PROALCOOL), trigo, soja, cacau, laranja e algodão, todos beneficiados por mecanismos de controle e ajuste, que, portanto consegue garantir bom desempenho, mesmo em momentos de retração econômica (SANTOS, 2008, p.91-92).

Em termos produtivos, essas mudanças na organização agropecuária se mostram eficientes nas crises internas, justamente pelo dinamismo e ligações internacionais. “A agropecuária nos anos 80 cresceu a taxas médias superiores à da economia brasileira como um todo, repetindo tal desempenho tanto nos anos 90s como nos primeiros anos do presente século” (GONÇALVES, 2005, p. 20).

Benetti (2004, p.19) fala sobre as ligações do setor agrícola com capitais transnacionais, que, segundo ele, “estão associados privilegiada e inequivocamente aos processos de globalização da economia mundial e de abertura da economia brasileira a partir de 1990”.

Consolida-se, desse modo, a incorporação das atividades agropecuárias ao mercado financeiro, denominado por Gonçalves (2005, p.15) de “agroserviços financeiros”. Ocorre uma ligação que “vai além do limite de compreensão enquanto sistema bancário. Trata-se das corretoras que atuam com produtos da agricultura negociando “papéis” nas Bolsas de Mercadorias, além das empresas de assessorias de gestão financeira e de acompanhamento de agromercados”.

Esses papéis contratualizando a agropecuária constituem nas opções mais estáveis e mais consistentes da ótica da lógica do

desenvolvimento capitalista e da sustentabilidade estrutural. As operações no mercado financeiro pela colocação de títulos na Bolsa de Mercadorias & Futuros (BM&F) funcionam não apenas como gestão de risco, mas como parâmetros para diversos contratos de venda antecipada (GONÇALVES, 2005, p.20).

“Além disso, no campo institucional, com a superação, na metade dos anos 90s, do período de inflação elevada que impedia o cálculo capitalista consistente, emergem os diversos mecanismos de venda antecipada e crescimento do mercado futuro” (GONÇALVES, 2005, p.20).

No que se refere à agricultura familiar frente ao processo de disponibilização de crédito para financiamento das atividades agrícolas¹⁰, “a partir de 1996, observa-se o terceiro momento na estruturação do crédito rural brasileiro, com a instituição do PRONAF, quando o valor destinado ao crédito agrícola apresenta crescimento ano após ano” (SANTOS, 2008, p.93).

Percebem-se as forças políticas que atuaram e atuam ao longo do processo histórico nessa organização, os papéis do Estado e do mercado como fundamentais e decisivos nas relações territoriais.

Cabe acrescentar, ainda, que os três processos descritos foram estreitamente dependentes de uma ação estatal específica, ou seja, de um “projeto modernizante” comandado pelo Estado, que ao mesmo tempo que os viabilizava não proveu mecanismos compensatórios sobre seus efeitos sociais na estrutura agrária, nos recursos naturais, nos desequilíbrios do abastecimento alimentar, na concentração da renda, nas disparidades regionais, no êxodo rural. Assim, os resultados contraditórios da inserção da agricultura no novo padrão de acumulação manifestam-se com rapidez e intensidade alarmantes, agravando a crise agrária e rebatendo-a perversamente na crise urbana (SILVA, 1998, p. 35).

A política de crédito subsidiado do Estado nacional é compreendida como decisiva para a organização concentradora/excludente da agricultura, “voltada especialmente para produtos primários de exportação, negligenciando as pequenas unidades agrícolas produtoras de alimentos com base no trabalho familiar” (SANTOS, 2008, p.81).

¹⁰Através do programa denominado Política Agrícola, que dentre outras características atende a linha de Crédito Rural, o Estado através do Ministério da Agricultura disponibiliza o Crédito Rural: “abrange recursos destinados a custeio, investimento ou comercialização” (MAPA). Para a safra 2014/2015 foram destinados R\$ 156,1 bilhões, sendo que R\$ 112 bilhões são para o financiamento e custeio da produção e o restante R\$ 44,1 bilhões são para programas de investimentos” (ESTADÃO). Para a chamada Agricultura Familiar o valor destinado pelo Programa Nacional de Desenvolvimento da Agricultura Familiar (PRONAF) foi de R\$ 24,1 bilhões para custeio e investimentos na produção e propriedade (Fonte: MDA).

No caso específico do PRONAF, “esta forma do crédito tem sido considerada, por agricultores e lideranças, como um avanço na distribuição e acesso dos agricultores familiares a formas de financiamento, mas, por outro lado, representa uma forma de sujeição do agricultor ao Estado e ao capital financeiro” (SANTOS, 2008, p. 93).

Em termos de consequências nas diferentes unidades de produção, “essa situação de dependência afeta todos os segmentos de produtores rurais, mas são os pequenos os mais prejudicados, uma vez que o grande produtor, muitas vezes, possui outras fontes de renda, distribuídas em outras atividades econômicas” (SANTOS, 2008, p. 88).

Constituído um novo padrão de organização e produção na agricultura brasileira, suas alterações territoriais tornam-se perceptíveis principalmente a partir da década de 1990. São alterações territoriais que, de acordo com Elias (2006) e (2013), extrapolam o campo e as cidades situadas no centro de regiões produtoras, que participam com papéis importantes na configuração territorial, fomentando as ligações campo cidade.

1.4 Globalização do setor agropecuário nacional - alterações territoriais e novas relações campo-cidade

Como apontado anteriormente as principais características de organização da agricultura moderna, como suporte para apresentar as consequências nas unidades de agricultores familiares acredita-se pertinentes as leituras de Elias (2006) e (2013), que demonstram as transformações no campo decorrentes do processo denominado globalização econômica.

Essa pertinência com o presente estudo ocorre devido às relações e influências territoriais existentes entre a agricultura modernizada denominada por alguns autores como agronegócio sob as formas familiares de organização.

Justamente por apresentar as mais variadas formas de produção e organização, desde unidades altamente tecnificadas até aquelas em que as atividades agrícolas representam somente a subsistência da família, as pequenas unidades de produção acabam por incorporar técnicas e práticas de produção e organização do denominado agronegócio, e dessa forma sofrem algumas consequências organizacionais.

As transformações econômicas e sociais decorrentes do que Elias (2006) e (2013) classifica como globalização da agricultura podem ser compreendidas como contribuintes na ocorrência e até mesmo no aumento da pluriatividade na agricultura

familiar, sendo consideradas, nesta pesquisa, como influências territoriais sob as formas de organização das unidades de produção familiares.

Essas influências seriam intensificadas justamente pelo que a autora vai apontar como relações campo-cidade decorrentes do processo de globalização da agricultura: “Como pressupostos teóricos consideramos a reestruturação produtiva da agropecuária, a qual atinge tanto a base técnica quanto a econômica e social do setor, e exerce profundos impactos sobre os espaços agrícolas e urbanos” (ELIAS, 2006, p.25).

De acordo com Elias (2006), o desenvolvimento do agronegócio globalizado no Brasil intensifica-se na década de 1990 com “o acirramento do neoliberalismo, da diminuição, se não eliminação completa do papel do Estado como maestro de um projeto de nação” (p.32) “Isto é muito claro com as privatizações desenfreadas ocorridas durante a administração de FHC” (p.32).

Compreendidas aqui como um processo de mudanças econômicas graduais, como já apontado, desde a metade do século XX no denominado período globalizado, aceleram-se essas mudanças com significativas e decisivas utilizações da ciência, tecnologias, informações e capitais empregados tanto na produção quanto na transformação industrial e distribuição de alimentos.

Visto o processo de globalização como uma mudança geral presente em outras esferas econômicas e da sociedade, as mudanças na produção e industrialização de produtos agropecuários combinariam com o surgimento de novos hábitos alimentares influenciados pela indústria processadora e por fortes apelos comerciais.

Essa característica estenderia a cadeia agrícola e suas ligações com setores responsáveis pela venda de produtos altamente processados, como grandes redes de mercados e comercialização.

As redes agroindustriais associam todas as atividades e empresas inerentes ao agronegócio globalizado: empresas agropecuárias, indústrias de sementes selecionadas, de insumos químicos e implementos mecânicos, laboratórios de pesquisa biotecnológica, prestadores de serviços, agroindústrias, empresas de distribuição comercial, de pesquisa agropecuária, de marketing, de fast-food, de logística, cadeias de supermercados, etc (ELIAS, 2013, p.16).

Decorrente da globalização das atividades agrícolas, Elias (2006) aponta para uma descentralização industrial a partir das últimas décadas do séc. XX e início no séc. XXI. Essa descentralização industrial se deve, principalmente, às transformações técnicas na agricultura, em que a indústria busca fomentar e muitas vezes impor novas

formas de produção às atividades agrícolas. Dessa forma ocorre uma migração industrial para áreas onde antes existiam somente atividades agrícolas.

Essa dispersão industrial pelo território nacional seria uma das características do denominado período técnico-científico-informacional apresentado por Elias (2006) e (2013) utilizando a definição conceitual de Milton Santos. “Ocorre, então, uma verdadeira dispersão espacial da produção, acirrando a divisão social e territorial do trabalho e as trocas intersetoriais, resultando uma nova geografia econômica” (ELIAS, 2013, p.14).

Além de uma dispersão técnica pelos territórios que não participavam dos circuitos nacionais de produção agrícola, ocorre um remodelamento da urbanização brasileira, surgindo cidades cuja função é justamente dar suporte às atividades agrícolas ao seu entorno.

As adições de produtos químicos, a utilização da biotecnologia, o uso intensivo de máquinas agrícolas entre outros, mudando a composição técnica e orgânica da terra (Santos, 1994 b), fizeram nascer também no mundo rural o meio técnico-científico-informacional, o que explica, em parte, a interiorização da urbanização, pois, além do fenômeno da fábrica moderna dispersa, dá-se também o fenômeno da fazenda moderna dispersa (Santos, 1993a) (ELIAS, 2003, p.48).

Essa dispersão e redefinição territorial estaria caracterizada principalmente por uma descentralização industrial, pelas especializações produtivas dos territórios e na agricultura na entrada de agentes externos no campo.

Nestes territórios, os espaços agrícolas compõem pontos das redes de fluxos rápidos, que conectam as áreas consideradas para análise diretamente com os centros de poder em nível mundial, ou seja, a escala local está articulada com a internacional, e o território organiza-se a partir de imposições de caráter ideológico e de mercado (ELIAS, 2006, p.36).

Essas características produtivas intensificam, dentre outras dinâmicas, uma relação campo-cidade muito mais intensa de acordo com Elias (2006).

A autora apresenta as denominadas “cidades do agronegócio” como pontos ou nós territoriais a partir da existência, no entorno das mesmas, de cadeias produtivas especializadas em determinadas produções agrícolas. O papel das cidades do agronegócio é justamente fazer a ligação por fluxos de produção e de informações do campo com outros setores e territórios.

Com a desconcentração industrial e sua inter-relação com as atividades agrícolas, bem como com a expansão da produção não

material, que passaram a se realizar com altos níveis de capital, tecnologia e organização empresarial moderna, a urbanização deixou de ser apenas litorânea e passou a ocorrer nos mais diversos pontos do território (ELIAS, 2006, p.47).

Elias (2003) utiliza o termo “Involução metropolitana”, de Milton Santos, para compreender o aumento da urbanização no interior brasileiro a partir, principalmente, das décadas de 1970 e 1980, em decorrência da difusão do meio técnico-científico-informacional no território nacional, tendo como sustentação material a ligação das atividades agropecuárias com a indústria e o mercado financeiro.

Essa industrialização consagrou algumas cidades médias nacionais, as quais, de acordo com a autora, melhor ou mais rapidamente adotaram as inovações técnico-científicas ou estão estrategicamente no centro de determinadas regiões do agronegócio.

Entre os principais vetores da reorganização do território brasileiro, destacam-se a descentralização industrial; a guerra dos lugares pelos investimentos produtivos; as especializações produtivas do território; a difusão dos novos agentes econômicos e a reestruturação produtiva da agropecuária (ELIAS, 2013, p.14).

As cidades se desenvolvem a partir das relações com as atividades agrícolas apresentadas em seu entorno, a partir do fornecimento de insumos, máquinas e profissionais especializados.

São cidades com função de fomentar as atividades agrícolas desenvolvidas no entorno que também se apresentam no território do Sudoeste paranaense. Apesar de não existirem cidades consideradas médias em termos de padrões nacionais, as pequenas cidades do Sudoeste cumprem as mesmas funções quanto ao suporte material e de informações para as atividades agrícolas do território.

Somando-se a essas condições, o próprio processo de industrialização difusa no interior do território nacional faz com que a organização urbana se manifeste e intensifique as relações com o campo em locais distante dos grandes centros.

Elias (2003, p.188) percebe mudanças nas cidades onde o entorno moderniza suas atividades agrícolas: “Quanto mais moderna se tornava a atividade agropecuária, mais urbana se apresentava sua regulação”.

A cidade torna-se responsável pelo fornecimento de um número crescente de insumos e maquinários, além de tecnologias empregadas na produção agropecuária, ou seja, forma-se uma rede de relações comerciais entre campo e cidade que acentua também as mobilidades sociais e de informações no território.

Essa característica, de acordo com a autora, faz com que ocorra uma maior dinamização das cidades, surgindo várias outras funções, além de ligações em termos de transporte e comunicação para fora do território.

A mudança da base técnica da produção agropecuária; a expansão dos complexos agroindustriais; o acirramento da concentração fundiária; a predominância de novas relações sociais de produção, com relevo para o trabalho agrícola assalariado temporário; a expansão do meio técnico-científico-informacional, no campo e nas cidades, entre outros, sobressaem como resultados do processo de transformação pelas quais passaram os setores econômicos dinamizados pela expansão do capitalismo no campo, que se acompanhou de significativas metamorfoses na sociedade como um todo, assim como no território, culminando com intenso processo de urbanização e crescimento urbano (ELIAS, 2003, p.365).

A partir dessa ligação campo cidade, ocorre uma intensificação de fluxos de pessoas, matérias e informações e aumento de fixos nas paisagens, como construções, estradas e locais de produção.

Segundo Elias (2013), as consequências territoriais desse processo de mudanças seriam uma acelerada fixação de capitais, tanto nos setores agrícolas quanto nas cidades do entorno, assim como um aprofundamento das desigualdades sociais a partir da segregação e marginalização de uma enorme parcela de agricultores.

Ocorre assim um novo processo de urbanização no Brasil, de acordo com Elias (2006) e (2013), diferentemente do que acontecia nas décadas de 1960 e 1970, quando grande parte da população saía do campo em direção às grandes metrópoles. Nos últimos anos ocorre um êxodo rural de caráter mais regional, com as pequenas e médias cidades como destino das populações camponesas, alterando as próprias dinâmicas urbanas dessas cidades.

“Isto explica em parte a reestruturação do território e a organização de um novo sistema urbano brasileiro, muito mais complexo do que há trinta ou quarenta anos” (ELIAS, 2013, p.24).

Isso se deve ao fato, principalmente, da dinamização do agronegócio e sua integração com circuitos de produção. Essa característica faz com que, além de promover uma industrialização descentralizada cuja finalidade é atender as exigências das atividades agrícolas, promova o surgimento de serviços destinados a esse setor, assim como a oferta de postos de trabalho especializados apontados anteriormente.

O território torna-se cada vez mais rígido, mais rugoso, o que explica em parte a interiorização da urbanização, promovida, entre outros,

pelas novas relações estabelecidas entre o campo e as cidades, desencadeadas pelas novas demandas por parte do agronegócio, de produtos e serviços especializados, incrementando o consumo produtivo agrícola (ELIAS, 2013, p.24).

Ocorrem algumas transformações territoriais a partir do desenvolvimento de atividades agrícolas globalizadas ligadas aos complexos agroindustriais, como especialização territorial, integração de capitais, fluxos de informação e escoamento de produtos e insumos.

Ao mesmo tempo, em termos sociais, a urbanização das cidades do interior, denominadas por Elias (2006) e (2013) de cidades do agronegócio, apresenta, além das condições de fomento das atividades agrícolas, locais de inserção e postos de trabalho que muitas vezes acabam integrando agricultores marginalizados desse processo no campo, porém agora participando como trabalhadores assalariados urbanos.

No que diz respeito às alterações sociais no campo, “sobressaem, especialmente, a concentração da estrutura fundiária, a impor uma nova dinâmica ao mercado de terras, e a proletarianização das relações de trabalho, formando-se um mercado de trabalho agrícola formal” (ELIAS, 2006, p.26).

As consequências territoriais para as pequenas unidades de produção a partir da constituição dos complexos agroindustriais globalizados, conforme Elias (2013), vão desde a impossibilidade de sobrevivência nas mesmas, com a saída da população para as cidades, até o desenvolvimento de atividades alternativas, como o trabalho assalariado para a permanência no local de moradia.

Além disso, intensifica-se a proletarianização no campo, com o avanço das relações de trabalho a partir da desapropriação dos meios de produção de pequenos proprietários, meeiros, parceiros etc.

A autora destaca os trabalhadores temporários procedentes do campo, como nos casos de pequenos proprietários e desprovidos de terras que têm na venda da força de trabalho para unidades maiores a única forma de permanência no campo.

Esses, normalmente pequenos agricultores, como não conseguem garantir a sobrevivência da família unicamente pelo produto do trabalho no seu lote de terra, são obrigados a se assalariar em determinados períodos do ano, especialmente nas empresas agrícolas mais dinâmicas, durante as safras dos principais produtos agrícolas (ELIAS, 2013, p.21).

Ocorre assim, de acordo com a autora, principalmente a partir da década de 1980, um crescimento do mercado de trabalho formal na agricultura.

Diante desse novo quadro no mundo do trabalho, compreender a evolução do mercado de trabalho formal no setor da agropecuária ajuda a melhor compreender a realidade agrária brasileira do presente, pois o surgimento de uma classe de trabalhadores assalariados no campo representa a materialização do movimento do capital (ELIAS, 2013, p.21).

As atividades agrícolas mais dinamizadas passam a exigir mão de obra especializada para o seu desenvolvimento, isso faz com que muitos profissionais com elevado nível de formação técnico-científica passem a integrar as mesmas, ocorrendo uma incorporação de trabalhadores especializados, muitos procedentes de áreas urbanas.

São atividades como manutenção de máquinas agrícolas, prestação de serviços, pesquisa e melhoramento de sementes, aplicação de insumos, acompanhamento veterinário e até programação de softwares de equipamentos destinados a atividades agrícolas.

No que diz respeito à agricultura familiar, ocorre uma integração através do trabalho assalariado complementar ou até mesmo como principal fonte de renda, tanto em outras unidades mais dinamizadas em termos técnicos e produtivos quanto nas cidades próximas em outros setores econômicos.

Dessa forma, a organização das unidades agrícolas se expressa de variadas formas como previamente apontadas; desde integradas ou parcialmente integradas aos circuitos produtivos até agricultores que, desprovidos dos meios de produção, passam a vender sua força de trabalho para se manter no campo.

A maior parte dos agricultores ficou excluída das benesses desses processos, marginalizando-se com as novas relações sociais de produção que passaram a dominar as relações econômicas. Dessa maneira, acirraram-se as formas de assalariamento, de trabalho temporário, o subemprego e mesmo o desemprego no mercado de trabalho agrícola (ELIAS, 2003, p.368).

Compreende-se o duplo jogo de forças que contribui para a ocorrência da proletarianização nas unidades de produção familiares. De um lado, o processo de modernização das atividades agrícolas a partir de sua dinamização com as pequenas cidades e o campo oferecendo condições de integração, como vendedores de mão de obra; por outro lado, dificultando no campo sua integração e esse processo produtivo como produtor de produtos agrícolas.

As políticas de modernização econômica, de maneira geral, e agrícola, em particular, excluíram a maior parte dos pequenos agricultores, deixando-os sem alternativas econômicas e sociais, porquanto ficaram à margem da política de crédito, assistência técnica, armazenamento

etc. de igual modo, o aprofundamento das relações capitalistas de produção foi responsável pela deterioração dos padrões materiais de existência dos trabalhadores agrícolas que se transformaram em residentes urbanos (ELIAS, 2003, p.378).

Compreende-se, portanto a integração de agricultores familiares em atividades não-agrícolas justamente em territórios onde o agronegócio se apresenta, assim como unidades que desenvolvem suas atividades a partir da mão de obra familiar.

São esses os fatores territoriais compreendidos aqui como fatores exógenos, portanto, que contribuem para que agricultores familiares desenvolvam atividades não-agrícolas: de um lado as transformações nas formas de produção de atividades agrícolas, que nem sempre são adequadas à realidade das unidades familiares, e por outro a oferta de postos de trabalho, no entorno e nas cidades locais também fortemente influenciadas por esse mesmo arranjo territorial.

Prefere-se, dessa forma, classificar o período como de aproximação entre campo e cidade, devido principalmente à industrialização das atividades agrícolas e ao aumento das técnicas utilizadas nas produções. Porém, sem classificar esse processo como de urbanização do campo, somente como industrialização das técnicas, haja vista que muitas vezes a industrialização destinada às atividades agrícolas, apesar de centralizar nas cidades suas fábricas e locais de venda, tem nas atividades agrícolas seus objetivos, ou seja, é destinada ao campo.

São dinâmicas que se intensificam a partir dessas mudanças estruturais apresentadas: a saída de agricultores do campo, a incorporação de outra parcela a atividades urbanas, assim como uma diversificação interna de atividades necessárias para a manutenção das famílias de agricultores nas pequenas unidades de produção.

1.5 Dinâmicas organizacionais decorrentes das mudanças estruturais no campo

Apresentadas as mudanças estruturais produtivas na agricultura brasileira ao longo das últimas décadas, considera-se a seguir as formas de organização das unidades de produção familiares decorrentes desse processo. Mudanças como o desenvolvimento de atividades não-agrícolas, muitas delas estimuladas economicamente a partir de novos hábitos de consumo, como atividades de revalorização do rural, e outras como atividades emergenciais na tentativa de permanência no campo por famílias em unidades marginalizadas do processo de modernização.

A partir das teses de Silva (2002) no denominado “Novo Rural brasileiro” e mesmo nas características do que Schneider (2003) vai classificar como reestruturação

agrária, busca-se uma comparação com a realidade pesquisada, em que o município de Itapejara D'Oeste apresenta aspectos organizacionais na agricultura predominantes no território do Sudoeste paranaense, onde pequenas unidades de produção apresentam variadas formas de produção e organização a partir de características territoriais.

Considera-se como alterações gerais decorrentes dessa configuração como previamente apontadas: a intensificação das dinâmicas sociais, na saída da população do campo; técnico-produtivos e naturais: na incorporação de técnicas mecanizadas na produção agrícola, uma maior exploração dos recursos naturais e consequente degradação ambiental; e as novas dinâmicas socioeconômicas: as atividades e ocupações alternativas desenvolvidas por agricultores familiares.

Ao classificar os agricultores brasileiros a partir da consolidação dos CAIs, Silva (1998) os diferencia em produtores integrados e não integrados, e a partir dessa característica sua forma de atuação.

Os integrados, se forem grandes capitais, estarão verticalmente relacionados às atividades agroindustriais; se forem pequenos, buscarão formas sociais sem fim, através de organizações cooperativas sindicais onde procurarão melhorar o seu poder de barganha diante daqueles grandes capitais verticalmente integrados (SILVA, 1998, p.169).

Silva (1998) afirma ainda que o nível de vida dos segmentos não integrados aos CAIs dependerá muito da organização dos mesmos e, principalmente, das políticas agrícolas que o Estado apresenta.

A marginalização das pequenas unidades aos processos produtivos da agricultura moderna ocorre devido à impossibilidade de integração das mesmas aos circuitos produtivos. Percebe-se assim a importância do Estado no planejamento de políticas públicas ou até mesmo a própria organização política dos pequenos agricultores na amenização das consequências.

Assim como Elias (2006) e (2013), Silva (1998) aponta a proletarianização de parcela de agricultores não integrados às dinâmicas econômicas como característica territorial intensificada nas últimas décadas no campo.

Silva (1998) apresenta a idéia de “purificação” das relações de trabalho, que consiste na liberação dos vínculos dos parceiros, agregados e dependentes dos grandes proprietários com a terra.

A “purificação” das relações de trabalho, na medida em que elimina os pagamentos não-monetários da força de trabalho - tais

como casa de moradia, lenha e acesso a uma horta para produção doméstica -, libera o trabalhador dos vínculos com a terra como forma de garantir, aos menos parcialmente, a sua subsistência, mas também reduz o tempo em que o trabalhador rural está ocupado nas atividades agrícolas ao seu tempo de trabalho (SILVA, 1998, p.167).

Essa dinâmica de “purificação” das relações de trabalho, de acordo com Silva (1998), faz com que ocorra um aumento do desemprego ou subemprego, justamente pela perda de possibilidade de desenvolvimento de uma atividade para subsistência em determinada unidade que antes disponibilizava, além de trabalho, moradia para parceiros ou agregados, acarretando na saída do campo, a partir das práticas de contratação temporária, ou seja: admitindo trabalhadores somente em determinadas épocas.

Ao mesmo tempo ocorre uma “profissionalização” das atividades na agricultura, sendo que algumas exigem mão de obra temporária, ocasionando uma utilização parcial da força de trabalho com profundas degradações sociais dos trabalhadores, como baixa organização sindical e consequente perda de direitos trabalhistas.

Quanto às pequenas unidades de produção, Silva (1998) aponta para uma tendência: a polarização a partir da organização produtiva das mesmas:

De um lado, uma perda gradativa do papel produtivo dos segmentos mais pobres de pequenos produtores, de modo a converter a terra que possuem em mero local de moradia ou, quando muito, produção para auto consumo da família; de outro, uma tecnificação crescente dos produtores familiares integrados aos complexos agroindustriais, aliando um patrimônio imobilizado cada vez maior a menores níveis de autonomia na organização de seu próprio processo produtivo (SILVA, 1998, p.167).

Nesse pensamento, a crítica de Silva (1998) à precarização e mesmo à tecnificação dos pequenos agricultores é perceptível ao apontar que:

de um lado, um inegável processo de proletarianização, de outro podemos apontar também, dentro do espectro de diferenciação do campesinato, a recriação de produtores familiares que se tecnificam crescentemente, sem, todavia, conseguir escapar da sina de permanecer como pequenos produtores (SILVA, 1998, p.166).

Outro aspecto de alteração provocado pela modernização da agricultura em unidades de produção familiares é o aumento da exploração do trabalho, o qual nem sempre representa uma melhoria nas condições de vida. Em muitos casos ocorre um

profundo processo de endividamento e impossibilidade de produção, como apresentado por Santos (2008), ou mesmo uma intensificação do uso de força de trabalho em atividades como avicultura, fumiicultura e até mesmo a pecuária leiteira.

São necessidades de ganhos econômicos cada vez maiores e, no caso de se tratar de unidades pequenas em extensão, ocorre uma acentuada utilização da força de trabalho familiar para que ocorra essa compensação econômica.

Outras culturas como soja e milho, muito presentes no Sudoeste paranaense, acabam por diminuir a utilização da força de trabalho e até mesmo amenizar a penosidade física à qual eram submetidos os agricultores em técnicas de produção tradicionais. Essa característica, conforme Santos (2008), vai ser importante para a incorporação da agricultura convencional tecnificada mesmo em pequenas unidades, onde essas técnicas não são adequadas.

O que se questiona não é a modernização como possibilidade de aumento da produtividade e diminuição do trabalho braçal direto pela mecanização em algumas atividades, mas sim sua incapacidade de adaptação às condições das pequenas unidades, ou sua destinação entendida como voltada para as grandes unidades produtivas.

O padrão tecnológico adotado e difundido não se adequa às necessidades da pequena produção e as razões para isto são simples: as características estruturais da agricultura familiar brasileira não se adequam ao padrão tecnológico disponível; o processo não foi feito para os pequenos. De um lado, características como limitada disponibilidade de terras para uso de máquinas, condições ecológicas adversas – piores terras – policultura, insuficiência de recursos para investimentos e mão-de-obra numerosa dificultam o acesso à moderna tecnologia (ALENTEJANO, 1997 *apud* SAUER, 2008, p. 18).

As mudanças e adaptações que agricultores familiares desenvolvem podem ser compreendidas a partir do processo de seleção que a agricultura modernizada impõe às pequenas unidade, emergindo nesse contexto a pluriatividade.

Ao mesmo tempo, decorrentes de visões em que o campo representaria uma melhor qualidade de vida, diante dos inúmeros problemas urbanos e até mesmo uma preocupação ambiental, surgem novas formas de valorização do espaço rural, como o turismo rural e serviços de lazer a partir de um maior contato com a natureza, além de pequenas agroindústrias de beneficiamento de alimentos destinados a nichos específicos de mercado, como apresentado em Silva (2002).

A própria visibilidade do Estado e ONGs surge nesse movimento de valorização do rural e preocupação com atividades alternativas. Essas iniciativas

incentivam o desenvolvimento das formas e atividades não-agrícolas de atuação e permanência no campo por parte de agricultores familiares, como visto em Candiottto (2007).

Mesmo não se enquadrando totalmente na realidade pesquisada, entende-se necessária uma consideração a respeito da valorização do rural apresentado em Silva (2002) e Candiottto (2007), por se tratar de um movimento mais presente em territórios rurais próximos a regiões metropolitanas, porém, no Sudoeste paranaense, essas mudanças se manifestam numa maior ligação entre o campo e as pequenas cidades existentes no território, tanto nos fluxos de pessoas quanto de mercadorias e informações.

Uma característica desses autores pertinente com a realidade estudada refere-se, portanto, à emergência de atividades não-agrícolas presentes tanto em Silva (2002) quanto em Candiottto (2007) e nas considerações de Schneider (2003) nos estudos sobre a pluriatividade.

Apresentam-se, assim, inicialmente, as idéias de Silva (2002) sobre o que denomina “novo rural” brasileiro, sem a preocupação de concordar ou não com essa teoria, e sim como forma de ilustrar as transformações sociais no rural e mesmo pela importância e pioneirismo da pesquisa de Graziano da Silva nesses estudos.

Silva (2002) vai entender e denominar o “novo rural” a partir de 4 características ou subconjuntos de organização, presentes no quadro 2.

Quadro 2: Características do “Novo rural brasileiro” em Graziano da Silva 2002.

1. Uma agropecuária moderna, baseada em commodities e intimamente ligada às agroindústrias, que vem sendo chamada de o agribusiness brasileiro;
2. Um conjunto de atividades de subsistência que gira em torno da agricultura rudimentar e da criação de pequenos animais, que visa primordialmente manter relativa superpopulação no meio rural e um exército de trabalhadores rurais sem terra, sem emprego fixo, sem qualificação, os “sem-sem” como já os chamamos em outras oportunidades, que foram excluídos pelo mesmo processo de modernização que gerou o nosso agribusiness;
3. Um conjunto de atividades não-agrícolas, ligadas à moradia, ao lazer e a várias atividades industriais e de prestação de serviços; e
4. Um conjunto de “novas” atividades agropecuárias, localizadas em nichos específicos de mercados.

Fonte: Graziano Da Silva (2002). Org: Rogério Musatto, 2015.

São as atividades surgidas a partir da valorização do rural, como turismo e serviços, apresentadas por Silva (2002), que não se apresentam significativas na agricultura familiar do Sudoeste paranaense, porém o que se observa é justamente a incorporação dos mesmos a atividades não-agrícolas externas à unidade como significativas.

Schneider (2003), ao classificar o processo de reestruturação agrária, define como um movimento global, sobretudo em países de capitalismo avançado, tendo como início o pós-Segunda Guerra e desencadeando alterações perceptíveis com mais nitidez após a década de 1980, classifica como um processo que afeta a estrutura agrária em quatro características (quadro 3).

Quadro 3: Schneider (2003) - Reestruturação agrária: Principais características.

1. A primeira refere-se à superprodução de produtos agrícolas devido à aceleração do progresso técnico na agricultura e da relativa estabilidade de preços decorrente do apoio e da intervenção do Estado na produção agropecuária dos países desenvolvidos.
2. A segunda refere-se às consequências ambientais decorrentes da superprodutividade da agricultura, especialmente no que diz respeito ao seu impacto sobre a paisagem rural.
3. A terceira característica está relacionada ao crescimento desigual da riqueza gerada pelos avanços tecnológicos entre os agricultores e entre as diferentes regiões.
4. E a última característica de reestruturação estaria assentada sobre as mudanças no trabalho familiar agrícola, especialmente no que se refere à emergência da pluriatividade e das atividades não-agrícolas no espaço rural.

Fonte: (SCHNEIDER, 2003, p. 114) Org: Rogério Musatto, 2015.

Essas classificações, tanto a de Silva (2002) quanto de Schneider (2003), permitem identificar o desenvolvimento da pluriatividade diante das demais dinâmicas organizacionais que ocorrem no campo, ou seja, sofrendo influências dos demais subconjuntos dessa organização, sendo vista assim como uma estratégia territorial que sofre influências de fatores e dinâmicas externas.

As influências do chamado agronegócio são significativas, sendo que as pressões econômicas e até mesmo políticas nas unidades de produção podem ser decisivas para a incorporação de agricultores a atividades externas, como apresentado a partir das idéias de Elias (2006) e (2013).

Schneider (2003) aponta justamente para as novas formas de consumo e exploração econômica do rural decorrentes da intensificação capitalista, mesmo que de

maneira desigual territorialmente nas últimas décadas do séc. XX e primeiras do séc. XXI como estruturas agrárias:

fortemente marcadas pela consolidação do sistema agroalimentar internacional e pela mercantilização crescente tanto das relações de produção como daquelas dimensões que Marsden enquadra na esfera do “consumo não-produtivo”, como a paisagem rural, o clima, o ambiente natural, etc (SCHNEIDER, 2003, p.96).

Candiotto (2007) também apresenta o aumento de atividades não-agrícolas no meio rural como produto da complexidade e mutação das formas de organização de unidades de produção, porém, além dessa característica, o autor aponta para um interesse da população urbana por alguns atrativos no meio rural que podem ser explorados economicamente:

Seja para residência, para lazer, para descanso, ou mesmo para algo que para muitos se tornou exótico (animais, plantações, rios, matas). A partir desse interesse, além da tradicional produção agropecuária e das atividades para-agrícolas e artesanais do meio rural, paisagens, a biodiversidade, manifestações culturais e o modo de vida rural, passam a ser incorporadas como aspectos que podem gerar emprego e renda para as famílias rurais (CANDIOTTO, 2007, p.95).

Essas transformações em curso no campo brasileiro, concretizadas no desenvolvimento de atividades “urbanizadas” e até mesmo a incorporação de agricultores em outros setores econômicos, vão influenciar, inclusive, visões sobre o caráter de uma reforma agrária no Brasil. Nesta visão teórica:

A redistribuição da propriedade fundiária não teria como objetivo principal colocar os agricultores familiares e camponeses como produtores de alimentos, pois o setor agroindustrial tem sido capaz de produzir o suficiente para atender a demanda do mercado de alimentos (SAUER, 2008, p. 58).

Sauer (2008) aponta como um dos principais idealizadores dessa proposta Graziano da Silva, que, segundo o mesmo, “(...) a nossa reforma agrária não precisa mais ter um caráter estritamente agrícola, dado que os problemas fundamentais da produção e dos preços podem ser resolvidos pelos nossos complexos agroindustriais” (SILVA, 1998 *apud* SAUER 2008, p. 58).

A agricultura familiar seria vista como forma de contenção social, na estagnação da saída da população em direção às cidades, logicamente a partir uma visão urbanizada de que aumentaria os problemas urbanos caso essa dinâmica persistisse.

A preocupação ambiental também é importante de acordo com esses novos objetivos de uma reforma agrária, sendo que as pequenas unidades seriam as responsáveis pela preservação ambiental a partir de uma compensação econômica por parte do Estado.

Diante dessas características da agricultura familiar, Silva (2002) apresenta um novo paradigma no mundo rural dos países desenvolvidos como sendo o “agricultor em tempo parcial”, *part-time farmer*: o mesmo não desenvolve somente atividades agrícolas em sua unidade, mas uma combinação de atividades, tanto internas quanto externas à unidade de produção.

“O *part-time* não é mais fazendeiro especializado, mas um trabalhador autônomo que combina diversas formas de ocupação (assalariadas ou não). (...) uma pluriatividade que combina atividades agrícolas e não-agrícolas” (SILVA, 2002, p.5).

A alternativa à pluriatividade seria, neste caso, uma forma de se adaptar às mudanças exteriores às unidades de produção, aos fatores macroeconômicos, sociais e culturais que, a partir das transformações contemporâneas, contribuiriam para a intensificação de práticas não-agrícolas.

Porém, não somente esses fatores seriam os responsáveis, como será analisado no capítulo seguinte. A partir de considerações de Schneider (2003), há também as decisões internas às unidades familiares como fatores que influenciam no desenvolvimento da pluriatividade.

Desse modo, a noção de pluriatividade, apesar de polêmica, vem sendo utilizada para descrever o processo de diversificação que ocorre dentro e fora da propriedade, bem como para apontar a emergência de um conjunto de novas atividades que tomam lugar no meio rural (SCHNEIDER, 2003, p.79).

Pensa-se nos condicionantes da pluriatividade, em que alterações em diferentes escalas e situadas em determinado tempo histórico podem ser decisivas para sua ocorrência ou intensificação na agricultura familiar.

Compreende-se o local estudado nessa pesquisa como vinculado e/ou integrado aos processos capitalistas no campo. Visto que, a partir da pesquisa de Santos (2008), o Sudoeste paranaense, com um território rural ocupado fortemente por pequenas unidades de produção familiares, participa mesmo que de maneira desigual do processo de modernização da agricultura.

Propõem-se, assim, uma classificação das diferentes dinâmicas e formas organizacionais de unidades de produção presentes no território local, englobando unidades de produção familiares e não familiares.

Mesmo sabendo dos riscos de uma classificação tipológica, devido à enorme diversificação e combinações de características presentes nas unidades rurais, não somente nas familiares, pensou-se, a partir das atividades desenvolvidas e das fontes de renda, em diferenciar dinâmicas organizacionais e categorias de unidades de produção, para a melhor compreensão da pluriatividade presente nas famílias de agricultores, de acordo com o quadro a seguir.

Quadro 4: Principais características organizacionais de unidades de produção a partir da atuação econômica e fontes de renda – Sudoeste paranaense.

Especialização da produção: Atividades agrícolas dinamizadas em termos de capital e tecnologias: agricultura, avicultura, suinocultura e outras atividades, integração a mercados e circuitos produtivos. Especialização de produção, contratação de mão de obra. Racionalização da produção. Suporte técnico a partir do mercado. Administradores agrícolas.
Diversificação da produção: Médias e pequenas unidades de produção que têm na diversificação interna grande contribuição econômica. Base na produção agrícola com diversificação tanto agrícola quanto não-agrícola interna e externa. Combinações de atividades agrícolas tendo como base econômica a agricultura convencional, pequenas agroindústrias. Contratação de mão de obra temporária. Intenso uso da força de trabalho familiar na unidade.
Diversificação das fontes de renda: Pequenas unidades de produção que nem sempre têm uma atividade agrícola como base econômica. Diversificação das fontes de renda: trabalho assalariado agrícola e não-agrícola, aposentadorias/pensões. Perda de importância das atividades agrícolas (arrendamento). Pluriatividade como alternativa.
Precarização das fontes de renda: Baixa diversificação de fontes de renda. Pequenas unidades e pouca diversificação das fontes de renda internas e externas. Agricultura convencional em pequenas extensões e/ou venda de força de trabalho com baixa qualificação, informalidade. Forte presença de aposentadorias/pensões. Saída de membros familiares em direção à cidade.

Fonte: Elaboração do autor. Org: Rogério Musatto, 2015.

Tendo como base as leituras teóricas feitas e a realidade pesquisada, compreendida não somente nos limites do município de Itapejara D'Oeste, mas como características organizacionais e de atuação de agricultores presentes na maior parte do

território do Sudoeste paranaense, apresentou-se o quadro classificatório, sem a intenção de fechar ou limitar as diferentes categorias, e sim apresentar algumas características como atividades e fontes de rendas, compreendidas como significativas e decisivas para a diferenciação entre unidades.

Mesmo se deparando na pesquisa empírica com uma variada possibilidade de combinações e alguns arranjos de unidades e famílias que apresentam características de diferentes categorias mostradas no Quadro 4, é possível pensar na importância das atividades agrícolas e mesmo das não-agrícolas para as unidades de produção familiares.

Dessa forma, o quadro analítico é baseado, principalmente, na importância das atividades responsáveis pela renda nas unidades de produção, sendo que em algumas delas as atividades agrícolas são mais importantes em termos econômicos; em outras unidades as mesmas perdem essa importância, surgindo fontes de renda não-agrícolas.

Percebe-se, assim, a partir das leituras feitas e da proposta de diferenciação de dinâmicas econômicas nas unidades de produção do Sudoeste, a estratificação e desigualdade presente no campo regional.

Além disso, foram apresentadas as condições territoriais que influenciam principalmente unidades em que as atividades agrícolas não são suficientes para a sobrevivência e permanência e apresentam membros familiares inseridos em atividades externas.

Considera-se, dessa forma, que o denominado processo de modernização da agricultura não é capaz de reduzir as condições de pobreza no campo, principalmente em pequenas unidades de produção, pelo contrário, essas mudanças impostas a partir da intensificação do capitalismo nas atividades agrícolas intensificam as desigualdades sociais.

A diversificação e as práticas de atividades não-agrícolas, entretanto, constituem alternativas que amenizariam, melhorando as condições de vida das famílias com pequenas unidades de produção, porém deixando-as vulneráveis aos setores econômicos inseridos, justamente pela perda de autonomia que era mais significativa nas atividades agrícolas desenvolvidas, tanto na organização da unidade quanto na vida dos mesmos.

Apresentado essas informações, considera-se, no próximo capítulo, o conceito de pluriatividade de maneira mais detalhada e suas principais características teóricas.

CAPÍTULO 2 PLURIATIVIDADE – DISCUSSÕES TEÓRICAS COMO BASE À PESQUISA EMPÍRICA

Neste capítulo, far-se-á uma caracterização conceitual das estratégias de atuação de agricultores familiares tanto nas unidades de produção quanto fora delas, ou seja, das famílias e/ou unidades pluriativas.

Consideram-se os elementos que fomentam as tomadas de decisões, estratégias das famílias para essa ocorrência, assim como o surgimento das discussões e da preocupação científica com essa dinâmica no meio rural, além de fatores internos e externos às unidades que contribuem para o desenvolvimento da pluriatividade.

Apresenta-se, inicialmente, uma interpretação das estratégias produtivas e organizacionais das unidades de produção familiares a partir de algumas características do conceito geográfico de território, justamente para analisar, logo em seguida, as implicações tanto econômicas/produtivas quanto sociais/organizacionais.

A pluriatividade do ponto de vista da concretude da agricultura familiar pode ser considerada uma alternativa para reprodução de famílias com pequenas unidades de produção. Esta condição se agrega a outras observadas a partir dos levantamentos teóricos que se constituem em elementos motivadores da pluriatividade tanto como fonte de renda quanto como forma de manter o vínculo com a terra.

“Isso não significa que outras formas sociais de uso da terra e do trabalho, que não as familiares, não possam ter, na prática da pluriatividade, um dos mecanismos de reprodução ou mesmo de ampliação de fontes de renda” (SCHNEIDER, 2003, p.91).

Justamente pelo fato de que o desenvolvimento de uma atividade não-agrícola pode ter um peso ou representação muito maior para pequenas unidade, ela também pode ser decisiva economicamente. Sendo que em unidades maiores e não-familiares a diversificação das fontes de renda representa simplesmente uma maior capitalização, não sendo vista como uma necessidade para sobrevivência, como ocorre em unidades de produção menores.

Pensar nas inúmeras formas de organização e atuação territorial das famílias que têm por base pequenas unidades de produção no campo significa considerar as relações de poder atuando, contribuindo e condicionando para determinada estratégia de atuação dos agricultores.

A partir dos debates teóricos apresentados no capítulo anterior, com autores que pensam na formação e transformação territorial, principalmente Saquet (2007, 2011) e Raffestin (1993) compreendem um determinado território como portador de

múltiplas territorialidades que se relacionam na criação e/ou modificação do mesmo, dessa maneira se tem o campo como resultado e local que apresenta inúmeras estratégias territoriais.

Essas construções/alterações territoriais têm influências de atuações tanto do Estado quanto do mercado econômico concretizado nas empresas e capitais, nas próprias estratégias individuais e/ou familiares que os indivíduos desenvolvem cotidianamente, sejam elas no campo ou na cidade.

Dessa maneira, consideram-se fatores exógenos e endógenos às unidades de produção como contribuintes/condicionantes para o desenvolvimento de outras atividades além das agrícolas, as quais se constituem no presente objeto de pesquisa.

A adoção da pluriatividade por parte da família rural depende das estratégias e anseios de cada família, porém, apesar de diversas atividades pluriativas serem desenvolvidas a partir da iniciativa de famílias rurais, a origem da maior parte das atividades não agrícolas para a população rural está ligada à oferta de empregos provenientes de empresas que não são de propriedade dos agricultores familiares, como indústrias e outras empresas que se instalam no meio rural, e que buscam mão-de-obra barata e próxima (CANDIOTTO, 2007b, p.206).

Neste contexto, pode-se ainda considerar a presença de uma agricultura modernizada, suas redes de circulação e informação, assim como suas influências políticas e econômicas, como visto no primeiro capítulo.

Ainda a participação territorial da agricultura familiar, suas formas de organização política e relações com a natureza, assim como as inúmeras estratégias de resistência e sobrevivência no campo. Essas duas realidades não devem ser vistas como antagônicas e excludentes, mas sim se relacionando e influenciando, pois se trata de formas de organização técnica da produção no caso da agricultura modernizada, e, por outro lado, uma base social na agricultura familiar.

A partir das estratégias individuais e ou familiares, portanto: “Todos nós combinamos energia e informação, que estruturamos com códigos em função de certos objetivos. Todos nós elaboramos estratégias de produção, que se chocam com outras estratégias em diversas relações de poder” (RAFFESTIN, 1993, p.153).

“Relações de poder que estão nas famílias, nas universidades, no Estado em suas diferentes e complementares instâncias, nas fábricas, na igreja... enfim, em nossa vida cotidiana” (SAQUET, 2007, p.25).

No campo, essas relações constituem as tramas territoriais manifestadas por ações de indivíduos e grupos que contribuem para que agricultores familiares desenvolvam atividades não-agrícolas.

Seguindo esse raciocínio, têm-se as territorialidades como “relações sociais e apropriação num primeiro nível”, como afirma Saquet (2011), podendo ser traduzidas como manifestações da vida cotidiana praticada e/ou condicionada por agricultores familiares em seus territórios/locais de interação social, cultural, econômica e com a natureza, sendo a pluriatividade compreendida como produto e condicionante para a concretização de determinado território, ou seja, como uma territorialidade ou estratégia territorial.

“A territorialidade significa as relações diárias, momentâneas, que os homens mantêm entre si, com sua natureza interior e com sua natureza inorgânica, para sobreviverem biológica e socialmente” (SAQUET, 2007, p.129).

A territorialidade é o acontecer de todas as atividades cotidianas, seja no espaço do trabalho, do lazer, da igreja, da família, da escola etc., resultado e determinante do processo de produção de cada território, de cada lugar; é múltipla, e por isso, os territórios também o são, revelando a complexidade social e, ao mesmo tempo, as relações de dominação de indivíduos ou grupos sociais com uma parcela do espaço geográfico, outros indivíduos, objetos, relações (SAQUET, 2007, p.129).

Dessa forma, as mudanças territoriais como a precarização da vida, principalmente em unidades de produção onde a integração as formas produtivas modernas não se realiza por completo, são compreendidas como fatores importantes para o desenvolvimento da pluriatividade.

Ciente dessa complexidade de fatores e relações, compreende-se as estratégias da pluriatividade ao mesmo tempo condicionada por fatores externos como também uma expressão de decisões internas às famílias de agricultores, debate a ser apresentado a seguir. Antes disso, analisam-se algumas contribuições para o surgimento e consolidação do conceito de pluriatividade nas ciências sociais.

2.1 Pluriatividade - características teóricas conceituais

Apresenta-se neste subtítulo uma definição conceitual de unidades e famílias pluriativas, para compreender como se estruturam essas unidades a partir do desenvolvimento de atividades não-agrícolas.

De maneira genérica, acredita-se pertinente a definição de Schneider (2003), quando aponta para a idéia de que a pluriatividade se efetiva na integração através de relações sociais e econômicas das famílias e suas unidades produtivas com a organização agrária e com setores urbanos mercantis.

A noção de pluriatividade vem sendo utilizada para descrever o processo de diversificação que ocorre dentro e fora da propriedade, bem como para apontar a emergência de um conjunto de novas atividades que tomam lugar no meio rural (SCHNEIDER, 2003, p.79).

A partir dessa idéia, vê-se a necessidade de compreensão, não somente dos fatores internos às unidades de produção e à família, mas também considerações das dinâmicas externas como a organização estrutural do campo e mesmo a proximidade física ou comercial/econômica com atividades de outros setores ou a oferta das mesmas, como alerta Candioto (2007).

A diversificação de atividades, tanto internas quanto externas à unidade de produção no âmbito da família, compreende-se a partir das diferentes ocupações em que cada membro se insere, porém, geralmente apresentando uma atividade agrícola na unidade com a realização de outra não-agrícola.

Nesse sentido, Schneider (2003) apresenta as idéias de Fuller (1990), compreendido como uma referência mundial no debate teórico sobre pluriatividade: “Refere-se a uma unidade produtiva multidimensional, onde se pratica a agricultura e outras atividades, tanto dentro como fora da propriedade, pelas quais são recebidos diferentes tipos de remuneração e receitas (rendimentos, rendas em espécies e transferências)” (SCHNEIDER, 2003, p.79).

As relações exteriores dos membros das famílias residentes no espaço rural se apresentam multidirecionadas com respeito às formas de obtenção de renda e receitas, sendo que a atividade agrícola interna nem sempre possui na unidade familiar sua principal força de trabalho, passando muitas vezes a ser desenvolvida por um ou poucos membros.

A pluriatividade refere-se à emergência de situações sociais em que os indivíduos que compõem uma família com domicílio rural passam a dedicar-se ao exercício de um conjunto variado de atividades econômicas e produtivas, não necessariamente ligadas à agricultura e ao cultivo da terra, e cada vez menos executadas dentro da unidade de produção (SCHNEIDER, 2003, p.23).

Considerando essa característica de pouca ocupação de mão de obra nas atividades agrícolas, a leitura feita no primeiro capítulo, sobre o processo de

modernização da agricultura, possibilita compreender a diminuição da força de trabalho e do tempo necessário para a produção agrícola como fatores que contribuem para o desenvolvimento da pluriatividade e mesmo a necessidade de diversificação das fontes de renda das famílias, visto que pequenas unidades sofrem um processo de marginalização.

De acordo com Alentejano (1999) *apud* CandiOTTO (2007b), a característica de diversificação como estratégia de reprodução de agricultores deve ser considerada junto à definição conceitual da pluriatividade:

A pluriatividade envolve a diversificação das formas de organização, com multiplicação de estratégias complementares de reprodução dos agricultores, como o assalariamento urbano, a transformação industrial ou artesanal da produção agrícola, e o desenvolvimento de atividades terciárias (serviços e lazer) na propriedade rural (CANDIOTTO, 2007 b, p.196).

Ainda sobre a diversificação de atividades como estratégias de reprodução, CandiOTTO (2007 b) especifica que as mesmas passaram de estratégias decorrentes de fatores internos à unidade para uma imposição externa a partir da intensificação de atuação das relações capitalistas, tanto no campo quando na cidade¹¹. “Tal diversificação está vinculada ao mercado e, portanto, aos interesses dos agentes hegemônicos do capitalismo global” (CANDIOTTO, 2007 b, p.197).

Entende-se, a esse respeito, as estratégias desenvolvidas a partir de duas características das unidades de produção: uma como fundamental para subsistência, não sendo mais possível somente pelas atividades agrícolas internas, e uma segunda característica como complementação da renda em unidades tecnificadas com subocupação da força de trabalho, isto é: unidades que não ocupam totalmente sua força de trabalho internamente.

Dessa forma, mesmo sendo duas características a partir de decisões internas, as famílias são influenciadas pelas transformações e intensificação das relações capitalistas no campo. As desigualdades manifestadas levam tanto a uma tecnificação com a redução da mão de obra quanto à impossibilidade de produção em unidades marginalizadas, como se percebe através das leituras de Silva (2002).

¹¹ O espaço rural, que durante o fordismo restringia-se a cumprir funções produtivas agrícolas, incorpora novas atribuições e surge como locus de múltiplas atividades produtivas. Entre as novas funções do espaço rural, estaria o consumo de bens materiais e simbólicos (propriedades, festas, gastronomia) e serviços (ecoturismo, turismo rural, atividades ligadas à preservação ambiental) (CANDIOTTO, 2007. p.105).

Em sua definição, Schneider (2003) destaca os casos de pluriatividade, em que a permanência de certas relações com o espaço rural, sejam elas atividades agrícolas e cotidianas à família, existem como características, apesar das transformações decorrentes dessa dinâmica.

Podemos definir a pluriatividade como um fenômeno através do qual membros das famílias de agricultores que habitam no meio rural optam pelo exercício de diferentes atividades, ou mais rigorosamente, optam pelo exercício de diferentes atividades não-agrícolas, mantendo a moradia no campo e uma ligação, inclusive produtiva, com a agricultura e a vida no espaço rural (SCHNEIDER, 2003, p. 91).

Apesar da permanência das atividades agrícolas nas unidades pluriativas, como apontado por Schneider (2003), as mesmas muitas vezes perdem importância como atividade central. Porém, deve-se ter alguns cuidados quando se analisa a importância econômica das atividades agrícolas, pelo fato de que, apesar de ser uma atividade que necessite de reduzida força de trabalho, ainda pode representar um peso econômico considerável para a família, justamente pela incorporação técnica em seu desenvolvimento.

Já na análise geográfica de Anjos (2003), de acordo com Candiottto (2007b, p.198), “para apreender as várias manifestações da pluriatividade, é preciso considerar as especificidades geográficas, econômicas, políticas e sociais de cada país”.

Candiottto (2007b) mostra que a leitura de Anjos (2003) é fundamentada por uma compreensão da pluriatividade a partir de influências microestruturais e macroestruturais.

Sabendo dessa diferenciação de análises, a primeira de influência marxista e a segunda Chayanoviana, Candiottto (2003) faz considerações sobre a leitura de Anjos (2003):

Anjos (2003) mostra-se adepto a uma terceira corrente que busca fundir as duas concepções acima. Nesta, predominam duas premissas: a) é o grupo familiar a unidade de análise, de modo que o interesse maior está na compreensão da dinâmica da família agrária relacionada à sua interação com forças externas; b) há necessidade de conciliar o nível macro com o micro (CANDIOTTO, 2007b, p.199).

Sendo assim, Anjos (2003) *apud* Candiottto (2007b) entende a pluriatividade como decorrente da inserção da agricultura em um contexto de transformações provenientes de diversas escalas, sendo manifestada e compreendida como:

(...) um fenômeno no qual os componentes de uma unidade familiar executam diversas atividades com o objetivo de obter uma remuneração pelas mesmas, que tanto podem desenvolver-se no interior como no exterior da própria exploração, através da venda da força de trabalho familiar, da prestação de serviços a outros agricultores ou de iniciativas centradas na própria exploração (industrialização com nível de propriedade, turismo rural, agroturismo, artesanato e diversificação produtiva) que conjuntamente impliquem no aproveitamento de todas as potencialidades existentes na propriedade e/ou em seu entorno (ANJOS, 2003 *apud* CANDIOTTO, 2007b, p.198).

Nesse sentido, Anjos (2003) compreende a pluriatividade como influenciada por características internas e externas às unidades de produção e na centralidade da família como unidade de análise.

As dinâmicas internas e as estratégias que cada família ou membro desenvolve são decisivas para as práticas de pluriatividade, “porém tais estratégias são profundamente influenciadas por oportunidades e ações provenientes de elementos externos à unidade familiar, seja na esfera econômica, cultural ou política” (CANDIOTTO, 2007b, p.199).

Apesar de diversas famílias rurais trabalharem para sua subsistência e terem uma relativa autonomia em relação aos mercados, não podemos aceitar a falsa idéia de que, nesse mundo globalizado, os agricultores familiares não são influenciados por técnicas, normas, objetos e ações externos à sua unidade de produção e vida familiar (CANDIOTTO, 2007 b, p.199).

Schneider (2003) compreende a família pluriativa como sendo um núcleo em que um ou mais membros desenvolvem uma atividade não-agrícola. Dessa forma, a família pluriativa é: "em primeiro lugar, a combinação de mais de uma atividade, sendo uma delas na agricultura, tendo em vista tratar-se de agricultores familiares pluriativos" (p. 175).

Considerando como “atividades não-agrícolas àquelas tarefas que não implicam o envolvimento direto nos processos de produção vegetal e/ou animal” (CANDIOTTO, 2007 b, p.200).

Percebe-se a partir das leituras teóricas que o conceito de pluriatividade passa a ser usado nas ciências sociais, a partir da necessidade de explicação de uma dada realidade, cada vez mais presente no campo, em que a interação campo-cidade se mostra intensa nas últimas décadas.

Porém, a existência de famílias pluriativas, historicamente falando, não é uma dinâmica nova, conforme destacado por Schneider (2003) e CandiOTTO (2007) e (2007

b). O que parece pertinente, de acordo com as leituras de Schneider (2003), e mesmo com os autores anteriormente citados, é a intensificação dessas práticas e até mesmo a ampliação de condições e condicionantes responsáveis pelo aumento dessa dinâmica social no período atual. Dessa forma, pensa-se no surgimento e evolução do conceito nas ciências sociais justamente pela necessidade explicativa da realidade.

“Um fenômeno social que passou a se generalizar ainda na década de 1970, correspondente à diversificação crescente das fontes de renda e da inserção profissional dos indivíduos pertencentes a uma mesma família de agricultores” (SCHNEIDER, 2003, p.74).

No entanto, o diferencial atual reside na maior tecnicização do rural, que vem conduzindo a um rápido crescimento de atividades não agrícolas no espaço rural (indústrias, atividades de lazer e turismo, condomínios residenciais), bem como à busca de empregos em cidades, distritos industriais e outros espaços, por parte de membros de famílias rurais, como forma de complementar a renda proveniente da agricultura (CANDIOTTO, 2007 b. p.205).

São novas condições territoriais que se fazem presentes, como no Sudoeste paranaense, onde, por mais que as atividades fora das unidades de produção se faziam presentes desde a organização territorial inicial, é nesse período histórico que tanto a modernização da agricultura quanto a oferta de postos de trabalhos urbanos se mostram mais significativos.

Tendo por base as características diferenciadas de cada período histórico, Schneider (2003) faz referência a autores clássicos da questão agrária para compreender a existência e ocorrência da pluriatividade presente nas formações sociais e agrárias estudadas pelos mesmos.

É nos trabalhos de Kaustsky e Chayanov que se encontram algumas das primeiras referências aos “trabalhos acessórios” e às “outras atividades não-agrícolas”, entendidos como formas complementares de obtenção de renda e inserção econômica de pequenos proprietários e camponeses (SCHNEIDER, 2003, p.80).

Candiotto (2007b), analisando a teoria de Kaustsky sobre o futuro do campesinato a partir da intensificação capitalista no campo, entende a pequena agricultura como uma reprodução marginal necessária ao desenvolvimento e sustentação da reprodução capitalista no campo.

Para o autor, Kaustsky prognosticou uma subordinação gradual e lenta da agricultura pela indústria e a disponibilização da força de trabalho caberia aos pequenos camponeses.

A manutenção da existência do campesinato estaria ligada à própria natureza do processo de desenvolvimento capitalista na agricultura, pois estes continuariam responsáveis pelo fornecimento de força de trabalho para as unidades produtivas maiores (industrializadas)(CANDIOTTO, 2007 b, p.99).

Outro autor a analisar a questão agrária foi Alexander Chayanov, o qual apresenta a idéia de “outras atividades não-agrícolas” como contribuintes para as análises históricas da pluriatividade.

De acordo com Schneider (2003, p.82), as formulações de Chayanov sobre a prática de outras atividades por um ou mais membros da unidade de produção é possível pela compreensão de sua “teoria da unidade econômica camponesa”. “Nessa teoria, a idéia de equilíbrio entre trabalho e consumo ocupa um lugar de destaque no esquema analítico de Chayanov”.

As necessidades e dinâmicas internas das unidades de produção seriam de fundamental importância e decisivas para o desenvolvimento do que Chayanov classificou como outras atividades não-agrícolas, ou seja, de acordo com sua teoria da unidade econômica camponesa, caso não existisse um equilíbrio entre trabalho e consumo nas unidades de produção, as atividades não-agrícolas apareceriam como variável a partir dessa necessidade interna.

Ainda nas leituras de Schneider (2003) sobre a teoria de Chayanov, a existência de atividades não-agrícolas pode variar de acordo com o ciclo demográfico familiar, ou seja, depender da disponibilidade de membros familiares com maior aptidão interna ao trabalho ou não.

Porém, não somente essa característica seria decisiva, sendo que: “nesse caso, é preciso considerar os elementos técnicos que influenciam a produção, por que a adoção de meios de produção mais eficazes poderia suprir a falta de braços antes mencionada” (SCHNEIDER, 2003, p.83).

Com relação ao surgimento do conceito nas ciências sociais, esse sim pode ser considerado novo, sendo que o termo pluriatividade “foi permeado por expressões como dupla atividade, atividades para-agrícolas, agricultura em tempo parcial, entre outras” (CANDIOTTO, 2007b, p.194).

“Até meados da década de 1980, os termos *part-time farming* e *pluriactivité* eram utilizados quase sempre como sinônimos pelos cientistas sociais” (SCHNEIDER, 2003, p.74).

Visto em Schneider (2003, p.75), o termo *part-time farming*, era mais usado por correntes de analistas ingleses e “refere-se à utilização do tempo de trabalho na propriedade por parte do indivíduo ou da família”, ou seja, a agricultura em tempo parcial.

O termo *part-time farming* confunde análises distintas entre unidade de produção e unidade familiar ou grupo doméstico, como afirma Schneider (2003), justamente por se tratar de práticas agrícolas em tempo parcial interno, sendo que os diferentes membros da família podem vincular-se a atividades em outros setores.

Já o termo *pluriactivité*, presente nas discussões de alguns autores franceses, “refere-se à combinação de uma ou mais formas de renda ou inserção profissional dos membros de uma mesma família” (SCHNEIDER, 2003, p.75).

Percebe-se assim uma “flexibilização” no termo pluriatividade, justamente pela possibilidade de leitura tanto de situações correspondentes a diversificações internas à unidade de produção, incluindo atividades agrícolas em tempo parcial, com o desenvolvimento de atividades não-agrícolas internas, quanto à dinâmica familiar externa à unidade na incorporação a outro setor econômico e/ou outra unidade de produção.

“Daí cabe uma referência à diferença básica entre estes, pois o primeiro está pautado no tempo de trabalho, enquanto o segundo, no tipo de atividade desenvolvida” (CANDIOTTO, 2007b, p.195), sendo que o segundo termo englobaria diferentes atividades tanto internas quanto externas às unidades de produção.

“Nesse contexto, o termo “agricultura em tempo parcial” foi substituído pela noção de *multipli job holding* e este, posteriormente, pela expressão pluriatividade, numa referência analítica à disseminação das atividades e das fontes de renda das unidades familiares agrícolas” (SCHNEIDER, 2003, p.77).

Segundo Fuller (p.367) e também Newby (1987), o termo pluriatividade tem o mérito de incorporar tanto as características da noção de *part-time farming* (unidades nas quais os membros moradores não utilizam todo seu tempo de trabalho nas atividades agrícolas) como de *multiple job holding* (unidades agrícolas que combinam múltiplas fontes de rendimento) (SCHNEIDER, 2003, p.79).

Percebe-se, a partir dessas leituras, não somente uma mudança conceitual científica propriamente dita na adoção do termo pluriatividade, mas, como decorrente principalmente das mudanças sociais. A partir do aumento das possibilidades e alternativas de inserção das famílias de pequenos agricultores em outros setores econômicos, houve portanto uma necessidade explicativa mais adequada a essas práticas.

Com essa definição, os estudiosos não apenas têm conseguido abarcar diferentes contextos em que o fenômeno se manifesta, desde os pequenos produtores não integrados aos mercados diversos, como também os grupos identificados como campesinato, bem como examinar as relações entre os trabalhos formais e informais (SCHNEIDER, 2003, p.79).

“Desta forma, o termo pluriatividade passa a ser aceito pela comunidade científica e por setores políticos vinculados ao desenvolvimento rural a partir da década de 1980” (CANDIOTTO, 2007 b, p.196).

De acordo com Fuller (1990) *apud* Schneider (2003), são três os fatores que contribuíram para a consolidação e utilização do termo pluriatividade no meio científico:

1º: A imprecisão conceitual do termo *part-time farming*.

2º: “Deslocamento etimológico” decisivo para a investigação desse fenômeno sociológico no meio acadêmico, ou seja: estudar as unidades familiares que combinavam agricultura e outras atividades “o que ocorreu no âmbito do *Arkleton Trust Project*, que se constituiu numa iniciativa de pesquisadores dos países ligados à Comunidade Econômica Européia (CEE)” (FULLER *apud* SCHNEIDER, 2003, p.78).

O 3º fator refere-se aos “debates em torno da reforma da Política Agrícola Comum (PAC), iniciados na década de 1980, pois a crescente diversidade das ocupações do mundo rural não podia mais ser ignorada” (FULLER *apud* SCHNEIDER, 2003, p.78).

Schneider (2003, p.74), ao referir-se às pesquisas brasileiras pioneiras nos estudos de pluriatividade, cita “os trabalhos de Anjos (1995), Carneiro (1993, 1996 a), Neves (1995, 1997) e Schneider (1994^a, 1995). (...) E os trabalhos de José Graziano da Silva, cujo objetivo consiste em analisar o que denominou de “novo rural brasileiro”.

Sobre o novo rural brasileiro, de Graziano da Silva, que ficou conhecido posteriormente como “Projeto Rurbano”, Schneider (2003, p.75) afirma que “o mérito

da inclusão do tema pluriatividade na agenda de pesquisas dos cientistas sociais brasileiros deve-se ao esforço do autor e sua equipe”.

Entende-se, dessa forma, tanto as necessidades conceituais em torno da utilização do termo quanto mudanças perceptíveis ao analisar determinada realidade e uma preocupação política, no caso europeu, a partir da PAC como fatores responsáveis pela consolidação do conceito de pluriatividade não somente no meio acadêmico, mas também político.

A partir desses apontamentos, far-se-á uma diferenciação conceitual entre unidade de produção e unidade familiar, além de apontar algumas dinâmicas internas que contribuem para o desenvolvimento da pluriatividade.

2.2 A pluriatividade: da família e/ou da unidade de produção

O objetivo desta parte do trabalho é fazer uma leitura a partir da organização familiar na unidade de produção a fim de compreender as situações de desenvolvimento de atividades não-agrícolas tanto interiores quanto exteriores às unidades.

O embasamento utilizado será a partir das idéias de Schneider (2003), que considera a família como sendo:

Um determinado conjunto de parentes, tipicamente formado por uma família nuclear, sendo possível haver outros tipos; e, por grupo doméstico (unidade residencial e de consumo e, às vezes de trabalho), entende-se um grupo de pessoas que compartilha o espaço de uma casa e que trabalha conjuntamente (SCHNEIDER, 2003, p.104).

Enquanto a unidade de produção é compreendida como local de atuação da família e/ou do grupo doméstico, em situação de posse da terra ou não. A partir daí, pode-se refletir nas possibilidades de desenvolvimento de atividades agrícolas e não-agrícolas, tendo em vista a atuação da força de trabalho familiar.

Como já explicitado anteriormente, compreende-se a pluriatividade decorrente de fatores exteriores: a partir da organização técnico-econômica da agricultura e até mesmo de situações locais favoráveis, como a proximidade e a intensidade das relações do campo com as cidades.

Fatores internos à unidade de produção, como a disponibilidade de força de trabalho, a faixa etária de membros familiares, situações de liberação de mão de obra familiar devido às técnicas utilizadas na produção agropecuária, dentre outras situações que podem variar de acordo com o arranjo familiar, formas de produção agrícola etc.

Na obra *Colonos do Vinho* de Tavares Dos Santos (1978), o autor apresenta as formas de organização de unidades familiares produtoras de uva no interior do Rio Grande Do Sul. Nessa obra, percebe-se a organização familiar e as mudanças internas como, por exemplo, na variação etária dos membros familiares contribuindo para a disponibilização da força de trabalho necessária à produção, sendo que o desenvolvimento de outras atividades dependerá dessa característica quando houver membros não integrados as atividades internas.

A análise precedente tentou mostrar que a condição fundamental da produção camponesa é a força de trabalho familiar e que a família é quem provoca a existência de outras relações de produção - o trabalho acessório e o trabalho assalariado - na unidade produtiva camponesa (SANTOS, 1978, p.34).

Dessa forma, a contratação de trabalhador na unidade de produção dependerá da disponibilização da força de trabalho familiar interna, assim como a liberação em algumas situações de trabalho fora da unidade.

Quando a mão de obra interna não é suficiente, são contratados terceiros, mesmo que por um período previamente determinado de acordo com a cultura. Outro fator seriam as necessidades específicas dos processos de produção, por exemplo, a colheita rápida.

Da mesma forma a necessidade de venda da força de trabalho para complementação da renda familiar pode variar de acordo com o número de membros aptos ao trabalho e as necessidades internas, assim como a idade dos mesmos.

O trabalho acessório, exercido fora da unidade de produção, dependerá fundamentalmente das dinâmicas internas à unidade de produção e dos ciclos de produção das culturas de acordo com a leitura de Santos (1978).

Pode-se pensar na variação de ocupação da força de trabalho interno às unidades de produção, com demandas diferenciadas de acordo com as atividades desenvolvidas: algumas atividades agrícolas apresentam períodos com demanda maior de força de trabalho; condições físicas da unidade: locais mais acidentados com maior declividade impedem uma mecanização, ocupando mão de obra braçal em maior quantidade; tamanho da unidade também contribui.

No estudo de caso de Santos (1978), o autor se depara com uma situação de subdivisão das unidades de produção devido ao aumento familiar provocada por situações de casamento de filhos, sendo que essa subdivisão gera, em muitos casos, uma impossibilidade de sobrevivência unicamente pelo desenvolvimento de atividades

internas, ou seja, ocorre um aumento no número de membros e, conseqüentemente, uma necessidade de bens de consumo maior. Esse fator levaria membros a procurarem formas de complementação da renda familiar.

De acordo com o autor, outra característica que contribuiria para o desenvolvimento do que denomina “trabalho acessório ou assalariamento” seria a ociosidade de membros nas unidades de trabalho, devido ao aumento familiar, e de membros em idade disponível ao trabalho em unidades onde não haveria ocupação suficiente para os mesmos.

Apesar de não pesquisar as conseqüências da modernização técnica da agricultura evidenciando situações de necessidade de complementação da renda por unidades marginalizadas desse processo, Santos (1978, p.44) conclui que “tanto do lado da procura quanto do lado da oferta, é a força de trabalho familiar que provoca a necessidade da utilização do trabalho assalariado, bem como seu desaparecimento, no processo de trabalho camponês”.

Ressalta-se que, no estudo de caso de Santos (1978), as ocupações acessórias se desenvolveriam em unidades agrícolas próximas. Na maioria das vezes as atividades desenvolvidas seriam as mesmas da unidade do membro que praticaria essa atividade, porém, agora como vendedor da força de trabalho.

Nesse caso, não houve uma comparação analítica de casos de agricultores inseridos em outros setores econômicos, não sendo possível uma percepção das alterações internas a partir dessa dinâmica, como, por exemplo, a necessidade de um deslocamento diário à cidade e uma adequação aos horários de trabalhos urbanos.

Mesmo não tendo uma preocupação de analisar as ocupações de agricultores em setores econômicos urbanos, acredita-se pertinente para esta pesquisa a elaboração de Santos (1978), justamente pela possibilidade de compreensão das dinâmicas internas às famílias e unidades e, a partir daí, a disponibilidade de integração a outras atividades por seus membros.

A partir dessas análises, percebe-se a importância e consideração da unidade familiar nas situações de disponibilidade da força de trabalho, variável de acordo com a idade dos membros e a ocupação interna na unidade de produção da força de trabalho, que são fatores consideráveis para a ocorrência ou não da pluriatividade.

Assim como no âmbito da organização e características da unidade de produção, fatores como tipo de atividade desenvolvida, níveis de tecnificação e tamanho da mesma podem ser decisivos.

Nos termos de alterações provocadas pela pluriatividade, principalmente nos casos de integração a outros setores econômicos, essa análise se encontra mais presente nas leituras de Schneider (2003).

O que é perceptível em Santos (1978) é justamente a apresentação de uma realidade em que o desenvolvimento de atividades externas às unidades é realizado, na maioria dos casos, em atividades agrícolas em unidades próximas com atividades semelhantes a unidade de moradia.

De acordo com Schneider (2003), a prática de pluriatividade por um ou mais membros da família pode acarretar profundas transformações organizacionais internas, como no modo de vida e organização na unidade.

Schneider (2003) aponta a possibilidade de a pluriatividade diminuir o caráter familiar da unidade produtiva, assim como uma perda da centralidade das atividades agrícolas.

O autor aponta para as características da agricultura familiar no período compreendido como final do Séc. XX e início do Séc. XXI como uma situação de transformação que permite pensar nas famílias como qualquer outra, ou seja, passível de comparação com uma família urbana, devido à multiplicidade de ocupações e atividades desenvolvidas por seus membros.

Devido à distensão dos laços familiares e da própria unidade familiar nas sociedades contemporâneas (perceptível no espaço rural pela queda expressiva da endogamia, pela dificuldade de inserção dos filhos nas atividades agrícolas da propriedade e, também, pela ampliação das atividades não-agrícolas assumidas pelos membros das famílias de agricultores, principalmente em função da queda generalizada das rendas agrícolas (SCHNEIDER, 2003, p.100).

O ritmo de trabalho, bem como o de vida, é cada vez menos influenciado pelas atividades agrícolas, ocorrendo uma adaptação da organização do trabalho e dos ritmos familiares pela atividade desenvolvida, que pode ser em setores urbanos.

Além das alterações de horários, ocorrem algumas alterações nas relações pessoais familiares, bem como a queda de importância das atividades agrícolas e da unidade de produção para o desenvolvimento da vida dos membros.

Na perspectiva do autor, a pluriatividade pode ser considerada a partir de duas características da unidade de produção: a primeira como um acréscimo financeiro, tendo na atividade não-agrícola um complemento das receitas familiares e ou de membros.

Essa situação aconteceria em unidades onde se percebe a existência de sobreofício, geralmente pelo desenvolvimento de atividades mecanizadas exigindo pouca força de trabalho ou membros em condições laborais sem ocupação interna.

A segunda característica é a pluriatividade como uma necessidade da família: nesse caso, o desenvolvimento de uma atividade não-agrícola representa uma situação de dependência econômica, sendo que a unidade de produção não conseguiria manter seus membros sobrevivendo somente a partir das atividades agrícolas internas.

Dessa forma, percebe-se a família como unidade de análise capaz de mostrar, além das características internas, algumas influências externas fundamentais para a ocorrência da pluriatividade.

"Parte das famílias rurais como unidades nas quais a presença da pluriatividade deve ser entendida como um ponto de partida para a reflexão sobre o próprio funcionamento e as características da agricultura familiar" (SCHNEIDER, 2003, p.100).

A opção pela família como unidade de análise parece pertinente à preocupação de Candiottto (2007 b), que considera fatores como a expansão de postos de trabalho e ocupações não-agrícolas no meio rural ou próximas, combinados com as dificuldades dos pequenos agricultores de se inserirem nos circuitos produtivos da agricultura modernizada, contribuintes significativos para a ocorrência da pluriatividade. Porém caberia a decisão da família para o desenvolvimento ou não dessa dinâmica.

"Assim, muitas vezes, a adoção da pluriatividade, em suas diversas formas, se apresenta como uma das poucas oportunidades de ampliação da renda da família, e até de sobrevivência da mesma" (CANDIOTTO, 2007 b, p.200).

Candiottto (2007, p.98) aponta para a necessidade de identificar fatores internos e externos às unidades que contribuem para o desenvolvimento da pluriatividade, sendo que as estratégias de cada unidade de produção são "profundamente influenciadas por oportunidades e por ações provenientes de elementos externos à unidade familiar, seja na esfera da economia, seja na da cultura ou da política".

De acordo com o autor, são mudanças a partir da globalização e suas influências territoriais os fatores responsáveis pela reorganização técnico/produtiva e social/organizacional no campo, e, conseqüentemente, influentes nas decisões familiares em suas unidades de produção. Técnicas e normas territoriais que, combinadas com estratégias internas, passam a configurar a atuação das famílias nas unidades de produção e/ou fora delas.

Mas esta racionalidade camponesa, em termos lógicos, opera em meio ao impacto do ambiente externo, em que pese, por exemplo, as oscilações no preço dos produtos agrícolas e dos insumos utilizados no processo de produção assim como a própria existência de um mercado de trabalho que incorpore a força de trabalho familiar residente nestes estabelecimentos rurais (ANJOS, 2001, p.1).

Já Schneider (2003), apesar da similaridade de análise realizada por Candiottto (2007), tendo a unidade familiar como ponto de partida para os estudos da pluriatividade, considera as decisões internas com uma importância maior no desenvolvimento de atividades não-agrícolas.

Mesmo que as unidades familiares estejam submetidas a determinados condicionantes externos, como o monopólio de preços ou os diferentes tipos de mercado (de trabalho, de crédito, de produtos e insumos), o fato de estruturarem-se com base na utilização da força de trabalho dos membros da unidade familiar permitirá que determinadas decisões tornem-se possíveis (SCHNEIDER, 2003, p.95).

Sendo assim, fatores exógenos, presentes em determinados territórios, combinados com estratégias internas às famílias de agricultores, são contribuintes para a ocorrência de casos de pluriatividade na agricultura familiar.

Schneider (2003), em uma análise a partir das estratégias de unidades familiares, compreende que: “É preciso ponderar, contudo, que essas estratégias ocorrem nos limites de determinados condicionantes sociais, culturais, econômicos e até mesmo espaciais, que exercem pressões sobre as unidades familiares” (SCHNEIDER, 2003, p.109).

De qualquer forma, quando da precarização das condições de vida em determinado local, ocorrem mudanças nas formas de atuação das famílias de agricultores, essas mudanças podem se manifestar na saída do campo ou na busca de outras fontes de renda.

“Assim, muitas vezes, a adoção da pluriatividade, em suas diversas formas, se apresenta como uma das poucas oportunidades de ampliação da renda da família, e até de sobrevivência da mesma” (CANDIOTTO, 2007, p.99).

Porém, o que se deve ter por consciência é que a pluriatividade não se manifesta apenas em unidades precarizadas em termos econômicos, mas também nas mais dinâmicas em termos de capitais e técnicas, evidenciando assim o quanto a dinâmica é multifacetada e apresenta essa forma de atuação socioeconômica de agricultores.

O que ajudaria a compreender essa multiplicidade de características da pluriatividade seria uma leitura do tempo e espaço em que cada situação se manifesta, justamente para compreender os fatores externos à família e à unidade que levariam os membros a desenvolver uma atividade não-agrícola em outro setor econômico, sendo que muitas das características territoriais em que autores contemporâneos fazem suas análises não se faziam presentes em outros períodos históricos.

“Na verdade, a novidade em relação aquilo que na visão dos clássicos marxistas seria considerado camponeses em processo de proletarização é a combinação de atividades não agrícolas fora do seu estabelecimento, o que não ocorria anteriormente” (SILVA, 1998, p.4).

Considerando, assim, a agricultura familiar como uma realidade social que sofre interferências territoriais econômicas, políticas e culturais, a compreensão, portanto, do período e da realidade territorial mostra-se necessária para relacionar com a presença da pluriatividade.

De forma geral, a pluriatividade encontra-se associada à agricultura familiar, pois o fundamento da pluriatividade reside, primeiramente, na existência de uma ou mais atividades agrícolas desenvolvidas na propriedade, combinada com uma ou mais atividades não agrícolas, desenvolvidas dentro ou fora da propriedade. Tais atividades não agrícolas podem estar vinculadas à indústria, comércio ou serviços públicos e privados, e são realizadas tanto em áreas consideradas rurais, como também nas urbanas (CANDIOTTO, 2007, p.95).

De certa forma, são estratégias de atuação que, a partir das unidades familiares pluriativas, devem ser analisadas pelas particularidades da própria agricultura familiar, suas modificações e adaptações a determinadas condições territoriais e, a partir desse ponto, o desenvolvimento de atividades presentes em seu tempo histórico.

Apresenta-se, a seguir, uma preocupação quanto a algumas posições teóricas acerca da pluriatividade, sendo vista como contribuinte ou não para melhorias de vida das famílias de agricultores, e alguns apontamentos sobre a necessidade e importância da mesma para as unidades de produção.

2.3 Consequências e mudanças internas em famílias pluriativas

Um questionamento necessário para pensar a pluriatividade enquanto prática social, cada vez mais presente no contexto da agricultura familiar, são suas consequências internas às unidades de produção e famílias pluriativas, e para seu entorno entendido como comunidade e/ou local no território em que ocorre.

Desta forma, questiona-se: pluriatividade como uma forma de desenvolvimento social e econômico ou como um elemento de subordinação da pequena agricultura às relações capitalistas, com desestruturação das formas de organização camponesas e familiares baseadas em elementos e relações comunitárias?

Procedente dessa inquietação deriva a preocupação central na pesquisa, ou seja, compreender a importância econômica para unidades de produção familiares e as alterações nessas famílias a partir do desenvolvimento de atividades não-agrícolas.

Compreende-se o desenvolvimento da pluriatividade como estratégias de permanência e sobrevivência da família no campo, partindo da impossibilidade das unidades de produção em proporcionar o desenvolvimento social e econômico interno necessário.

Inegável são as alterações e intensificações das relações capitalistas no campo, tanto na mecanização das atividades quanto na proximidade comercial com setores econômicos urbanos, contribuindo de forma direta para que a pluriatividade ocorra e ou se intensifique. Essa proximidade campo-cidade, nem sempre compreendida como física, pode ser interpretada também nas formas de comunicação e transportes mais intensos e rápidos pelo território.

As consequências sociais a esse processo acentuam-se, como na integração aos mercados, tanto através de especializações produtivas nos moldes racionalistas mercantis quanto na impossibilidade de integração e perdas de autonomies de unidades produtivas, provocando dificuldades econômicas.

A saída do campo, analisada estatisticamente, torna-se uma dinâmica presente no Brasil desde meados do Séc. XX. Neste contexto, a pluriatividade é considerada como mecanismo de diminuição do êxodo, justamente pela incorporação de agricultores a atividades e setores urbanos, por exemplo, sem a saída definitiva do campo.

Porém, a pluriatividade analisada a partir das unidades de produção, da família e do entorno, pode ser considerada como uma dinâmica que provoca algumas alterações, desde organizacionais/produtivas como culturais, a partir do momento em

que a unidade e a atividade agrícola deixam de ser centrais ou únicas na reprodução econômica familiar.

Candiotto (2007b) compreende que a pluriatividade interna à unidade de produção, ou seja, quando do desenvolvimento de uma atividade não-agrícola na própria unidade, pode representar uma estratégia significativa para a permanência familiar no campo e uma fonte importante de renda.

Em nossa opinião, o recurso à pluriatividade pode ser uma estratégia proveniente das intencionalidades da família em diversificar suas atividades e sua renda, sobretudo quando esta amplia as atividades não agrícolas dentro da UPVF- (processamento de alimentos, abertura para visitação, locação de espaços para lazer, etc). Todavia, a pluriatividade geralmente surge a partir da oferta de empregos assalariados por parte de indústrias e outras empresas que percebem no trabalhador rural, um indivíduo com poucas exigências trabalhistas (CANDIOTTO, 2007 b, p. 206).

Percebe-se, assim, de acordo com Candiotto (2007b), algumas alterações provocadas pelas atividades não-agrícolas desenvolvidas em setores econômicos urbanos, como fatores de modificações nas unidades produtivas e na família, e a incorporação a outros setores como mão de obra pouco especializada e organizada, muitas vezes desenvolvendo atividades informais.

Já para Schneider (2003), a pluriatividade vista como uma das características de organização da agricultura familiar torna-se uma opção de incorporação às novas dinâmicas apresentadas no campo e, dessa forma, passa a ser vista como importante contribuinte para a permanência, ou como uma perspectiva de transformação positiva.

(...) a pluriatividade deve ser entendida como uma estratégia de reprodução social de unidades que se utilizam fundamentalmente do trabalho da família, em contextos nos quais sua integração à divisão social do trabalho não decorre exclusivamente dos resultados da produção agrícolas, mas, sobretudo, através do recurso às atividades não-agrícolas e mediante a articulação com o mercado de trabalho. Nesse sentido, assim argumenta-se, embora integradas ao ordenamento social e econômico hegemônico, as formas familiares encontram espaços e mecanismos não apenas para subsistir, mas muitas vezes para se afirmar como uma forma social de características variadas e diversas em um regime capitalista (SCHNEIDER, 2003, p.14).

Outro pesquisador que pensa na diversificação de atividades internas e externas às unidades de produção como fatores positivos para o desenvolvimento e permanência no campo é Perondi (2007).

O autor apresenta a dependência da produção de commodities pelas unidades familiares no Sudoeste paranaense e, em contrapartida, a diversificação de atividades

como alternativas para a melhoria das condições tanto econômicas quanto de vida nas mesmas. Porém, Perondi (2007) se atém mais diretamente a situações de diversificações internas às unidades do que às alterações a partir do desenvolvimento de atividades externas.

Uma das consequências desta dependência é o baixo potencial de permanência dos jovens no meio rural, portanto, além de viabilizar as atividades agrícolas no interior da agricultura familiar, existe a necessidade de se criar um ambiente propício para o surgimento de atividades não-agrícolas e verticalizar a produção no meio rural (PERONDI, 2007, p.20).

Para Wanderley (2003), contrariando teorias de que a pluriatividade é vista como um ponto de passagem para o abandono das atividades agrícolas e saída do campo, argumenta que:

Do meu ponto de vista, tal desfecho não é inexorável e o processo pode ser entendido num sentido inverso: a pluriatividade seria, neste caso, uma estratégia da família, com a finalidade de – diversificando suas atividades, fora do estabelecimento – assegurar a reprodução desse e sua permanência como ponto de referência central e de convergência para todos os membros da família (WANDERLEY, 2003, p.52).

Na visão de Anjos (2003) apud CandiOTTO (2007b), apesar da decisão de incorporar a pluriatividade como estratégia, as unidades familiares são influenciadas por oportunidades derivadas de “interesses dos mercados consumidores, seja por alimentos, paisagens, aspectos histórico-culturais, gastronomia, lazer, turismo, artesanato, etc” (CANDIOTTO, 2007 b, p.203).

Dessa forma, caberia aos agricultores familiares uma adaptação às lógicas capitalistas, para ser possível sua sobrevivência.

A pluriatividade insere-se em um contexto, onde a agricultura encontra-se submetida do ponto de vista estrutural, a uma perda de importância relativa enquanto atividade produtiva; e ao crescente vínculo entre a produção agropecuária e a dinâmica de outros setores da economia mundial. Este declive acarreta inúmeras consequências, especialmente no plano político (ANJOS, 2003 *apud* CANDIOTTO, 2007 b, p.202).

Visto a partir do plano político organizacional, nas ideias de Anjos (2003) a pluriatividade contribui para a desestruturação política dos agricultores, devido às ocupações em outros setores e até mesmo a perda de importância das atividades agrícolas pode acarretar em uma diminuição da organização política e, consequentemente, de reivindicações para a categoria social.

Por outro lado, diante das transformações socioeconômicas no campo, a pluriatividade se constitui em uma alternativa ao desenvolvimento das unidades familiares. Assim as atividades não-agrícolas se tornam importantes para a permanência e sobrevivência das famílias nas pequenas unidades de produção.

Quando se trabalha com análises macro, notam-se as alterações que influenciam no desenvolvimento da pluriatividade, como nas mudanças das formas de produção e organização das unidades, sendo a impossibilidade de incorporação aos processos produtivos da agricultura modernizada um dos contribuintes às práticas de pluriatividade.

Nesse ponto de vista, a pluriatividade em famílias e/ou unidades agrícolas é compreendida como uma dificuldade de permanência e sobrevivência a partir somente do desenvolvimento de atividades agrícolas internas.

Porém, ao analisar as dinâmicas internas às unidades e famílias, percebe-se as próprias estratégias, as oportunidades de inserção a atividades próximas e até mesmo a liberação de mão de obra das atividades internas como fatores responsáveis pela ocorrência da pluriatividade.

Sabendo dessas contradições, acredita-se que somente com políticas de planejamento e orientação por parte do Estado a pluriatividade pode ser vista como uma dinâmica capaz de auxiliar nas condições de permanência e melhorias de vida das populações do campo.

Principalmente o Estado e ONGs como mediadores nas relações econômicas, entre agricultores familiares e o mercado com o qual integram, por exemplo, na venda de produtos pré-industrializados, artesanatos e em orientações técnicas para o desenvolvimento de atividades internas como turismo rural¹².

A partir desta visão, acredita-se na idéia de que as diversificações internas nas unidades de produção contribuem para a melhoria da qualidade de vida e podem ser fatores decisivos para a permanência no campo, contribuindo socialmente com a

¹²Um exemplo do planejamento e apoio estatal para a diversificação de atividades na agricultura familiar e perceptível na pesquisa de Candioto (2007), quando da apresentação do Circuito Italiano de Turismo Rural (CITUR) no município de Colombo – Paraná. “Considerando a iniciativa de criação e da implantação do Anel de Turismo da RMC pela EMATER regional Curitiba, COMEC, ECOPARANÁ e Paraná Turismo, o Circuito Italiano de Turismo Rural surge como a experiência pioneira do referido anel, contando com apoio da Prefeitura Municipal de Colombo. Como mostra Nitschie (2000), o CITUR foi o primeiro roteiro de turismo da RMC lançado ao público. A EMATER Paraná, através do escritório regional de Curitiba, foi a principal responsável pelo projeto piloto de turismo rural no Paraná. Por sua vez, o interesse da prefeitura de Colombo também foi fundamental para que esse projeto fosse implantado no município” (CANDIOTTO, 2007, p.244).

agricultura familiar, enquanto a incorporação a outros setores econômicos pode representar uma desestruturação da família a partir da perda de centralidade das atividades agrícolas e/ou internas à unidade.

Desse modo, o desenvolvimento de atividades não-agrícolas em setores urbanos, por exemplo, representa uma condição de falta ou inadequação de assistência estatal ou até mesmo pouca capacidade organizacional das famílias. Nesse caso, a pluriatividade é vista como fator desestruturante das relações e organizações familiares.

Porém, antes de considerar uma prática inadequada para a organização das unidades e famílias de agricultores, deve-se ter em mente que a inserção de agricultores em atividades não-agrícolas fora da unidade, principalmente nas áreas urbanas em grande parte, pode ser vista como única alternativa de sobrevivência e permanência no campo. Assim são atividades necessárias para a própria permanência da família no local de moradia.

A partir dessas considerações, apresenta-se a seguir uma classificação dos tipos de desenvolvimento da pluriatividade, para que seja possível a compreensão dos diversos arranjos e combinações de atividades econômicas desenvolvidas por agricultores familiares no estudo empírico.

2.4 Classificação tipológica - diferenciação de unidades pluriativas

A classificação tipológica é importante para que se possa compreender de forma aprofundada essa miríade de situações e combinações em que os agricultores familiares pluriativos organizam sua atuação e diversificam suas fontes de renda.

As dificuldades nas delimitações se justificam especialmente pelas combinações de atividades diversas e complexas: “Como se o trabalho externo assalariado (agrícola ou não) é formal ou informal, permanente ou temporário; se o assalariado combina atividades agrícolas e não-agrícolas dentro e/ou fora da propriedade, entre outras realidades possíveis” (CANDIOTTO, 2007, p.100).

Mesmo sabendo dos riscos de uma definição que possa não contemplar totalmente a realidade das unidades familiares pluriativas, se considera pertinente à proposta tipológica apresentada por Candiottto (2007), em que enumera cinco situações, sendo que quatro são consideradas pluriatividades e a primeira representaria uma diversificação das atividades internas somente:

1. Diversificação agrícola interna à propriedade - diversificação das atividades agrícolas e/ou pecuárias dentro da unidade de produção e vida familiar¹³. Além da produção de alimentos, o cultivo de flores, animais exóticos, mudas de plantas, ervas medicinais, entre outros, permite o acesso a novas fontes de renda, reduzindo a dependência do agricultor a uma única atividade. Esse caso não constituiria pluriatividade, pois não envolve atividades não-agrícolas.

2. Pluriatividade decorrente de atividades para-agrícolas na UPVF – além das atividades agropecuárias, há processamento de alimentos (doces, sucos, vinhos, embutidos, etc.) e/ou produção de artesanato com subprodutos agropecuários.

3. Pluriatividade agrícola e não-agrícola interna à UPVF - combinação de atividades agrícolas e/ou pecuárias, e de atividades não-agrícolas dentro da propriedade rural do agricultor. O atendimento e a comercialização de produtos agropecuários, assim como o lazer e o turismo nas propriedades rurais seriam exemplos.

4. Pluriatividade agrícola interna e externa à UPVF - desenvolvimento de atividades agrícolas e/ou pecuárias dentro da propriedade rural em tempo parcial, combinada com o trabalho assalariado, relacionado também a atividades agropecuárias em outros estabelecimentos rurais.

5. Pluriatividade agrícola e não-agrícola interna e externa à propriedade - desenvolvimento de atividades agrícolas e/ou pecuárias dentro da propriedade rural em tempo parcial, combinadas com o trabalho assalariado fora da propriedade e em outros setores da economia, como indústria, comércio e serviços, que podem ser realizados tanto no meio rural como nas cidades (CANDIOTTO, 2007, p.99-100).

A pesquisa considera a inserção de trabalhadores assalariados informais e parciais nas categorias acima citadas, sendo diferenciados entre: categoria 4 como assalariado e/ou trabalhador parcial agrícola em outra unidade de produção e categoria 5 vinculado a atividades em outro setor econômico.

As situações em que um ou mais membros da unidade de produção recebem aposentadoria ou pensões é considerada como um fator econômico interno, não sendo classificada como pluriativa caso não seja desenvolvida outra atividade não-agrícola combinada.

¹³ Candiotto (2007) trabalha com o termo Unidade de Produção e Vida Familiar (UPVF): “utilizado por alguns movimentos sociais do campo, em virtude de este termo levar em consideração os aspectos produtivos/econômicos da unidade familiar, bem como as relações sociais e o cotidiano das famílias rurais e de seus membros. Apreender as dimensões econômica e social das famílias rurais é fundamental para entender suas estratégias de sobrevivência” (p.95-96).

São combinações que variam a partir da importância das atividades não-agrícolas, em termos de renda e número de membros na família ocupados. Ao mesmo tempo, as atividades agrícolas internas nas unidades podem variar seu peso econômico, além do tempo de mão de obra necessária e membros ocupados em seu desenvolvimento, com o desenvolvimento da pluriatividade.

A partir dessas considerações teóricas a respeito da pluriatividade, analisa-se a agricultura familiar na comunidade de Palmeirinha, Itapejara D'Oeste. O suporte teórico apresentado é fundamental para analisar no território em questão os diferentes arranjos e atividades desenvolvidas por agricultores familiares, e a partir daí os objetivos da pesquisa.

Sendo assim, é importante considerar as características das unidades de produção em que se realiza a pesquisa, desde a organização territorial, a partir dos inúmeros fatores que interferem no desenvolvimento de determinada atividade não-agrícola, até as estratégias familiares que podem variar desde a impossibilidade de sobrevivência somente a partir das atividades agrícolas internas, ou apresentar situações de liberação de força de trabalho pela mecanização das atividades agrícolas.

Essas considerações são apresentadas a seguir, juntamente com uma caracterização da comunidade de Palmeirinha, em Itapejara D'Oeste.

CAPÍTULO 3 ITAPEJARA D'OESTE – CARACTERÍSTICAS TERRITORIAIS E CASOS DE PLURIATIVIDADE NA AGRICULTURA FAMILIAR

A partir do recorte territorial definido para a campo, compreendido como sendo o município de Itapejara D'Oeste, acredita-se importante uma reflexão histórica sobre a constituição territorial do Sudoeste paranaense¹⁴, justamente pelo local de estudo apresentar características semelhantes às regionais, tanto em termos de ocupação territorial quanto nas formas de organização e desenvolvimento de atividades no campo.

Aborda-se, portanto, a organização territorial da região Sudoeste paranaense a partir da ocupação por migrantes gaúchos e catarinenses, em meados do séc. XX, e a modernização da agricultura, nas décadas seguintes, como elementos que ajudam na compreensão da organização produtiva e social das unidades de produção familiares e no desenvolvimento de atividades não-agrícolas.

Ao analisar o território do Sudoeste paranaense na perspectiva da organização social e produtiva no campo, percebe-se o mesmo como heterogêneo, justamente por apresentar desde unidades de produção em que as atividades desenvolvidas desempenham um papel de reprodução e sobrevivência mínima das famílias de agricultores até unidades altamente integradas ao mercado, produzindo a partir de técnicas modernas, com alta mecanização e intenso uso de insumos processados industrialmente.

Existem, por exemplo, máquinas modernas como colheitadeiras, plantadeiras e instrumentos rudimentares como o carroção de bois, as trilhadeiras; são estes e outros os símbolos das contradições e que, ao mesmo tempo, marcam os diferentes ritmos e as características presentes na formação territorial (SANTOS, 2008, p.18).

A heterogeneidade e a desigualdade presentes no território do Sudoeste paranaense, não somente no campo, mas em suas pequenas cidades, podem ser associadas com as ideias de temporalidades territoriais apresentadas por Saquet (2001).

Há ritmos acelerados da indústria e do mercado que coexistem com outros lentos e muito lentos da produção artesanal de alimentos e do pequeno comércio de bairro ou de localidades rurais. Assim, nem todos são agricultores familiares ou camponeses, nem todos são capitalistas, há desigualdades e diferenças, ritmos, diferentes níveis de desenvolvimento, de produção, de comercialização, de inserção no

¹⁴ Quando se refere à região ou ao Sudoeste paranaense utiliza-se da divisão e classificação a partir da apresentação do IBGE, onde a mesorregião Sudoeste paranaense é formada por 37 municípios e engloba as microrregiões de Francisco Beltrão, Pato Branco e Capanema: “A Divisão Regional do Brasil em mesorregiões, partindo de determinações mais amplas a nível conjuntural, buscou identificar áreas individualizadas em cada uma das Unidades Federadas, tomadas como universo de análise e definiu as mesorregiões com base nas seguintes dimensões: o processo social como determinante, o quadro natural como condicionante e a rede de comunicação e de lugares como elemento da articulação espacial” (Fonte: IBGE, http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/geografia/default_div_int.shtm?c=1).

mercado, de mecanização, de organização política, etc (SAQUET, 2011, p.79).

Nessas especificidades de situações e particularidades, a pluriatividade na agricultura familiar é compreendida, justamente, como decorrente da intensificação das relações capitalistas nas atividades agrícolas do Sudoeste, provocando e/ou alterando modos de vida e produção, não somente nas modificações que a agricultura passa a apresentar, mas também na organização das pequenas cidades, como na oferta de postos de trabalho e no aumento das relações econômicas com o campo.

Logicamente, a pluriatividade também é compreendida neste trabalho como decorrente das próprias estratégias e condições internas das unidades familiares, ou seja, condicionada por fatores externos e internos às unidades de produção, como apresentado no capítulo anterior.

A partir da implantação e intensificação das relações capitalistas de produção na agricultura do Sudoeste paranaense, de acordo com Sposito (2004), ocorre uma diferenciação entre unidades de produção, a partir da definição das propriedades privadas¹⁵. Diferenciação tanto em formas de organização social, a partir das atuações dos agricultores, quanto de produção e, conseqüentemente, uma diferenciação econômica entre unidades.

Estruturação do território por meio da posse da terra, o que leva a uma divisão de propriedades e à criação de descontinuidades antes não existentes. Essas descontinuidades vão se firmando por que a malha das propriedades, o tamanho e a relação das cidades em redes, os fluxos de mercadorias e de força de trabalho (que definem a divisão territorial do trabalho) vão se cristalizando no território, dando características diferentes aos lugares que, por sua vez, consolidam-se como formas espaciais (SPOSITO, 2004, p.30).

A partir das leituras a respeito da organização e constituição territorial do campo no Sudoeste paranaense e na efetivação das relações capitalistas, percebem-se três processos históricos com características diferentes, apesar de serem contínuos e complementares, cujo período mais intenso é compreendido como sendo o decorrer do séc. XX, os quais também podem ser observados em Santos (2008).

¹⁵Após o desenrolar da revolta dos colonos (posseiros), inicia-se no Sudoeste do Paraná o processo de regularização fundiária, papel esse desempenhado pelo GETSOP (Grupo Executivo de Terras do Sudoeste do Paraná), criado em 1962, cujos objetivos, além da regularização, eram: “organizar a propriedade, o trabalho e a produção, preservar a ordem e a tranquilidade social da região” (...) “Até sua extinção, em janeiro de 1974, foram regularizados e expedidos 43.383 títulos de propriedade de terra, correspondentes a 56.963 lotes, sendo 12.413 títulos urbanos e 30.970 títulos rurais” (LAZIER, 1997 *apud* SPOSITO, 2004, p.33).

O primeiro de caráter ocupacional, a partir de finais do séc. XIX e início do séc. XX, baseado em relações intensas com a natureza, na chegada de caboclos principalmente da região do Contestado, assim como na presença de índios que habitavam alguns pontos da região¹⁶.

As formas de produção e organização desse período podem ser resumidas em uma profunda relação e dependência da natureza a partir da produção de animais, produtos agrícolas para alimentação, como milho e feijão, além da caça e pesca voltadas quase que exclusivamente para subsistência.

O segundo processo territorial de caráter ocupacional exploratório ocorre a partir das décadas de 1940 e 1950, com a chegada de migrantes gaúchos e catarinenses, quando as relações comerciais tornam-se mais constantes na região, além de ser um processo de alterações culturais no território bastante significativo.

A partir dos anos 1920 e, mais sistematicamente, a partir da década de 1940: instaura-se um novo grupo social, com outros valores e ritmos, signos e identidades, relações sociais entre si e com a natureza, instituindo a propriedade privada da terra, a ideologia do trabalho, a cerca/repartição do solo, a produção de mercadorias, a organização política em sindicatos etc., excluindo e subordinando os donos originários das terras, das florestas, das águas e dos animais: os indígenas e os caboclos, para os quais a natureza tinha um valor unicamente de uso (SAQUET; SINHORINI, 2008, p.186).

A ocupação ou colonização do Sudoeste por migrantes gaúchos e catarinenses ocorre a partir dos esforços do Estado nacional para o povoamento e exploração comercial da região até então parcialmente povoada, bem como contempla a necessidade dos migrantes por mais terras para reprodução familiar.

A migração na região, entre 1950 e 1960, tem um incremento populacional de 12,4% a.a., o que se considera expressivo, quando se compara com o crescimento da população brasileira de 3,1% a.a. e do Paraná de 7,2% a.a. Esse aumento populacional vai desencadear numa maior demanda por terras de acordo com a reprodução familiar, e como uma das justificativas para a modernização da agricultura e o aumento da produtividade (SANTOS, 2008, p.126).

A ocupação por migrantes, conhecidos como colonos, produtores de alimentos e produtos agropecuários passaria a ocorrer como contribuinte ao fornecimento do

¹⁶ “São os caboclos e os indígenas os primeiros habitantes do Sudoeste do Paraná. Segundo Abramovay (1981), os caboclos que migram para o Sudoeste vêm de três lugares: das fazendas de gado, nos Campos de Palmas, que não absorvem toda mão-de-obra disponível; do estado do Rio Grande do Sul, afastados pela imigração européia que ocorre a partir de 1824 e detém a legalização das terras, enquanto a população cabocla detinha apenas a posse; e de áreas envolvidas pela Guerra do Contestado, ocorrida entre 1912 e 1916. Trata-se de uma população que vive de forma semi-nômade através da prática de uma agricultura de subsistência” (SANTOS, 2008, p.39).

mercado nacional em fase de crescimento, com uma industrialização e urbanização em curso no Brasil na metade do séc. XX. E ao mesmo tempo contemplava as expectativas de agricultores sulistas que tinham um esgotamento em suas propriedades, tanto em termos de divisão das mesmas por aumento familiar quanto pela degradação natural e da fertilidade dos solos¹⁷.

A colonização efetiva do Sudoeste do Paraná, promovida pelo Estado, a partir da década de 1940, representa uma aliança entre agentes econômicos e políticos, a fim de facilitar a acumulação capitalista e a ocupação de uma área de fronteira, sob a expansão da produção agrícola e da estruturação de um novo território (SANTOS, 2008, p.37).

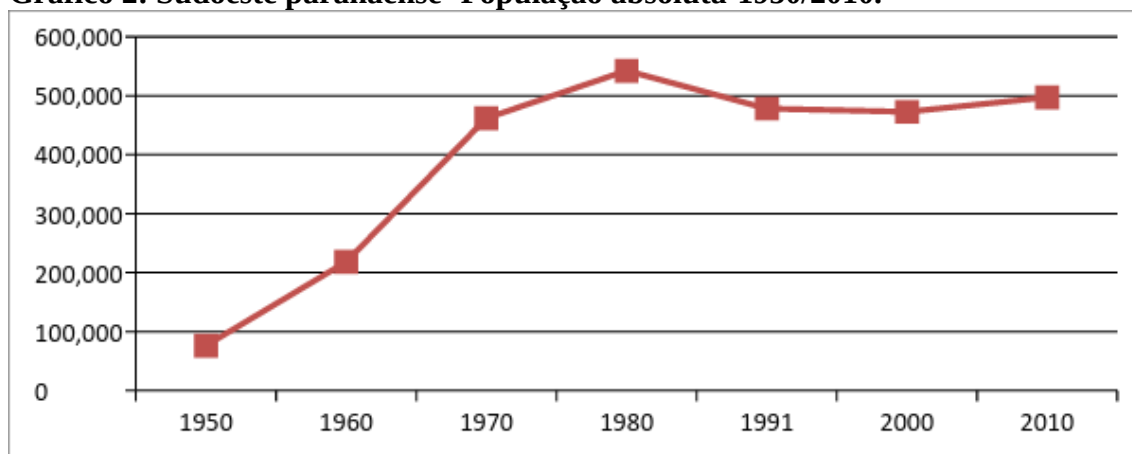
Finalmente, o terceiro processo territorial de alteração tem um caráter econômico mais intenso, a partir de movimentos de outras escalas, compreendido como sendo a modernização da agricultura, principalmente a partir das décadas de 1960 e 1970. Lembrando que a modernização da agricultura, apesar de apresentar mudanças de caráter econômico mais visíveis territorialmente, altera também a organização social e política dos agricultores, os ritmos de vida, como visto anteriormente.

A partir das análises estatísticas sobre a população absoluta do Sudoeste paranaense, observa-se um crescimento até finais da década de 1970, ou seja, momento em que ainda não se encontrava consolidado o novo padrão tecnológico de produção na agricultura, e até então não era significativa a saída da população do campo.

Isso vai ao encontro das idéias de Santos (2008), ao afirmar que as territorialidades não se manifestam isoladas no tempo e no espaço, e sim se relacionando. Dessa forma, o território mesclava diferentes dinâmicas, sendo que a diminuição populacional se intensifica somente a partir da década de 1980, quando de uma consolidação das características de produção implementadas, baseada no pacote tecnológico da revolução verde, já praticamente consolidado em várias partes do território nacional.

Em termos populacionais, percebe-se um aumento no Sudoeste a partir das décadas de 1940 e 1950 e uma estagnação seguida de queda nas décadas de 1970 e 1980, de acordo com o gráfico a seguir:

¹⁷ “No início do século XX, os pequenos estabelecimentos do Rio Grande do Sul e parte de Santa Catarina, colonizados no contexto anteriormente descrito, começam a dar sinais de esgotamento do modelo baseado na pequena propriedade e da fertilidade dos solos. Paralelo a isto, ocorre à intensificação da produção destinada à comercialização e o aumento da demanda por alimentos e mão-de-obra em nível nacional” (SANTOS, 2008, p.36).

Gráfico 2: Sudoeste paranaense -População absoluta-1950/2010.

Fonte: IBGE. Org: Rogério Musatto, 2015.

Em 1950, a população regional era de 76.273 habitantes, com um constante aumento nas décadas seguintes até atingir, em 1980, um pico de 542.406 habitantes. A partir de então, ocorre uma leve queda com uma estagnação nas últimas décadas na ordem de 497.127 habitantes, de acordo com o Censo de 2010.

A partir da modernização da agricultura ocorre então uma intensificação das relações comerciais no campo e deste com as cidades, através de uma maior interação, como no fornecimento de insumos e na destinação da produção agropecuária, efetivando, como se observa em Silva (1998), nas soldagens da integração agricultura-indústria e mercado financeiro.

Esse processo territorial faz com que se intensifiquem as relações territoriais/comerciais com atores extraescalares, o que alerta Saquet (2011) como sendo a integração de atividades agrícolas com a indústria e mercado financeiro e, decorrentes dessa integração, o surgimento de novas dinâmicas sociais no território. Além da forte mobilidade populacional, na saída do campo, o próprio desenvolvimento de atividades não-agrícolas em pequenas unidades de produção intensifica-se a partir das relações campo-cidade.

Mesmo sendo possível distinguir a existência de fases por períodos pré-definidos, as manifestações territoriais se entrelaçam. Algumas destas apresentam maior relevância, tal como o processo de modernização agrícola, outros são praticamente desconsiderados como modo de vida, são exemplos destes os caboclos e os indígenas (SANTOS, 2008, p.38).

Essas etapas, que podem ser compreendidas como territorialidades, são importantes para a compreensão da organização produtiva das unidades e na atuação socioeconômica das famílias de agricultores no campo, bem como para pensar na efetivação da pluriatividade como decorrente desse processo histórico, justamente

pelo maior dinamismo ao qual as relações capitalistas submetem as famílias de agricultores.

A seguir, será feito um apontamento sobre a organização territorial do campo no Sudoeste paranaense, a partir da modernização da agricultura, para que se possa relacionar com unidades de produção e famílias pluriativas pesquisadas na comunidade de Palmeirinha, Itapejara D'Oeste, pela presença das formas de produção da agricultura modernizada no território estudado.

3.1 A modernização da agricultura no Sudoeste paranaense

Anteriormente, foram apresentadas algumas características da modernização da agricultura no território nacional, através da análise da formação dos complexos agroindustriais e as ligações com o mercado financeiro. Posteriormente, foram levantadas as principais etapas da formação territorial do Sudoeste paranaense e agora será abordado o processo de modernização da agricultura no Sudoeste.

Quando se pensa em agricultura modernizada, logo se associa a grandes extensões de terras com utilização de tratores e colheitadeiras em áreas com relevo plano que facilitariam essas práticas, isso é parcialmente perceptível no território do Sudoeste.

Essas não são características predominantes, todavia, a modernização agrícola tem se efetivado, especialmente, a partir do cultivo da soja, considerada mercadoria chave desse processo, pois, através dela, decorre, a partir da década de 1960, a implantação do pacote da revolução verde de forma explícita (SANTOS, 2008, p.118).

As características, tanto naturais no relevo acidentado quanto organizacionais na predominância de pequenas unidades de produção com a utilização de trabalho familiar, fazem com que a modernização da agricultura ocorra de forma heterogênea no território regional, aprofundando as diferenças econômicas e técnico-produtivas entre unidades.

Santos (2008, p.116) destaca duas etapas da modernização da agricultura no Sudoeste paranaense: “a primeira compreende o período da década de 1960 até 1980, quando se inicia a construção das bases ideológicas e materiais”; e a segunda, a partir da década de 1980, “quando se efetivam essas condições concretas para a consolidação da modernização agrícola”.

“Na segunda fase da modernização da agricultura, consolida-se, no Sudoeste do Paraná, uma agricultura com base moderna, paralela a uma agricultura familiar

praticada pelo responsável pela unidade produtiva e sua família” (SANTOS, 2008, p.219).

Essa primeira etapa, de acordo com a autora, conta com a atuação direta do Estado e, logicamente, do mercado, incentivando e apresentando a partir das características de aumento de ganhos de produtividade as mudanças técnicas, e muitas vezes mascarando as consequências tanto ambientais quanto para a saúde, além dos altos custos e riscos financeiros.

Santos (2008) destaca o papel dos extensionistas, principalmente da Associação de Crédito e Assistência Rural do Paraná (ACARPA)¹⁸, para as mudanças produtivas:

O papel desempenhado pelos extensionistas possibilita a compreensão da forma como a modernização agrícola foi construída no cotidiano dos agricultores do Sudoeste do Paraná. Assim, as reportagens utilizadas evidenciam o poder da informação e de seu controle para dominação territorial através das mensagens transmitidas e dos filtros utilizados (SANTOS, 2008, p.119).

Assim é construída, no imaginário dos agricultores da região, a idéia de que as técnicas de produção desenvolvidas até então significavam um atraso e consequente insustentabilidade para as unidades de produção. “Institui-se a idéia do atraso e da necessidade de mudanças técnicas e tecnológicas, como única forma possível para melhorar a produção e as condições de vida” (SANTOS, 2008, p.123). São modelos e técnicas não pensados para a realidade regional, o que irá apresentar consequências diretas.

Além do papel do Estado, percebe-se, a partir das leituras de Santos (2008), o aumento de atuação das cooperativas, que influenciam significativamente na modernização da agricultura no Sudoeste:

A estruturação de um sistema de comercialização por intermédio da cooperativa agrícola traduz mais uma mudança territorial, pois a relação de comércio focada na figura de comerciantes locais é substituída pela cooperativa e pela ideia de organização dos produtores. A cooperativa passa a ser o local da comercialização e também o meio para se obter o crédito. As cooperativas agrícolas, aos poucos, substituem cada vez mais o papel de mediação na circulação

¹⁸ “No Paraná, a ACARPA foi instituída em 1959 como uma entidade civil, sem fins lucrativos, filiada à Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural (ABCAR) e vinculada à Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento (SEAB). Em 1977, foi criada a EMATER - PR com a finalidade de absorver as atividades da ACARPA, que havia iniciado seu processo de extinção. Em 2005, a EMATER modificou seu regime jurídico, passando de empresa pública para autarquia, sendo denominada de Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMATER” (SANTOS, 2008, p.121).

de mercadorias, que é realizado pelos comerciantes locais (SANTOS, 2008, p.127).

Saquet e Sinhorini (2008) também apontam para as cooperativas agropecuárias e sua atuação no território regional, a partir da década de 1970, como agentes responsáveis pela consolidação da modernização da agricultura na região:

Beneficiando-se dos incentivos estatais, as cooperativas criaram grandes infraestruturas para receber e comercializar a produção, revender sementes selecionadas, fertilizantes químicos, agrotóxicos, mediar a aquisição de financiamentos subsidiados, oferecer assistência técnica etc. Enfim, intensificaram a circulação de mercadorias e a subordinação dos produtores ao capital em diferentes escalas. (SAQUET; SINHORINI, 2008, p.192).

Tratando-se de culturas agrícolas com destino de comercialização garantido, tanto no mercado interno quanto nas exportações, a atuação das cooperativas e até mesmo das empresas privadas que compram diretamente a produção dos agricultores regionais representava um negócio seguro e confiável.

“As cooperativas agrícolas de produção são consideradas como locais ‘seguros’ de comercialização, nas quais a assistência técnica reforça a importância da técnica e redireciona a produção” (SANTOS, 2008, p.118).

Dessa forma, alguns grupos especializados no agronegócio surgem e se consolidam na região, com destaque para algumas cooperativas cuja atuação privilegia muito mais a intensificação do pacote da Revolução Verde.

O crédito rural e as cooperativas, como, por exemplo, a CAMDUL, COASUL Cooperativa Agropecuária Capanema (COAGRO) etc., são considerados essenciais na construção interna da modernização das atividades agrícolas no Sudoeste do Paraná (SANTOS, 2008, p.127).

Ocorre, assim, um aumento na produção agrícola e uma especialização de produção nas unidades, e aos poucos o aumento da produtividade vai sendo transferido da expansão horizontal das lavouras de feijão e milho para a incorporação técnica na produção de milho e soja principalmente. Porém, já no início dos anos 1970, devido às constantes queimadas e derrubadas de matas, a região apresentava uma situação de exploração e desgastes intensos dos solos.

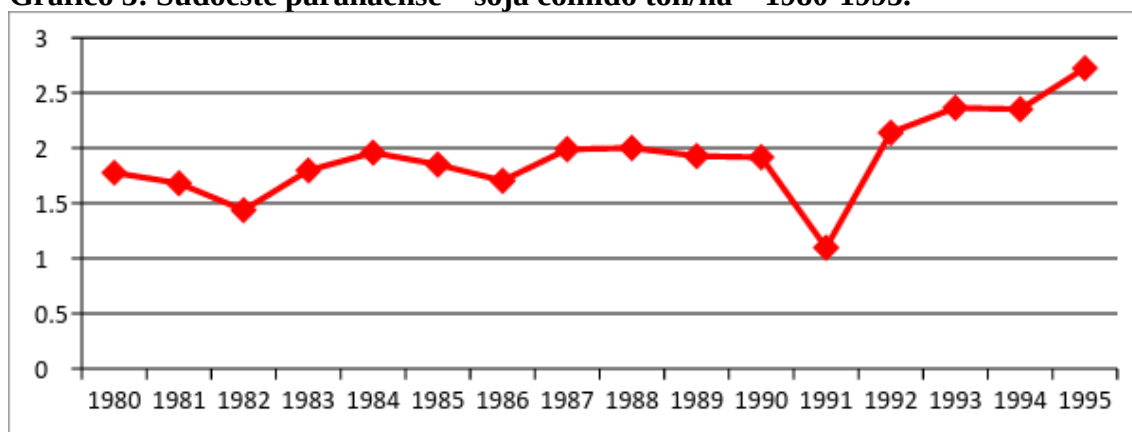
Apesar do processo de tecnificação da atividade agrícola, o Sudoeste do Paraná, no final da década de 1960 e início de 1970, expressa uma agricultura de apoio familiar, com baixa produtividade, e uma economia baseada na produção de feijão e na criação de suínos, além de uma população eminentemente rural, com taxa de urbanização de apenas 13,3% em 1970. Porém, com evidências do desgaste dos solos e desmatamento intenso (SANTOS, 2008, p.126).

Tem-se nas décadas de 1980 e 1990 a intensificação desse processo, com o aumento tanto das áreas cultivadas como da produtividade de cultivos a partir de melhorias técnicas, de sementes e insumos, principalmente produtos como soja e milho.

O pacote tecnológico é introduzido com maior vigor na década de 1970, especialmente após 1975. A partir da década de 1980, com o estabelecimento da expansão horizontal da agricultura e com a diminuição dos financiamentos do Estado para a atividade agrícola, observa-se uma desaceleração no ritmo da modernização técnica. Entretanto, uma nova forma de produzir é implantada. Considerada moderna, articulada a uma rede que envolve mais tecnologias e atrelada a um sistema de informações e a uma estrutura técnica e científica de abrangência global (SANTOS, 2008, p.223).

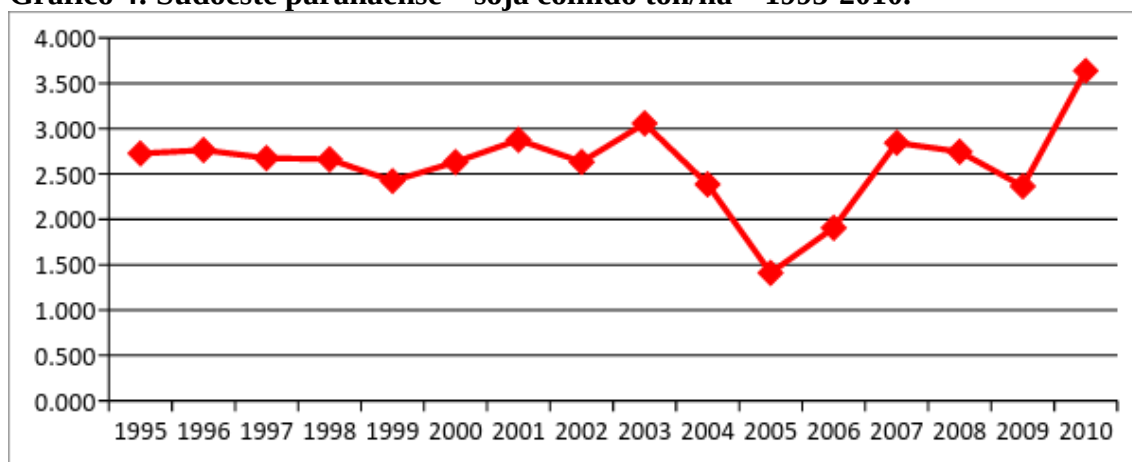
Percebe-se esse dinamismo em termos produtivos quando se analisa a produção média das culturas pertencentes ao pacote da Revolução Verde, como, por exemplo, nos gráficos a seguir, que apresentam a produtividade da soja na região Sudoeste de 1980 a 2010.

Gráfico 3: Sudoeste paranaense – soja colhido ton/ha – 1980-1995.



Fonte: Ipea Data. Org. Rogério Musatto.

Gráfico 4: Sudoeste paranaense – soja colhido ton/ha – 1995-2010.



Fonte: Ipea Data. Org. Rogério Musatto.

Os dados dos gráficos estão organizados a partir da média de toneladas por hectare no período, o que facilita a observação do aumento da produtividade, decorrente das melhorias técnicas, como sementes, insumos e mecanização, diferenciando de uma análise que privilegiaria o aumento absoluto da produção, o que pode ocorrer simplesmente com a expansão da área plantada.

Dessa forma, a média regional de toneladas por hectares pode representar uma evolução muito mais ligada às melhorias técnicas do que ao aumento na área de produção, indo ao encontro das análises teóricas sobre a modernização das técnicas e o consequente aumento da produção agrícola.

Salvo alguns anos, cuja diminuição foi provocada por intempéries climáticas e/ou produção inibida pelos preços, observa-se, de acordo com os gráficos apresentados, um constante aumento na produtividade da soja ao longo da série histórica 1980-2010 no Sudoeste paranaense.

Apesar de as características físicas naturais do território apresentarem condições pouco favoráveis ao desenvolvimento de uma agricultura intensiva, baseada em processos modernos de produção como a utilização de máquinas, essas condições não impediram as alterações técnicas na agricultura regional e o aumento de produção de algumas culturas agrícolas.

Santos (2008, p.221) faz uma crítica não à modernização das técnicas, e sim à “execução destas por meio do pacote tecnológico que se impõe sobre o território desconsiderando as suas especificidades em nome da lógica de ampliação do capital”.

As condições adversas da região, principalmente do relevo apresentando áreas com grande declividade, não impediram as mudanças técnicas, porém essa característica representa um dos fatores de diferenciação econômica entre unidades.

O que se verifica, empiricamente, é que, nas áreas mais planas, são cultivados produtos que incorporam, de forma integral, o pacote tecnológico da modernização agrícola. Nas áreas de topografia mais acidentada, os cultivos agrícolas são praticados, porém, utiliza-se o referido pacote de forma parcial, através do emprego de técnicas numa parcela da área total do estabelecimento agrícola (SANTOS, 2008, p.117).

Compreende-se o relevo como um dos elementos que contribuem para a diferenciação em termos de atividades e técnicas utilizadas, e consequentemente formas de organização de unidades de produção, algumas mais tecnificadas e mais

capitalizadas, contribuindo para as diferentes estratégias de atuação das famílias nas unidades e/ou fora delas.

“A modernização tem sido mais expressiva naqueles municípios que apresentam áreas mais planas e mais adequadas ao uso de máquinas agrícolas e naqueles em que se concentra o maior número de estabelecimentos acima de 200 hectares” (SANTOS, 2008, p.159).

Sobre os efeitos diretos da modernização, percebe-se, assim como nas transformações em nível nacional, os mesmos efeitos do mercado na organização regional, como, por exemplo, a dependência do crédito, da incorporação de insumos e máquinas e na venda e comercialização da produção a partir do seu preço de mercado.

No final da década de 1970, começam os primeiros indícios dos problemas da matriz tecnológica baseada no uso intensivo de insumos químicos. Em 1977, os agricultores vivenciam uma queda no valor da saca de soja, decorrente do aumento da safra norte-americana. Enquanto, em 1973, o preço da saca de soja é comercializado a Cr\$ 250,00, em agosto de 1977 (O ESTADO DO PARANÁ, 18/08/77), o preço para comercialização está cotado entre Cr\$ 130,00 e Cr\$ 140,00. A oscilação dos preços, nominais, principalmente em decorrência da concorrência da produção dos Estados Unidos, da Argentina e do Paraguai provoca mudanças internas no discurso sobre a soja (SANTOS, 2008, p.128).

Santos (2008) ainda alerta para a inserção da agricultura familiar nas lógicas do mercado a partir da década de 1990, com a criação do PRONAF, característica essa que permanece e se intensifica no Sudoeste paranaense.

Como abordado anteriormente, dentre os objetivos dessa política do Estado está a inserção e participação da agricultura familiar no mercado de produção agropecuária. Portanto, entende-se esse elemento como contribuinte para a incorporação das pequenas unidades de produção aos padrões modernizados de produção.

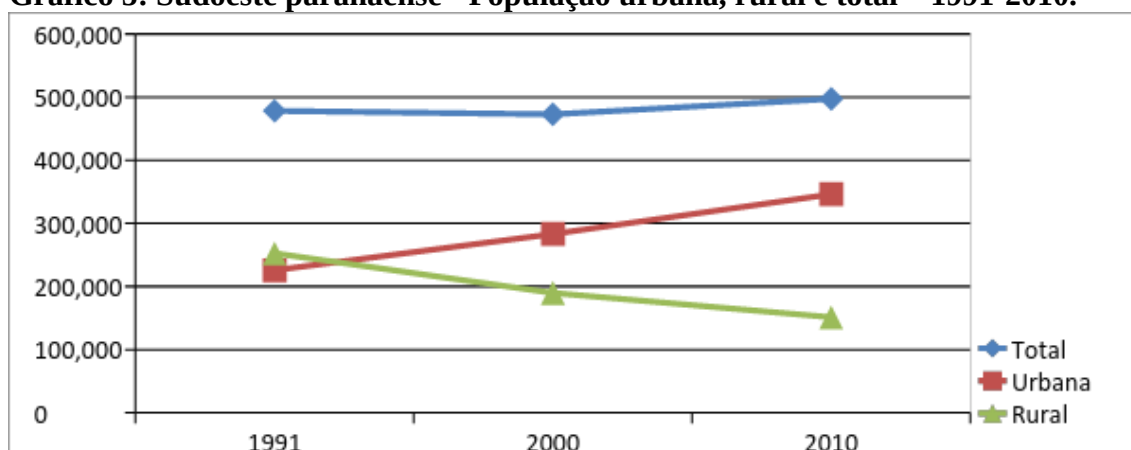
Sendo assim, ao incorporar as principais características do processo de modernização da agricultura, materializam-se no território regional profundas transformações sociais, principalmente nas pequenas unidades baseadas no trabalho familiar.

Dessa forma, os efeitos desagregadores da economia familiar rural instaurados por esse processo foram intensos: desterritorialização, paulatino fracionamento e concentração da propriedade fundiária, substituição da força de trabalho de membros da família por processos mecânicos da “Revolução Verde”, migração da PEA agropecuária para setores urbanos da indústria, comércio e prestação de serviços;

intensa utilização de insumos químicos etc (SAQUET e EDUARDO, 2010, p.7).

Percebe-se uma inversão populacional rural urbana no Sudoeste, processo esse que, de acordo com as leituras de Santos (2008), inicia-se na década de 1970, porém efetiva-se nos anos 1990 e intensifica-se constantemente nas décadas seguintes, como observado no gráfico 5:

Gráfico 5: Sudoeste paranaense - População urbana, rural e total – 1991-2010.



Fonte: IBGE. Org: Rogério Musatto, 2015.

Enquanto a população urbana em 1991 era de 225.666 hab., no campo havia 252.460 pessoas. Já de acordo com o Censo de 2010, a população rural apresenta-se com 151.127 habitantes e a população urbana atinge um número de 346.000.

Conforme aponta Santos (2008), a saída da população regional para outros locais do Estado e do país torna-se uma dinâmica presente no território regional, principalmente a partir da década de 1980.

São agricultores que têm na impossibilidade de permanência nas unidades pequenas o ponto de partida para outras fronteiras agrícolas, como o Centro-Oeste brasileiro, e/ou para grandes metrópoles urbanas nacionais. “Percebe-se, assim, que o esvaziamento populacional do Sudoeste do Paraná é o principal sintoma de que atravessa uma crise social e econômica, sendo a dependência na produção de *commodities* de grãos agrícolas sua principal causa” (PERONDI, 2007, p.26).

A inexistência de atividades específicas que atendam as condições das pequenas unidades, poucas ligações comerciais com mercados imediatos nas cidades regionais e até mesmo de organização por parte dos agricultores fizeram com que muitos abandonassem o campo nas décadas de 1980 e 1990, e isso ocorre ainda hoje, principalmente com a saída de jovens.

No caso das pequenas unidades familiares, as alterações a partir da dependência na produção de *commodities* tornam-se mais profundas em termos sociais, expressadas na saída do campo e nas mudanças de organização interna e/ou atuação externa, e na necessidade de complementação da renda familiar em atividades externas à unidade.

Tratando-se de um território com predomínio de unidades agrícolas baseadas no trabalho familiar, as mesmas apresentam inserções e adaptações desiguais aos processos modernizados da produção, casos de marginalização e desestruturação, provocando a saída ou incorporação a outras atividades econômicas, assim como casos de adaptação e especialização de produção.

A maior produção e produtividade decorrentes de insumos químicos e uso de força mecânica aumentam os custos da produção e, em território de agricultores familiares, uma parcela descapitalizada não consegue enquadrar-se nela, apesar da expansão verificada no crédito rural, através dos financiamentos para custeio. Em virtude dessas condições é que se tem verificado a diversificação da produção para além do cultivo de soja e milho. A atividade pecuária leiteira tem ganho destaque assim como a criação de frangos e perus na forma de integração, a produção de fumo e o reflorestamento mercantil (SANTOS, 2008, p.219).

Santos (2008) mostra um panorama de que, mesmo nas pequenas unidades de produção do Sudoeste, ocorre uma incorporação das principais características do processo de modernização da agricultura como base de produção das unidades familiares. Porém, em muitos casos, a atividade agrícola não consegue proporcionar a sobrevivência da família, levando a uma necessidade de diversificação de atividades e fontes de renda.

A incorporação das pequenas unidades ao processo de modernização da agricultura, de acordo com Santos (2008), procede da mesma forma que unidades maiores.

A necessidade de crédito para financiamento da produção, a utilização de insumos e máquinas da indústria no plantio, e no final do processo, o resultado da produção, por sua vez, tem como destino as cooperativas, as agroindústrias e, ainda, as empresas cerealistas locais (SANTOS, 2008, p.119).

Percebe-se, nesse panorama, práticas produtivas semelhantes com unidades maiores em extensão, tanto nas técnicas produtivas quanto na destinação da produção e até mesmo na utilização de financiamento, porém, tratando-se de montante de produção menor, muitas das pequenas unidades não conseguem um desempenho satisfatório para suas necessidades somente a partir da produção agrícola. Ocorre assim uma

incapacidade de sobrevivência e muitos casos de endividamento e trabalhos fora da unidade como complemento, quando não ocorre uma diversificação interna.

Evidencia-se aí uma inadequação das técnicas nas unidades familiares regionais e, a partir desse ponto, as consequências sociais e organizacionais. “As alterações provocadas extravasam o espaço rural e se manifestam territorialmente, expressando-se no êxodo rural, no crescimento das cidades, nas relações de trabalho, na criação e extinção de serviços, como as escolas rurais” (SANTOS, 2008, p.224).

“A modernização da agricultura é apresentada como a face moderna do desenvolvimento, mas um desenvolvimento prioritariamente econômico, que resulta em uma série de problemas” (SANTOS, 2008, p.129).

Justamente a inadequação das técnicas utilizadas para a produção agrícola, assim como todo o processo de financiamento e racionalização econômica, apresentado por Santos (2008), é considerada como fator contribuinte para a marginalização econômica de famílias de agricultores e o desenvolvimento de atividades não-agrícolas.

A diversificação interna nas unidades familiares, abordadas por Perondi (2007), a partir de uma necessidade constante de mercantilização e ganhos econômicos, pode ser compreendida como uma consequência do processo de modernização agrícola e/ou uma adaptação necessária das unidades agrícolas menores. A partir desse ponto, compreende-se a influência das transformações territoriais no desenvolvimento da pluriatividade por parte de alguns agricultores familiares.

Perondi (2007), ao fazer um estudo sobre a capacidade de adaptação de famílias de agricultores no campo a partir do processo de mercantilização das formas de produção, mostra como a diversificação das atividades pode ser significativa e decisiva para a manutenção e até mesmo a melhoria das condições de vida nas pequenas unidades de produção da região Sudoeste paranaense.

Também é possível perceber que, por conta desse processo mais geral de transformação da região, os agricultores familiares de uma forma reativa também estão se transformando, e muitos procuram se adaptar às novas condições mercantis. Tais iniciativas, ainda que insignificantes do ponto de vista do montante de recursos econômicos que mobilizam, são aqui consideradas estratégicas para a diversificação da economia local e também da região Sudoeste no futuro próximo (PERONDI, 2007, p.26).

Dessa forma, compreende-se a diversificação de atividades e fontes de renda como uma característica cada vez mais presente no território do Sudoeste.

“Portanto, compreender as formas de diversificação dos meios de vida da agricultura familiar é entender a sua capacidade de sobrevivência e de transformação frente ao processo de mercantilização” (PERONDI, 2007, p.17).

Tendo por base essa organização territorial do Sudoeste do Paraná, estuda-se as formas de diversificação de atividades e fontes de renda de unidades e famílias em Itapejara D'Oeste e os casos de pluriatividade na comunidade de Palmeirinha.

Na sequência do capítulo, far-se-á uma caracterização com dados territoriais de Itapejara D'Oeste, definindo o recorte territorial de estudo.

3.2 Caracterização do município de Itapejara D'Oeste

Localizado próximo aos municípios de Pato Branco e Francisco Beltrão, dos quais se emancipou politicamente em 1964¹⁹, Itapejara D'Oeste está inserido na região Sudoeste paranaense e apresenta características semelhantes às já analisadas regionalmente, como a ocupação a partir da frente de migração nas décadas de 1940 e 1950.

Outras características econômicas e sociais semelhantes às apresentadas anteriormente na análise regional são perceptíveis no município, como, por exemplo, a importância das atividades agrícolas e a predominância de pequenas unidades de produção em extensão e baseadas no trabalho familiar.

Em termos gerais, Itapejara D'Oeste tem uma população de aproximadamente 11.335 habitantes²⁰ em 2014, e uma área de 254,014 Km², apresentando assim uma densidade demográfica de 41,46 hab/km², sendo o 15º município mais populoso da mesorregião, ou seja, situa-se na média regional.

Ao analisar a evolução histórica da população de Itapejara D'Oeste, constata-se uma estagnação entre 1970 e 1980, seguida de uma queda nas décadas de 1980 e 1990, e somente nos anos anteriores a 2010 observa-se um leve crescimento na população total do município.

¹⁹ O município foi criado através da Lei Estadual nº 4859, de 28 de abril de 1964, e instalado em 14 de dezembro do mesmo ano. Foi desmembrado de Pato Branco e Francisco Beltrão (Prefeitura de Itapejara D'Oeste). Disponível em: <http://www.itapejaradoeste.pr.gov.br/site/2013-08-30-16-19-18/perfil-do-municipio>, Acesso em: 07-08/2015.

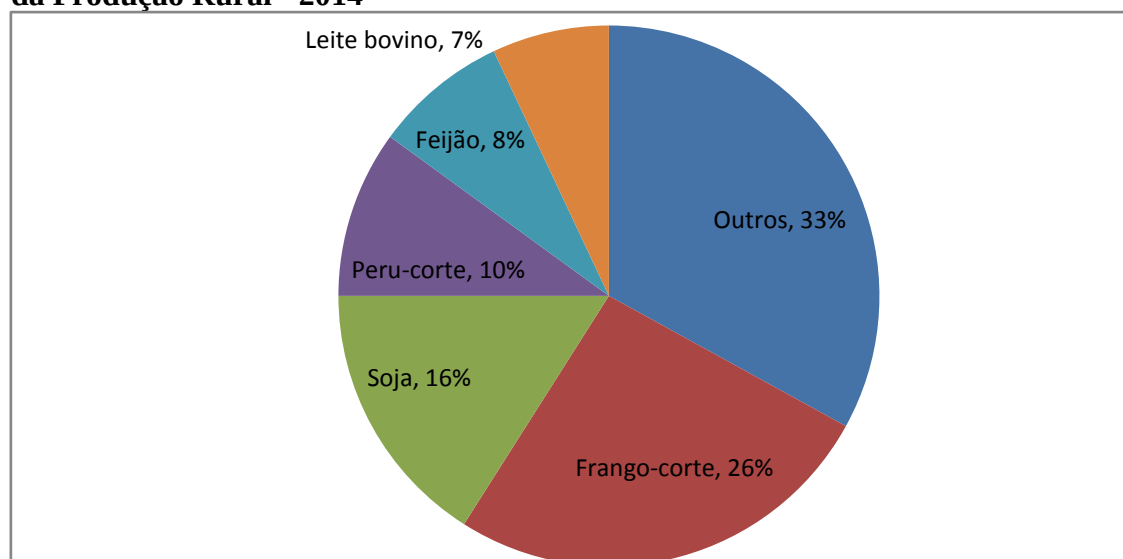
²⁰ Numero correspondente a estimativa do IBGE para o ano de 2014. De acordo com o censo de 2010 a população de Itapejara D'Oeste era de 10.531 habitantes. “Estimativas da população residente com data de referência 1º de julho de 2014 publicada no Diário Oficial da União em 28/08/2014” (IBGE). Disponível em: <http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=411120>. Acesso em: 06/08/2015.

Esse crescimento no últimos anos, de acordo com algumas leituras feitas, deve-se significativamente à presença de empresas ligadas ao setor agropecuário, como cooperativas e cerealistas, e no estabelecimento de agroindústrias ligadas ao setor de avicultura, industrialização de carne e fabricação de rações, com destaque para a empresa Anhambi, que passa a ofertar postos de trabalho, tanto direta quanto indiretamente, a partir do ano 2000.

“A criação do frigorífico Anhambi (atual Agrogen), no ano de 2000, tem destaque, principalmente na geração de empregos, pois absorve um contingente significativo de trabalhadores e movimentou o comércio e os serviços locais” (MEIRA, 2013, p.51).

Essa maior dinâmica no setor agroindustrial ligado a avicultura de corte se deve principalmente a forte presença da cadeia de produção no município, com aviários, para frangos de corte e matrizes, o setor representa 26% dos valores referentes ao total da produção rural do município de acordo com o gráfico 6, e sendo o grande responsável pela segunda colocação do município na região sudoeste referente a valores de exportação com US\$ 77,7 milhões em 2014²¹.

Gráfico 6 : Itapejara d'Oeste–Percentual por atividades referente ao valor bruto da Produção Rural - 2014



Valor bruto (R\$): 258.686.033,43

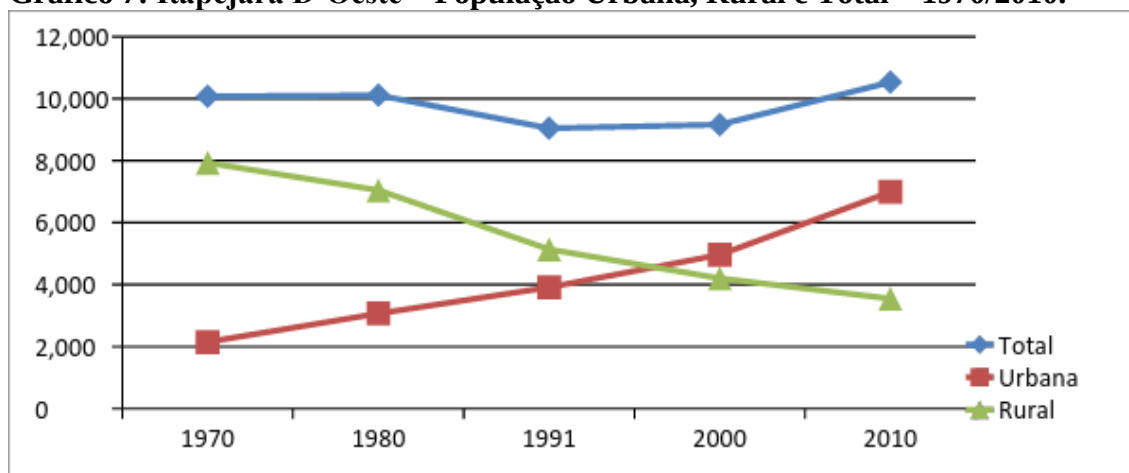
Fonte: SEAB-PR/DERAL. Org: Rogério Musatto, 2015.

²¹Os dados referentes a exportação são do Ministério da Indústria, Desenvolvimento e Comércio Exterior, onde no ano de 2014 o município de Itapejara d'Oeste aparecia na segunda colocação na região Sudoeste com montante em valores menor que o município de Palmas somente.
Disponível em: <http://www.rbj.com.br/geral/sudoeste-exportou-mais-de-us-3979-milhoes-em-2014-0900.html> Acesso em: 07/11/2015.

São fatores que contribuem para um aumento da população na área urbana do município. Assim como se observa nas análises populacionais da região Sudoeste paranaense, constata-se uma inversão rural urbana nos anos 1990 em Itapejara D'Oeste, essa demonstração está exposta no Gráfico 7.

Percebe-se um aumento da população urbana municipal a partir da década de 1970. No início daquela década os números eram de 2.146 pessoas na cidade e a partir de então ocorre um aumento constante atingindo em 2010 um número de 6.987 habitantes.

Gráfico 7: Itapejara D'Oeste – População Urbana, Rural e Total – 1970/2010.



Fonte: IBGE. Org: Rogério Musatto, 2015.

Já em relação à população rural, a situação contrária pode ser observada: enquanto em 1970 era de 7.929 pessoas, em 2010 o campo contava com 3.544 habitantes, ocorrendo assim uma perda significativa até as décadas recentes.

Ao mesmo tempo, de acordo com dados referentes ao Censo Demográfico de 2010, a população masculina é maior que a feminina no campo, fator esse invertido quando se analisa os números referentes à cidade.

Compreende-se essa característica como uma incorporação maior às atividades agrícolas por parte dos homens, enquanto as mulheres buscam mais frequentemente nas cidades uma ocupação econômica. Esses dados podem ser observados na tabela a seguir:

Tabela 1: Itapejara D'Oeste: População censitária segundo tipo de domicílio e sexo – 2010.

Tipo de domicílio	Masculina	%	Feminina	%	Total	%
Urbano	3.404	48,71%	3.583	51,28%	6.987	100%
Rural	1.858	52,42%	1.686	47,57%	3.544	100%
Total	5.262	49,96%	5.269	50,03%	10.531	100%

FONTE: IBGE - Censo Demográfico - Dados do universo. Org: Rogério Musatto, 2015.

De acordo com o Censo Agropecuário do IBGE, em 2006 existiam 999 estabelecimentos agropecuários em uma área de 20.053 hectares no município, dos quais 987 eram classificados como de propriedade individual, ou seja, 98% dos mesmos.

Ainda de acordo com o Censo Agropecuário, dos 999 estabelecimentos, 885 eram pertencentes à agricultura familiar²², representando assim a grande maioria ou 88,5% dos estabelecimentos do município, perceptível na tabela a seguir:

Tabela 2: Estabelecimentos familiares e não familiares em Itapejara D'Oeste – 2006

	Estabelecimentos (Números)	Estabelecimentos (%)
Agricultura Familiar	885	88,59%
Não Familiar	114	11,41%
Total	999	100%

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário 2006. Org: Rogério Musatto, 2015.

Outro indicador interessante para a pesquisa diz respeito ao tamanho das unidades de produção no município, de acordo com o que se apresentou teoricamente, pode ser um fator determinante para o desenvolvimento da pluriatividade.

Dessa forma, dos 999 estabelecimentos agropecuários de Itapejara D'Oeste em 2006, 27,22% situavam-se entre 0 a menos de 5 ha, de acordo com o apresentado a seguir.

Tabela 3: Tamanho dos estabelecimentos agropecuários - Itapejara D'Oeste e Sudoeste paranaense em 2006.

	Itapejara D'Oeste		Sudoeste paranaense	
	N	%	N	%
De 0 a menos de 5 ha	272	27,22%	10.806	24,86%
De 5 a menos de 10	199	19,91%	9.293	21,38%
De 10 a menos de 20	286	28,62%	11.952	27,50%
De 20 a menos de 50	169	16,92%	8.042	18,50%
De 50 a menos de 100	49	4,90%	2.119	4,87%
De 100 a menos de 200	16	1,60%	765	1,76%
De 200 a menos de 500	8	0,80%	391	0,89%
Mais de 500 ha	-		93	0,21%
Total	999	100%	43.461	100%

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário 2006. Org: Rogério Musatto, 2015.

²² O IBGE utiliza-se da definição das características definidoras de Agricultura Familiar presente na Lei Federal Nº 11.326, de 24 de julho de 2006. “Neste trabalho, o conceito adotado foi o da Lei nº 11.326. Para delimitar a agricultura familiar no Censo Agropecuário segundo o princípio legal acima, foi utilizado o método de exclusão sucessiva e complementar, ou seja, para o estabelecimento ser classificado como de agricultura familiar precisava atender simultaneamente todas as condições estabelecidas” (IBGE). Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/agri_familiar_2006_2/notas_tecnicas.pdf. Acesso em: 07/08/2015.

Somando-se os estabelecimentos até 20 há, o número é de 75,7% ou 757 do total, representando um expressivo número de pequenos estabelecimentos. Esse mesmo extrato em nível regional se apresenta com 73,7% do total de estabelecimentos, sendo uma porcentagem menor em comparação como o município de Itapejara D'Oeste.

Já na faixa de 20 a menos de 50 ha, o percentual de 16,9% de unidades agrícolas em Itapejara D'Oeste é menor que os 18,5% em níveis regionais.

As atividades praticadas nas unidades de produção, de acordo com as análises do Censo Agropecuário de 2006, resumem-se em sua maioria aos cultivos agrícolas temporários, tendo no milho e soja as culturas mais significativas. E ganha destaque a produção pecuária, o que pode ser observado na Tabela 4.

Tabela 4: Estabelecimentos agropecuários e área segundo as atividades econômicas em Itapejara D'Oeste (PR) em 2006.

Atividade econômica	Estabelecimentos (Números)	Área média (há)
Lavoura temporária	478	11.187
Horticultura e floricultura	26	75
Lavoura permanente	4	65
Pecuária e criação de outros animais	486	8.699
Produção florestal de florestas plantadas	1	-
Aquicultura	3	8
Total	999	20.053

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário, 2006. Dados trabalhados pelo IPARDES (2013).

Um dos elementos que podem ilustrar o processo de modernização da agricultura em Itapejara D'Oeste é a presença de tratores nas unidades de produção. Em 2006, de acordo com o Censo Agropecuário, o município tinha 256 unidades de produção com tratores internos e um número de 294 tratores, ou seja, em alguns casos existiam unidades com mais de um trator.

Nessa realidade territorial, as unidades familiares incorporam técnicas modernizadas nas atividades agrícolas desenvolvidas, e apresentam diferentes tipos de arranjos familiares em termos de fontes de renda e formas de organização, a partir dessas combinações é que as atividades não-agrícolas se fazem presentes.

Conforme dados do IBGE referentes ao Censo Agropecuário de 2006, a região Sudoeste paranaense apresenta um percentual de 20,19% de suas unidades agropecuárias com membro(s) desenvolvendo atividades econômicas fora da mesma. Esses números mostram a presença da pluriatividade no Sudoeste e, de forma geral, a importância da mesma para a agricultura familiar.

Por mais que esses números não considerem o desenvolvimento de atividades não-agrícolas internas nas unidades de produção, pode-se observar a existência da pluriatividade em um território onde a agricultura familiar se mostra expressiva, o que pode ser visto na tabela a seguir.

Tabela 5: Unidades agropecuárias com membro(s) desenvolvendo atividades econômicas fora do estabelecimento - Sudoeste Paranaense/Itapejara D'Oeste – 2006.

Estabelecimentos	Sudoeste		Itapejara D'Oeste	
	Números	%	Números	%
Total	44.479	100%	999	100%
Tinha membro(s) em atividade econômica fora do estabelecimento	8.979	20,19%	211	21,12%
Agropecuária	2.647	5,95%	6	0,60%
Não Agropecuária	6.128	13,78%	204	20,42%
Agropecuária e não agropecuária	204	0,46%	1	0,10%
Não tinha membro(s) em atividade econômica fora do estabelecimento	35.500	79,81%	788	78,88%

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário, 2006. Org: Rogério Musatto, 2015.

O município de Itapejara D'Oeste apresenta um percentual de unidades com membro(s) desenvolvendo atividades econômicas fora de 21,12%, um percentual um pouco maior que a média regional, de 20,19% (IBGE, 2006).

Já na comparação de unidades de produção que apresentam membros em atividades não-agrícolas fora, a média de Itapejara D'Oeste é ainda maior que a regional, 20,42% das unidades e 13,78% no Sudoeste. Esse percentual refere-se à inserção de agricultores em atividades econômicas como indústria, construção civil e comércio.

Sendo assim, em Itapejara D'Oeste, de acordo com os dados do Censo Agropecuário, em 2006, o número de unidades com membros desenvolvendo atividades não-agrícolas fora das mesmas era maior que a média regional.

Além dos números do IBGE, aborda-se na pesquisa de Perondi (2007) a diversificação de atividades nas unidades rurais de Itapejara D'Oeste algumas considerações sobre a presença da pluriatividade no município:

De acordo com a composição sócio-demográfica das famílias e o uso dos meios de produção, percebeu-se que 15% da força de trabalho da agricultura familiar está entregue ao mercado de trabalho, via a pluriatividade. Sendo que a pluriatividade intersetorial esta presente em todos os estratos, principalmente, nas propriedades menores que 10 ha, como uma alternativa de renda que compensa a falta de área agrícola. (PERONDI, 2007, p.119).

Sobre a importância e peso econômico da diversificação das fontes de renda nas unidades familiares, o mesmo autor afirma:

Quanto à composição da renda total da agricultura familiar, percebeu-se que a renda agrícola representa 38% do total, as transferências sociais representam 22%, a pluriatividade de base agrária representa 14%, as rendas de outras fontes 5% e a pluriatividade intersetorial representa 21% do total. (PERONDI, 2007, p.168).

Em pesquisa realizada anteriormente e apresentada em Musatto (2012), também se constatou a presença significativa da pluriatividade em algumas comunidades de Itapejara D'Oeste.

Em entrevistas realizadas em 20 propriedades na comunidade de Palmeirinha, no período entre os meses de Outubro e Novembro de 2012, podemos comprovar a importância e representação de atividades não-agrícolas. Sendo que nas 20 propriedades visitadas apenas 7 não possuem indivíduos trabalhando fora da propriedade (MUSATTO, 2012, p.64).

Na pesquisa, destacou-se a distância da cidade como um fator que contribuiu decisivamente para a incorporação ou não a atividades não-agrícolas, sendo que as comunidades pesquisadas apresentam localização diferenciada em relação à cidade, enquanto Palmeirinha situa-se entre 3 e 10 km aproximadamente e Salto Grande encontra-se entre a 10 e 20 km aproximadamente, de acordo com a Tabela 6.

Tabela 6: Pesquisa sobre agricultores familiares pluriativos nas comunidades de Palmeirinha e Salto Grande - Itapejara D'Oeste – 2012

Agricultores pluriativos na propriedade	Palmeirinha	Salto Grande
Nenhum pluriativo	7	3
Apenas 1 pratica pluriatividade	5	4
2 praticam pluriatividade	7	1
3 praticam pluriatividade	1	
Mais de 3 praticam pluriatividade		
Total	20	8

Fonte: MUSATTO, R. M. (2012).

Compreender essa dinâmica de inserção de agricultores em atividades não-agrícolas a partir do território de Itapejara D'Oeste remete a considerar as relações estabelecidas entre campo e cidade intensificadas pela proximidade física, pelas trocas comerciais a partir do desenvolvimento de atividades agrícolas no campo com base de fomento nas cidades e mesmo pela oferta de postos de trabalho na área urbana.

O município de Itapejara D'Oeste está caracterizado por pequenas comunidades ao entorno da área urbana, sendo que a proximidade com a cidade e a facilidade no acesso é uma das características mais

significativas para a ocorrência de casos de pluriatividade na agricultura familiar (MUSATTO, 2012, p.61).

Essa realidade territorial converge com as análises teóricas de Elias (2006 e 2013), quando a autora apresenta as idéias de que as relações de proximidade e conexões territoriais entre campo e cidade contribuem para a formação de ligações materiais e imateriais no território, sendo que a pluriatividade pode ser compreendida como uma delas.

As relações decorrentes do modelo modernizante das atividades agropecuárias que impõe uma lógica de mercado a partir das cidades são perceptíveis no território de Palmeirinha justamente pelo desenvolvimento de cultivos do pacote tecnológico, como soja e milho, principalmente. Além das dificuldades enfrentadas pelos pequenos agricultores para produzir de acordo com as imposições do modelo dominante, como aponta Santos (2008), inserem-se assim esses agricultores em atividades urbanas como alternativas de renda.

Essa característica territorial representa o processo de industrialização difusa, o qual tem como resultado a descentralização da industrialização nacional nas últimas décadas, além do desenvolvimento de cidades cujo objetivo é dar suporte às atividades agropecuárias desenvolvidas em seu entorno.

Observa-se, então, uma oferta considerável de postos de trabalho em Itapejara D'Oeste, principalmente na indústria de alimentos e nos setores de serviços e comércio, como apresentado na tabela a seguir.

Tabela 7: Itapejara D'Oeste - Número de estabelecimentos e empregos segundo as atividades econômicas – 2014.

Atividades econômicas	Estabelecimentos	Empregos
Indústria	41	1.453
Indústria de produtos alimentícios	13	1.221
Indústria têxtil, do vestuário e artefatos de tecidos	10	177
Demais indústrias (metalúrgica, mecânica, mobiliaria, etc)	18	55
Construção civil	7	17
Comércio	125	489
Comércio varejista	115	417
Comércio atacadista	10	72
Serviços	94	606
Agropecuária	45	168
Total	312	2.733

Fonte: IBGE - MTE/RAIS *Apud*: IPEA: Caderno estatístico município de Itapejara D'Oeste. Org. Rogério Musatto, 2015.

Esses estabelecimentos comerciais de base agropecuária, além de intensificar as trocas comerciais entre campo e cidade, acabam por contratar mão de obra não somente urbana, mas também de agricultores em seus quadros de funcionários.

Por tratar-se de um município consideravelmente pequeno em extensão territorial, efetiva-se em Itapejara D'Oeste uma relação campo-cidade através da mobilidade de pessoas e nas trocas comerciais visivelmente intensas.

Na Foto 1, observa-se na paisagem elementos rurais e urbanos relacionando-se territorialmente em Itapejara D'Oeste.



FOTO 1: Vista parcial do Bairro Bem Viver, perímetro urbano de Itapejara D'Oeste. Ao fundo, unidade da empresa Agrogen.

FONTE: Arquivo pessoal.

Além dos setores de indústria e serviços localizados na cidade, as atividades agropecuárias são responsáveis pela maior parte das ocupações da população economicamente ativa no município, de acordo com a Tabela 8.

Tabela 8: Principais ocupações da população economicamente ativa, município de Itapejara D'Oeste – 2010.

ATIVIDADES ECONÔMICAS (CNAE Domiciliar 2.0)	Números
Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura	1.637
Indústrias de transformação	936
Comércio; Reparação de veículos automotores e motocicletas	884
Construção	408
Serviços domésticos	392
Administração pública, defesa e seguridade social	170
Transporte, armazenagem e correio	159
Educação	127
Atividades mal especificadas	402
Outros	560
Total	5.675

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário *Apud*: IPEA: Caderno estatístico município de Itapejara D'Oeste. Org. Rogério Musatto, 2015.

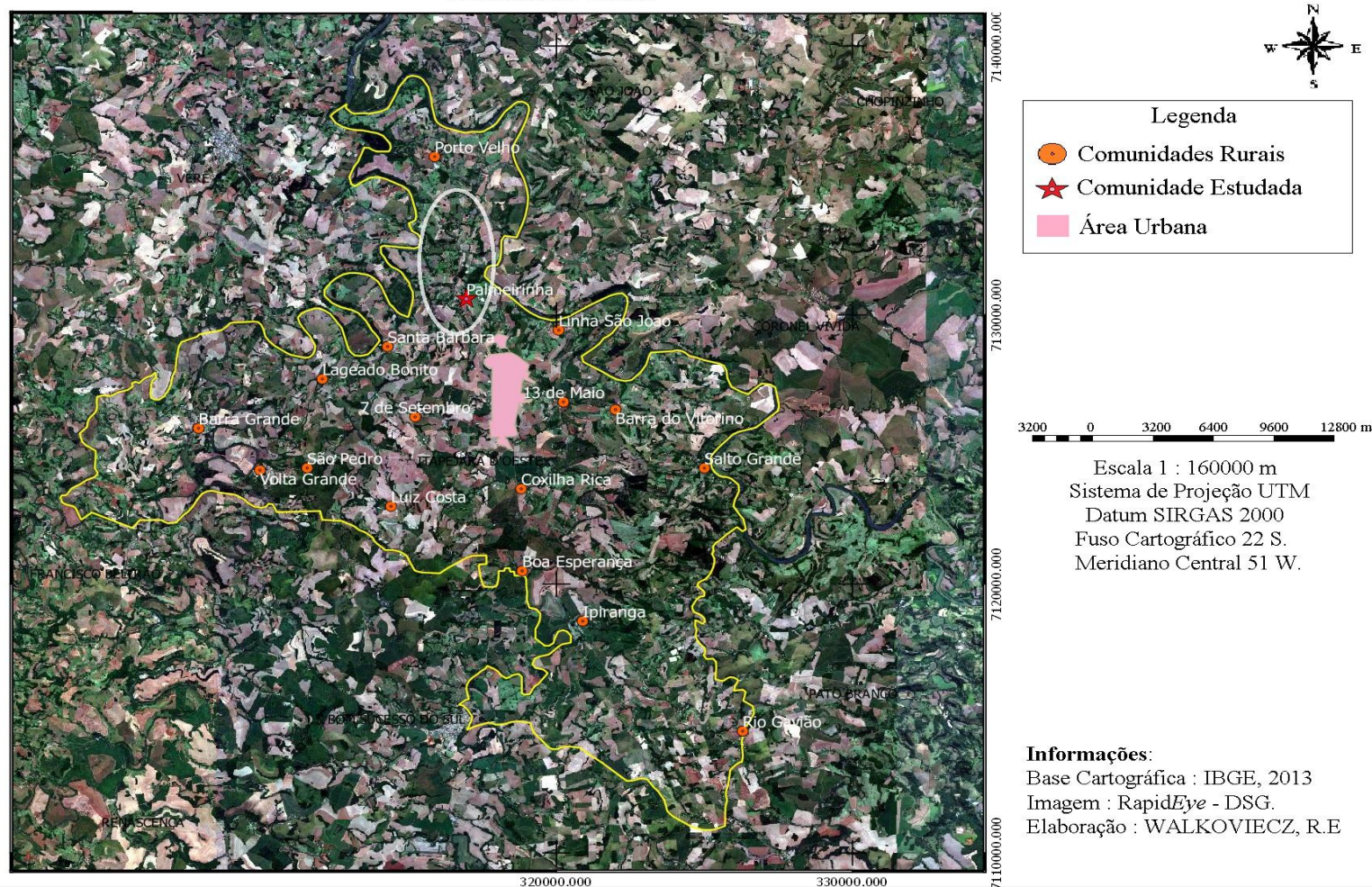
Nas ocupações no campo vinculadas a atividades agropecuárias, compreende-se também a incorporação da mão de obra familiar, não remunerada com salários, em comparação com outros setores. Dessa forma, percebe-se a oferta considerável de emprego em setores como indústria, comércio, construção civil etc. localizados na área urbana.

Sendo assim, fatores como proximidade territorial e as próprias relações estabelecidas entre campo e cidade são contribuintes para a ocorrência da pluriatividade na agricultura familiar. A partir dessas características, combinadas com a forte presença de unidades de produção familiares, justifica-se o local de pesquisa como sendo a comunidade de Palmeirinha, no município de Itapejara D'Oeste, que se apresenta a seguir.

3.3 Formação e características territoriais da comunidade Palmeirinha – Itapejara D'Oeste

Com um centro comunitário situado a aproximadamente 3 km da cidade e cujas unidades de produção mais distantes estão situadas a uma faixa de 15 km do perímetro urbano de Itapejara D'Oeste, como se observa no mapa a seguir (área circulada em branco), a comunidade Palmeirinha mantém uma relação de proximidade tanto física quanto econômica e social com a cidade, fator considerável quando se estuda a pluriatividade na agricultura familiar.

**Mapa do Município de Itapejara D'Oeste -Pr
Comunidades Rurais**



A proximidade física com a cidade, a oferta e o acesso a locais de trabalho são fatores territoriais perceptíveis na comunidade de Palmeirinha. A comunidade apresenta uma agricultura com características de produção modernizada, mesmo em pequenas unidades em termos de área, além de outras atividades agrícolas altamente integradas a mercados, como, por exemplo, avicultura e pecuária leiteira.



FOTO 2: Vista parcial da comunidade de Palmeirinha. Ao fundo, canto superior direito (indicado com seta), área urbana de Itapejara D'Oeste.

FONTE: Arquivo pessoal do autor.

Para o levantamento da formação territorial da comunidade, foram entrevistadas duas pessoas, que relataram alguns aspectos históricos e organizacionais do local. A senhora Natalina Lago, de 61 anos, há 50 anos habitando na comunidade, relata que Palmeirinha concentrou nos últimos anos muitos moradores próximo ao centro comunitário, local onde ela e o marido, senhor Honorando, de 64 anos, habitam.

Devido às inúmeras palmeiras que existiam próximo onde hoje se encontra o centro comunitário, na década de 1950, é que se originou o nome da comunidade, segundo relato da dona Natalina. De acordo com a entrevistada, fatores como a construção da rodovia que liga Itapejara D'Oeste à cidade de Verê, na década de 1980, a presença de uma pequena indústria de confecções, além de um mercado e a facilidade de deslocamento para a cidade, são consideráveis para que ocorresse essa concentração de moradores próxima ao centro comunitário: *“É uma comunidade que aumentou os moradores aqui perto do centro comunitário, os agricultores que saem são os que moram mais longe, esses ou vem morar aqui mais perto, ou vão pra cidade”*, disse dona Natalina.



FOTO 3: Centro comunitário de Palmeirinha, Itapejara D'Oeste. Ao lado da rodovia PR-493, que liga Itapejara D'Oeste à cidade de Verê.

FONTE: Arquivo pessoal do autor.

A senhora Natalina, que trabalhou como professora em uma antiga construção de madeira que servia como escola, por volta de 1968, relata algumas transformações na comunidade. Naquela época, não existiam tantos moradores próximo ao centro comunitário, em comparação com os dias atuais. *“A construção da rodovia melhorou os transportes e deslocamento, e as pessoas preferem ficar morando aqui perto por ser mais tranquilo e ao mesmo tempo de fácil deslocamento”*.

Apesar de a comunidade já estar formada quando da chegada dela e sua família no local, a antiga professora afirma que a concentração de moradores era menor e que nos arredores do centro comunitário era maior a presença de famílias de agricultores.

Atualmente, dona Natalina participa da diretoria do Clube de Mães na comunidade e destaca a grande presença das mulheres em reuniões e promoções organizadas pela entidade.

Quanto à organização comunitária da igreja católica, a entrevistada afirma que, nos últimos anos, não se mostra significativa como se apresentava em outros tempos, e acredita que isso ocorre devido a alguns erros da atual diretoria. A comunidade conta também com a presença de uma igreja evangélica Assembléia de Deus, com um número menor de participantes em comparação com a igreja católica.

Sobre a formação da comunidade, Natalina relata que a frente de colonização que se estabeleceu, principalmente na década de 1950, era formada principalmente por gaúchos e catarinenses descendentes de italianos, outras descendências não eram expressivas, visto que se tratava de grandes famílias que acabavam incentivando a vinda de conhecidos.

Abordando a presença de índios e caboclos no local, a entrevistada afirma: *“Quando meus pais chegaram aqui, não tinha índios nem outros moradores, era tudo mato fechado, que tinham que derrubar pra plantar a roça”*.



FOTO 4: Entrevista realizada na comunidade de Palmeirinha. Entrevistador com a senhora Natalina Lago e o marido Honorando, os quais relatam algumas características da comunidade.

FONTE: Arquivo pessoal do autor.

Outra entrevista, essa mais de caráter histórico, foi prestada pelo senhor Angelo Pilatti, de 85 anos, viúvo, natural de Piratuba, Santa Catarina, há 60 anos habitando na comunidade, cuja moradia situa-se a aproximadamente 3 km do centro comunitário de Palmeirinha.

O senhor Angelo relata que, quando chegou com a família no local, a região vivia a tensão provocada pela revolta dos colonos. Apesar de não ter ocorrido confrontos na comunidade, o mesmo afirma que o medo e a insegurança se faziam presentes, justamente pela proximidade com o município de Verê. De acordo com o senhor Angelo: *“A polícia de Itapejara cuidava as duas balsas que tinha no Rio Santana, pros jagunço não passar do lado de cá do rio, a gente sempre tinha medo aqui e quando precisava passar do outro lado do rio era perigoso”*.

Alguns colonos da comunidade, segundo o senhor Angelo, passavam o rio para ajudar as organizações dos colonos do Verê: *“Um dos Zanica, vizinho nosso que era cunhado do meu irmão, morreu a tiro na Barra do Santana (Verê) quando foi ajudar os colonos de lá”*.

A tensão durante o período da revolta ainda é testemunhada pelo senhor Angelo, quando relata que tiveram que esperar um longo tempo para receber a madeira

que haviam levado para serrar em uma serraria no município de Verê: *“Ficamos esperando a madeira, não dava pra atravessar o rio pra buscar, tinha jagunço, era perigoso, meu irmão teve que esperar um tempo pra construir a casa dele”*.

Quando dos desfechos da revolta, o entrevistado afirma que ajudou dois líderes dos colonos a prenderem alguns jagunços na comunidade de Barra do Santana, Verê: *“Veio aqui em casa o Ivo Tomazzoni e o Porto Alegre pedir cordas emprestadas pra amarrar uns jagunços. Emprestei as cordas dos bois, mas até hoje não apareceram pra devolver”*.

Apesar da tensão dos primeiros meses que chegaram à comunidade, logo a revolta teve fim e rapidamente, segundo o entrevistado, as coisas se acalmaram, com a medição das terras²³.

Sobre a formação da comunidade, o senhor Angelo afirma que sempre participou, desde a criação do primeiro pavilhão e igreja, e ajudava nas festas como churrasqueiro: *“Uns três anos depois que chegamos aqui, eu ajudei na construção do pavilhão e da igreja. O padre rezava antes no barracão dos Oldoni, porque não tinha igreja”*.

O mesmo barracão era o principal ponto de comércio da comunidade, funcionava como armazém que comprava a produção de milho, arroz e demais produtos, e vendia para os moradores principalmente sal, açúcar, querosene e outras necessidades: *“Tinha o armazém e a bodega dos Oldoni. Nós fazia bastante negócio ali, mas também em Itapejara com os Franciosi. No começo era esses os comerciantes que os colono faziam as compra e vendiam o que produziam”*.

Quanto à agricultura, tanto Angelo quanto Natalina percebem uma diminuição na diversificação de cultivos. Os mesmos afirmam que soja e milho, assim como a presença de aviários, se tornam as principais culturas, diferentemente da diversificação que existia nas décadas de 1960 e 1970.

²³ Visto em Flávio (2011), após os desfechos da Revolta em outubro de 1957, foi em julho de 1962 que se criou o Grupo Executivo para as Terras do Sudoeste do Paraná (Getsop) sob o governo de João Goulart, com os objetivos de demarcar e a regularizar juridicamente a propriedade privada da terra, sendo extinto em 1974. “Ao final dos trabalhos, a instituição expediu 43.383 títulos de propriedade, sendo 12.413 urbanos e 30.970 rurais” (FLAVIO, 2011, p.294).



FOTO 5: Pioneiro da comunidade de Palmeirinha. Senhor Angelo Pilatti em sua residência, habitando o local desde a chegada à comunidade, em 1957.

FONTE: Arquivo pessoal do autor.

Outros fatores ressaltados são a saída dos pequenos agricultores, principalmente dos mais jovens, e a compra de terras por alguns proprietários nos arredores e locais mais distantes do centro comunitário de Palmeirinha, levando a uma concentração fundiária.

Quanto às pequenas unidades de produção, os entrevistados ressaltam especialmente a presença da pecuária leiteira como atividade agrícola presente na comunidade, representando uma alternativa de renda.

São observadas as principais características históricas e organizacionais da comunidade a partir das entrevistas realizadas com essa finalidade. No geral, são fatores históricos e acontecimentos já analisados teoricamente quando da apresentação das características territoriais da região Sudoeste paranaense, principalmente no campo.

Além do papel que a revolta dos colonos teve para a formação territorial regional, com a delimitação da posse das terras para os colonos, assim como as alterações provocadas pela modernização da agricultura presente na comunidade.

Sendo assim, as principais formas de organização da agricultura familiar se fazem presentes na maioria das unidades de produção da comunidade, como no tamanho, geralmente pequenas unidades, na utilização de mão de obra familiar como base, na sucessão de posse da unidade por herança, dentre outras. É o que se apresenta a seguir.

3.3.1 Principais características das famílias pesquisadas

O apontamento das principais características da formação territorial da comunidade de Palmeirinha se justifica pela necessidade de compreensão do local onde as famílias foram pesquisadas. São 120 famílias de agricultores presentes na comunidade de Palmeirinha, de acordo com dados da Secretaria Municipal de Agricultura de Itapejara D'Oeste ²⁴. Foram pesquisadas 60 famílias entre os dias 24 de setembro e 16 de outubro de 2015.

Das famílias de agricultores pesquisadas, a maioria, 55%, declara ser associada ao sindicato da sua categoria, porém, quando questionados sobre associação a alguma cooperativa para a comercialização de produção, 81,6% responderam não estar associados.

A realização do financiamento para o desenvolvimento das atividades agrícolas aparece em 45% das 60 famílias pesquisadas, além disso, 56,6% declaram ser associados a alguma cooperativa de crédito, fator que facilitaria o financiamento das atividades agrícolas.

Sobre a participação nas atividades da comunidade, 91,6% das famílias pesquisadas afirmam participar, principalmente das atividades da igreja católica.

A tranquilidade de moradia é um fator que contribui para que 85% dos pesquisados declarassem não ter intenção de sair em direção à cidade, sendo que 96,6% afirmam gostar do campo como local de moradia.

Das 60 famílias pesquisadas, 19 ou 31,6% possuem 4 membros na unidade, outras 19 possuem 3 membros, 12 famílias ou 20% com 2 membros, 5 com 5 membros. Em duas situações a família possuía mais que 5 membros e em 3 casos a unidade possuía apenas uma pessoa habitando.

Predominam unidades pequenas em extensão, sendo que em muitos casos uma unidade comporta mais de um núcleo familiar, como, por exemplo, filhos habitando na mesma unidade.

Um percentual de 71,6%, ou 43 das unidades pesquisadas, encontram-se na faixa de 0 a 5 alqueires²⁵, 12 unidades ou 20% caracterizam-se na faixa de 5 a 10

²⁴ Esse número de famílias na comunidade foi fornecido pelo engenheiro agrônomo Joacir Citadim, da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente de Itapejara D'Oeste, em entrevista no dia 24 de setembro de 2015.

²⁵ No questionário utilizou-se a medida de área em alqueires paulista, medida mais comum no local pesquisado. Nessa medida, um alqueire paulista corresponde a 24.200m² ou 2,42ha. Dessa forma, as

alqueires e 3 de 10 a 20 alqueires. Nas subdivisões de 20 a 30 e de 30 a 50 alqueires aparecem 1 unidade para cada subdivisão, conforme a tabela a seguir:

Tabela 9: Famílias entrevistadas – Tamanho médio da unidade de produção.

	Número de Unidades	Percentual
De 0 a 5 alqueires (de 0 a 12,1 ha)	43	71,6 %
De 5 a 10 alqueires (de 12,1 a 24,2 ha)	12	20,0%
De 10 a 20 alqueires (de 24,2 a 48,4 ha)	3	5,0 %
De 20 a 30 alqueires (de 48,8 a 72,6 ha)	1	1,67 %
De 30 a 50 alqueires (de 72,6 a 121 ha)	1	1,67 %

Fonte: Trabalho de campo. Org. Musatto, R.M. 2015.

São famílias que, na maioria dos casos, habitam a comunidade há mais de 20 anos, muitos nasceram no local de moradia, sendo que 35 famílias, ou 58,3% das pesquisadas, declaram habitar no local há mais de 20 anos; 10 famílias entre 10 e 20 anos habitando o local; 10 entre 5 e 10 anos, e entre as subdivisões 3 a 5 anos e menos de 3 anos aparecem 3 e 2 famílias, respectivamente, como se observa na Tabela 10.

Tabela 10: Famílias entrevistadas – Tempo habitando no local.

	Número de Unidades	Percentual
Menos de 3 anos	2	3,3%
Entre 3 e 5 anos	3	5,0%
Entre 5 e 10 anos	10	16,6%
Entre 10 e 20 anos	10	16,6%
Mais de 20 anos	35	58,3%

Fonte: Trabalho de campo. Org. Musatto, R.M. 2015.

O tempo de moradia no local de pesquisa expressa de acordo com as análises teóricas, situações de territorialização na comunidade, a partir da convivência e relacionamento entre os membros e famílias que habitam no local. Fator esse que pode ser decisivo para a permanência desses agricultores, mesmo em unidades de produção com pouca importância em termos econômicos para a família.

Uma característica importante a destacar na comunidade é o caráter de propriedade da terra. Nas 60 famílias pesquisadas, 45 são proprietárias da unidade, soma-se a esse número mais 13 unidades na condição de filhos de proprietários, cujas famílias são anexas à unidade dos pais, representando 96,6% do total. As unidades restantes se referem a empregados permanentes com destaque para trabalhadores na atividade de avicultura.

O caráter de sucessão familiar, uma das características da agricultura familiar, aparece como a forma predominante da propriedade da terra. Assim, 51,6% ou 31

opções apresentadas no questionário correspondem respectivamente: De 0 a 5 alqueires em 0 a 12,1 ha; de 5 a 10 alqueires ao intervalo de 12,1 a 24,2 ha; 10 a 20 alqueires em 24,2 a 48,4 ha; de 20 a 30 alqueires em 48,8 a 72,6 ha; e no intervalo de 30 a 50 alqueires essa transformação representa o intervalo de 72,6 a 121 hectares.

unidades foram adquiridas na forma de herança familiar, 40% ou 24 unidades através de compra, sendo que muitas vezes a compra é feita entre os próprios familiares herdeiros, e 5 unidades de outras formas, como a posse por tempo habitado na unidade.

São famílias com médias salariais predominantemente na faixa de 2 a 3 salários mínimos, 41,6% ou 25 famílias. Expressiva também a presença de famílias com renda média mensal de 1 a 2 salários mínimos, essa subdivisão representa 36,5% ou 22 das 60 entrevistadas; 13 ou 21,6% das famílias declararam ter uma renda mensal maior que 3 salários mínimos, como se observa na tabela a seguir.

Tabela 11: Famílias entrevistadas – Renda média em salários mínimos mensais.

	Número de Unidades	Percentual
De 1 a 2 Salários mínimos	22	36,6 %
De 2 a 3 Salários mínimos	25	41,6 %
Mais de 3 Salários mínimos	13	21,6 %

Fonte: Trabalho de campo. Org. Musatto, R.M. 2015.

A agricultura aparece como a principal atividade interna em 26 unidades pesquisadas, representando 43,3% destas, principalmente nos cultivos de soja e milho, com destaque para o intenso uso de máquinas, como tratores, colheitadeiras e insumos industrializados, mesmo em unidades de pequena em extensão.

Dentro desta subdivisão das 26 unidades que têm na agricultura convencional a principal atividade interna, 14 ou 53,8% desenvolvem a mesma somente com mão de obra familiar e 11 ou 42,3% arrendam a área destinada à agricultura; em 1 unidade o desenvolvimento da agricultura é feito por empregados temporários.

Chama atenção a grande quantidade de unidades que arrendam a atividade agrícola interna. É perceptível uma diferenciação econômica entre as unidades que têm por base a agricultura como principal atividade e fonte de renda, em alguns casos unidades mais dinamizadas com máquinas acabam por incorporar outras unidades, arrendando a área destinada a agricultura convencional.

Geralmente, essa diferenciação econômica ocorre devido a desproporcionalidades entre unidades que possuem máquinas para o desenvolvimento da agricultura e as que não possuem, ou em casos em que a área é maior e as condições de relevo facilitam a agricultura, provocando uma diferenciação econômica entre unidades e a incorporação ou arrendamento pelas maiores ou mais dinamizadas.

Além disso, devido aos altos investimentos e utilização de máquinas necessárias nas atividades agrícolas, unidades onde a área destinada à agricultura é pequena, seu desenvolvimento representa um risco financeiro para a família, por

comprometer um montante grande. São fatores que dificultam o desenvolvimento ou sobrevivência somente pela agricultura, conforme observado teoricamente em Santos (2008) e também no território pesquisado.

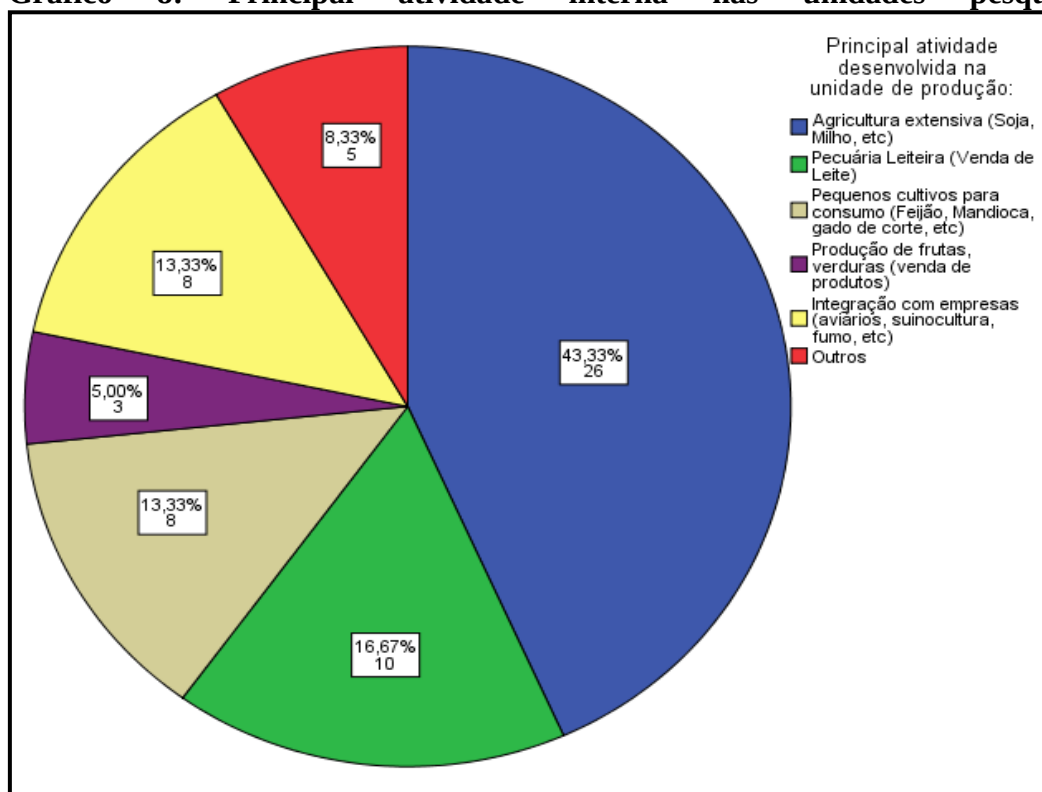
3.3.2 Principal atividade na unidade e maior fonte de renda nas unidades pesquisadas

Uma característica importante observada nas unidades pesquisadas é que nem todas têm na principal atividade interna a maior fonte de renda da família.

A agricultura convencional aparece como a principal atividade interna em 26 unidades pesquisadas, representando 43,3% das 60, perceptível no Gráfico 8. A baixa utilização de força de trabalho combinada com a utilização de máquinas são características do desenvolvimento da agricultura em grande parte das unidades pesquisadas.

Apesar do custo elevado na utilização de insumos e dos investimentos necessários mesmo para unidades pequenas, a possibilidade de desenvolvimento de outras atividades, tanto na unidade quanto fora, contribui para que a agricultura continue sendo desenvolvida. Dessa forma, nem sempre a agricultura convencional aparece como a maior fonte de renda da família, mesmo sendo a principal atividade desenvolvida na unidade de produção.

Gráfico 8: Principal atividade interna nas unidades pesquisadas.

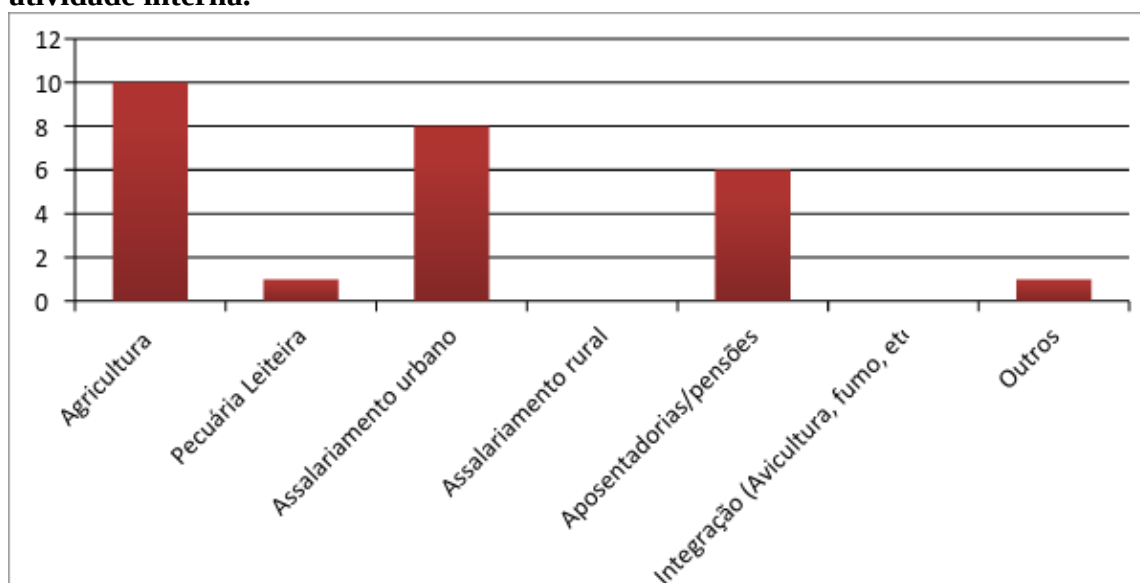


Fonte: Trabalho de campo. Org. Musatto, R.M. 2015.

Das 26 unidades que declaram a agricultura convencional como principal atividade interna, a mesma é a principal fonte de renda em 10 ou 38,4% das famílias, em 8 ou 30,7% das famílias, a maior fonte de renda é o trabalho assalariado urbano.

Em 6 das 26 famílias, aposentadorias/pensões representam a principal fonte de renda. A pecuária leiteira e outras atividades aparecem em 1 família cada como principal fonte de renda, tendo a agricultura como principal atividade na unidade. Esses dados são mais perceptíveis no Gráfico 9.

Gráfico 9: Principal fonte de renda de unidades que tem na agricultura a principal atividade interna.



Fonte: Trabalho de campo. Org. Musatto, R.M. 2015.

Nota-se, assim, a presença de unidades em que as atividades agrícolas não aparecem como principal fonte de renda da família, apesar de ser a principal atividade interna, sendo considerada somente como um suporte econômico.

Um exemplo é a unidade número 33, a família da entrevistada, a senhora Mari Rosana, 46 anos, tem no trabalho assalariado a principal fonte de renda. Ela trabalha em uma indústria de confecção localizada na própria comunidade. Além disso, na unidade é desenvolvida a pecuária leiteira pelo marido e filho da entrevistada, sendo a principal atividade interna.

O local destinado à agricultura é arrendado devido, principalmente, ao tamanho da área, considerada pequena, 2 alqueires, e pela família não possuir máquinas próprias para a realização da atividade agrícola, o que, segundo a entrevistada, dificulta sua realização pelos próprios familiares: *“É mais fácil arrendar porque não temos trator e o pedaço de plantio é pequeno, não compensa plantar, é muito caro o plantio de soja e milho”*.

Essa unidade é um exemplo de diversificação das fontes de renda apresentadas na classificação das unidades de produção no capítulo 1, referente às diferentes formas de organização das atividades econômicas. Características como a presença do trabalho assalariado e a perda de importância das atividades agrícolas se fazem presentes.

De acordo com a classificação tipológica proposta por Candiottto (2007) e apresentada no capítulo 2, essa unidade se enquadraria na situação 5, em que, apesar do desenvolvimento de atividades agrícolas internas, ocorre a combinação com o trabalho assalariado fora da unidade em outro setor econômico.

Outros casos em que a atividade agrícola perde importância econômica ocorrem devido à baixa utilização de força de trabalho. A agricultura libera mão de obra para outras atividades, deixando de ser a principal fonte de renda familiar.

É o caso da unidade pesquisada número 60, onde o senhor Celso, 51 anos, e a esposa, senhora Zeli, também com 51 anos, habitam (Foto 6). De acordo com os entrevistados, a principal fonte de renda da família é o trabalho não-agrícola de Celso. Com rendimento médio em torno de R\$ 2.300, o trabalho de Celso como motorista de transporte de funcionários, segundo o mesmo, é *“mais atraente e garantido do que o plantio de soja. É um dinheiro certo e não precisa abandonar a lavoura”*.



FOTO 6: Local de moradia com família pesquisada n. 60. Celso e Zeli entrevistados em seu local de moradia, na imagem ainda antiga residência do casal.

FONTE: Arquivo pessoal do autor: Pesquisa a campo realizada no dia 16 de outubro de 2015.

Nessa unidade, a agricultura se apresenta como principal atividade interna, o que, de acordo com o entrevistado, por não ocupar muito tempo de trabalho, continua sendo desenvolvida e ao mesmo tempo permite trabalhar como motorista.

Além da agricultura, o casal ainda desenvolve pecuária em uma área da unidade, apesar de não ser expressiva em termos de receita financeira, e pequenos cultivos de verduras, feijão, mandioca e outros para o complemento da alimentação.

Ocorre, portanto, na unidade o desenvolvimento de atividades agrícolas com baixa utilização de mão de obra, possibilitando a liberação de força de trabalho para atividade não-agrícola externa.

Ainda há casos de perda de importância econômica das atividades agrícolas, situações em que, devido à insustentabilidade, a família complementa a renda fora da unidade, muitas vezes arrendando a área destinada à agricultura.

Esse é o caso da unidade pesquisada número 50, onde o senhor Alcides 57 anos e a família habitam. A principal fonte de renda declarada pela família é a aposentadoria da esposa, a senhora Joana, de 58 anos. O trabalho não-agrícola se faz presente esporadicamente, quando o entrevistado declara ter na construção civil um complemento da renda familiar.

O senhor Alcides trabalha informalmente como carpinteiro na comunidade e até mesmo na cidade de Itapejara D'Oeste esporadicamente. A área destinada às atividades agrícolas da unidade encontra-se arrendada, segundo ele, devido principalmente à falta de máquinas, o elevado custo de investimentos necessários e o tamanho da propriedade, que não compensaria e não seria suficiente economicamente para a família.

Percebe-se, assim, as combinações entre atividades agrícolas e não-agrícolas se manifestando no território pesquisado. Combinações essas compreendidas como consequências de fatores territoriais que provocam alterações no campo, tanto nas formas de produção quanto na organização social. Mudanças principalmente devido à modernização agrícola.

Entrelaçam-se no território pesquisado dinâmicas como práticas agrícolas convencionais modernizadas interagindo com formas tradicionais de agricultura, em alguns casos levando famílias a diversificarem suas fontes de renda com atividades não-agrícolas.

Sendo assim, analisam-se, além de fatores externos, estratégias internas das unidades para compreender o desenvolvimento da pluriatividade na agricultura familiar de Palmeirinha, Itapejara D'Oeste.

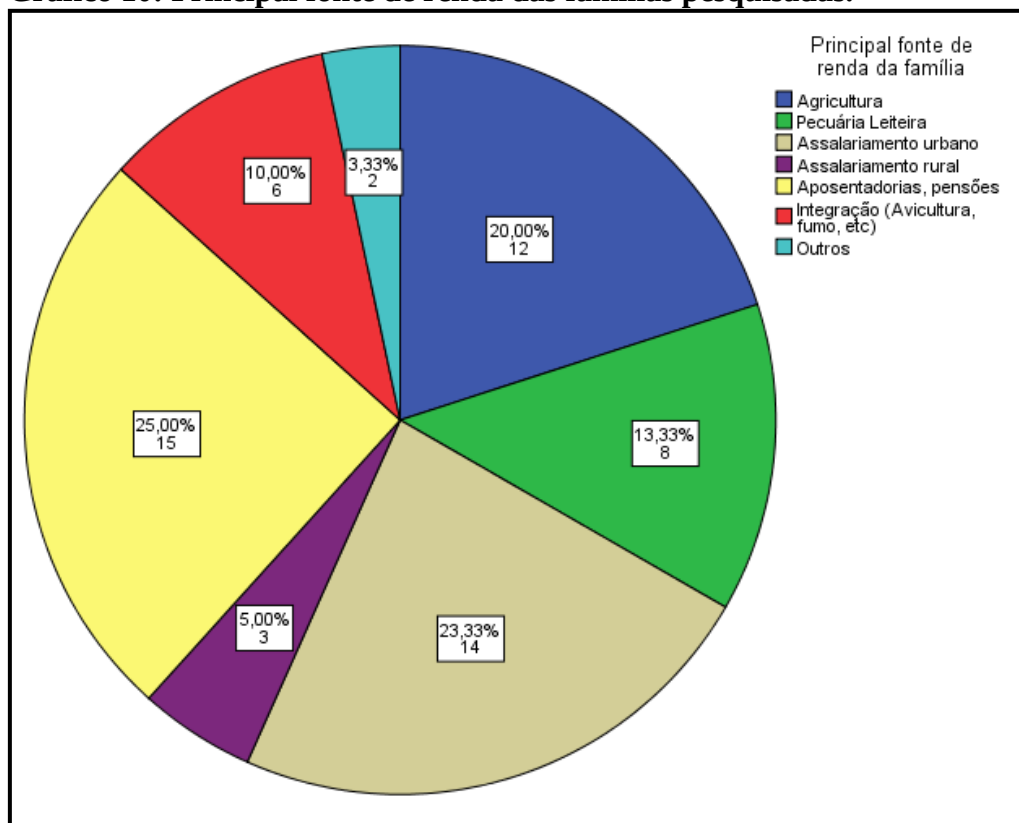
3.4 Características internas de unidades de produção e desenvolvimento de pluriatividade na comunidade de Palmeirinha, Itapejara D'Oeste

Por mais que se destaque a principal fonte de renda e a principal atividade agrícola interna, a realidade com a qual se foi deparada se mostra complexa, com diversos arranjos econômicos familiares.

Essa complexidade a partir da análise territorial deriva das intencionalidades de atuação dos diferentes atores no território. Os condicionantes territoriais aos quais as famílias de agricultores estão expostas, assim como as próprias estratégias, contribuem para essa diferenciação em termos de atuação econômica, social e política.

Quando é analisada a principal fonte de renda das 60 famílias pesquisadas, as atividades agrícolas não são predominantes, como se poderia supor, considerando que são pequenas unidades de produção agropecuária que apresentam variadas fontes de renda e mesmo pelos riscos financeiros que as mesmas representam nessas pequenas unidades, como apontado anteriormente.

O que foi observado a partir dos resultados obtidos nos questionários aplicados é que o trabalho assalariado urbano e rural, juntamente com aposentadorias/pensões, aparece em 32 famílias, ou 53,3% das 60 pesquisadas, como a principal fonte de renda.

Gráfico 10: Principal fonte de renda das famílias pesquisadas.

Fonte: Trabalho de campo. Org. Musatto, R.M. 2015.

Já as atividades agrícolas como agricultura, pecuária leiteira e avicultura aparecem em 26 ou 43,3% das famílias como a principal fonte de renda, de acordo com o Gráfico 10.

Conforme o Gráfico 10, são 15 famílias que declararam aposentadorias/pensões como principal fonte de renda. Dessas 15, a agricultura aparece em 6 como principal atividade interna, em 5 unidades são desenvolvidos pequenos cultivos para o complemento da alimentação, como feijão, mandioca e criação de gado de corte; em 2 unidades a pecuária leiteira aparece como a principal atividade interna. A produção de frutas e verduras e outras atividades não contempladas no questionário aparece em 1 unidade como atividade interna principal, tendo a aposentadoria como maior fonte de renda da família.

Ainda, dessas 15 famílias, 8 desenvolvem atividades agrícolas somente com a utilização de mão de obra familiar, 5 arrendam a área destinada às atividades agrícolas, fator esse compreendido como uma característica de famílias com membros idosos que têm na agricultura um complemento da renda somente. Em outras duas unidades a forma de desenvolvimento das atividades agrícolas não foi contemplada no questionário.

Outra fonte importante de renda presente, de acordo com o Gráfico 10, é o trabalho assalariado. São 23,3% ou 14 das 60 unidades pesquisadas que têm no trabalho

assalariado urbano a principal fonte de renda da família. Em mais 3 ou 5% o trabalho assalariado rural como renda principal, ou seja, em 17 ou 28,3% das 60 famílias entrevistadas o trabalho assalariado externo representa a principal fonte de renda.

Das 14 famílias que têm o trabalho assalariado urbano como a principal fonte de renda, 5 possuem 1 membro trabalhando fora da unidade, outras 5 possuem 2 membros, e 4 unidades possuem 3 membros da família trabalhando fora.

Ainda sobre essas 14 famílias, quando questionadas sobre a principal atividade desenvolvida na unidade, 8 delas declaram agricultura convencional como principal. Em 3 unidades são desenvolvidos apenas pequenos cultivos para complemento da alimentação. Pecuária leiteira, produção de frutas/verduras para venda e outras atividades aparecem, respectivamente, em seguida com 1 unidade cada.

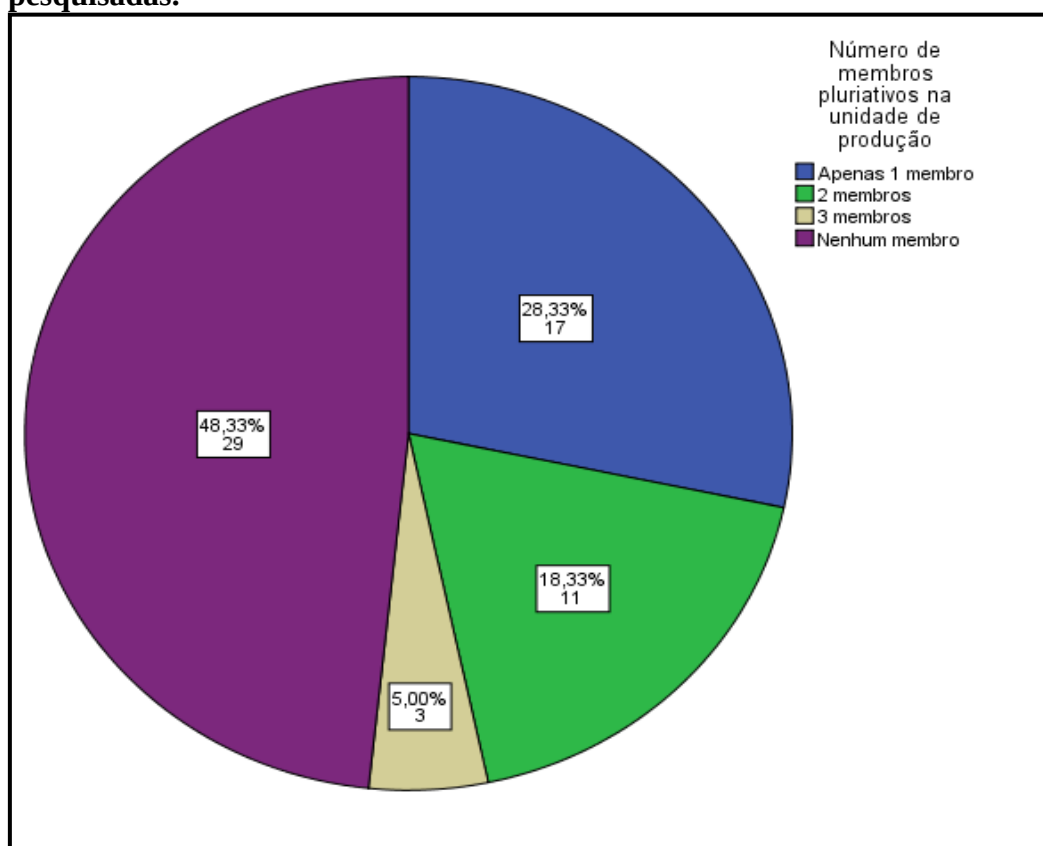
Dessa forma, mesmo em famílias em que a principal fonte de renda é o trabalho assalariado urbano, a agricultura ainda predomina internamente como principal atividade, representando situações de complemento de renda, liberação de mão de obra da atividade agrícola e/ou insustentabilidade financeira somente pela atividade agrícola interna, sem que a mesma deixe de ser praticada.

Já unidades onde são desenvolvidas atividades agrícolas somente para o complemento da alimentação, tendo o trabalho assalariado como principal fonte de renda, representam situações em que a unidade é local de moradia e as atividades internas representam o complemento da alimentação familiar somente.

A combinação trabalho assalariado urbano com pecuária leiteira não é significativa justamente por essa atividade agrícola exigir uma quantidade de força de trabalho maior que a agricultura, sendo nesses casos dificultada a liberação de mão de obra para atividades externas.

Em termos quantitativos, 51,6% ou 31 das 60 das famílias pesquisadas apresentam pelo menos um membro desenvolvendo atividade não-agrícola, o que pode ser analisado no Gráfico 11. Considera-se esse o número de famílias pluriativas no universo pesquisado.

Gráfico 11: Número de membros pluriativos nas unidades de produção pesquisadas.

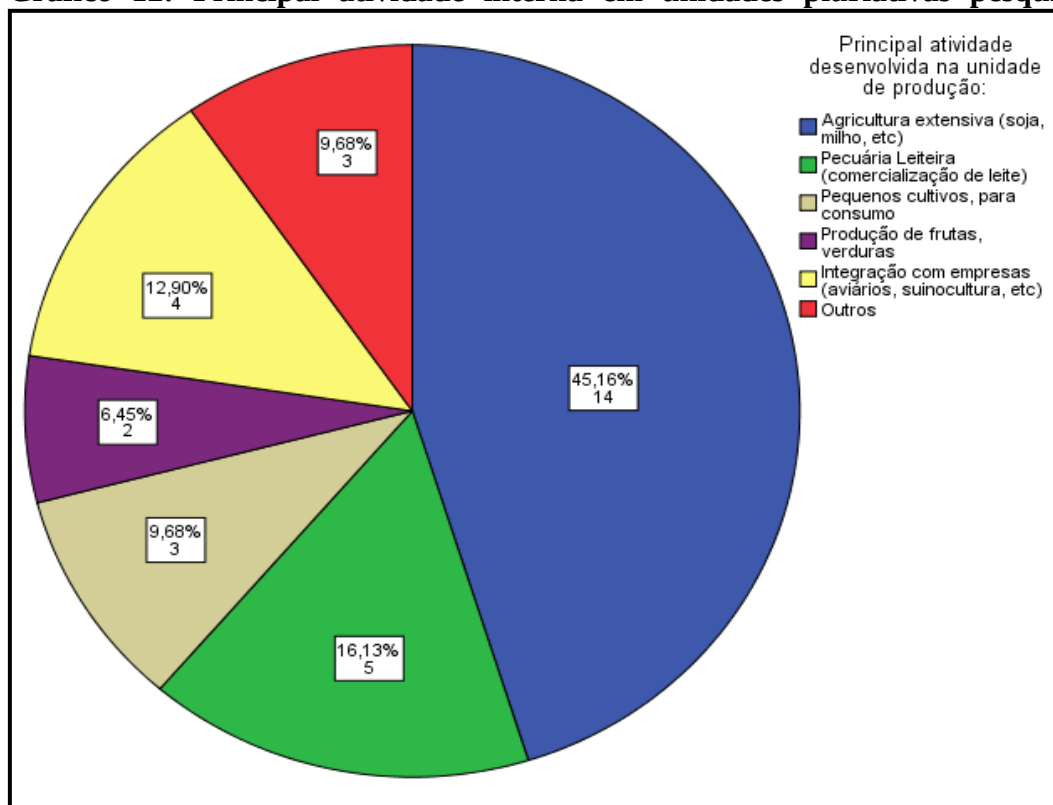


Fonte: Trabalho de campo. Org. Musatto, R.M. 2015.

Compreendida como a combinação de atividades agrícolas e não-agrícolas, tanto internas quanto externas à unidade por membros familiares, vista no capítulo 2, principalmente em Schneider (2003), a pluriatividade se mostra significativa nas famílias pesquisadas.

A maior parte das famílias pluriativas apresenta 1 membro desenvolvendo atividade não-agrícola, sendo que esse arranjo familiar representa 28,3% das 60 pesquisadas e 54,8% das 31 famílias pluriativas.

Das 31 famílias com pelo menos um membro trabalhando em atividade não-agrícola, a agricultura se apresenta predominante como principal atividade interna nas unidades, como o observado no Gráfico 12.

Gráfico 12: Principal atividade interna em unidades pluriativas pesquisadas.

Fonte: Trabalho de campo. Org. Musatto, R.M. 2015.

Em 14 ou 45,1% das 31 unidades com membros pluriativos, a agricultura aparece como a principal atividade interna, seguida da pecuária leiteira, com 5 unidades, e da avicultura, com 4.

Mesmo não sendo significativa em termos de renda, a agricultura permanece sendo desenvolvida nas unidades justamente pela baixa utilização de mão de obra e ou pela família pluriativa arrendar a área agrícola.

3.4.1 Renda agrícola e não-agrícola - combinações

A comparação entre unidades pluriativas e as que têm nas atividades agrícolas sua única fonte de renda apresenta-se da seguinte maneira: quando se analisa a renda média mensal das famílias que desenvolvem somente atividades agrícolas, percebe-se que em 51,7% ou 15 das 29 unidades a renda média mensal é de 2 a 3 salários mínimos. Em 34,4% ou 10 das 29 unidades, a renda média mensal apresenta-se na faixa de 1 a 2 salários mínimos, conforme a tabela a seguir.

Tabela 12: Comparação de renda média em salários mínimos mensais – Famílias pluriativas e não pluriativas pesquisadas.

	Não pluriativas		Pluriativas	
	Famílias/N	%	Famílias/N	%
De 1 a 2 Salários mínimos	10	34,48 %	12	38,71 %
De 2 a 3 Salários mínimos	15	51,72 %	10	32,26 %
Mais de 3 Salários mínimos	4	13,79 %	9	29,03 %
Total	29	100%	31	100 %

Fonte: Trabalho de campo. Org. Musatto, R.M. 2015.

Para 13,7% ou 4 das unidades não-pluriativas, a renda mensal é de mais de 3 salários mínimos. São, em geral, unidades que conseguem se inserir no modelo de produção agrícola existente, dinamizando a produção em termos de capital geralmente por apresentar tamanho e condições de relevo que possibilitem essa dinamização. Ainda há casos de diversificação agrícola interna com outra atividade, como avicultura, contribuindo assim para o aumento da renda familiar.

Um exemplo de diversificação de atividades internas é a unidade pesquisada número 23 (Foto 7). A família do senhor Ladir, 41 anos de idade, tem na avicultura de corte a principal fonte de renda, além da presença da agricultura convencional com soja e milho.

A família é composta por Ladir, a esposa, Lucia, e um filho ainda criança, dessa forma o trabalho na unidade é realizado somente por familiares que, além do próprio trabalho e da esposa, que divide o tempo com o trabalho da casa e os cuidados com o filho pequeno, contam com ajuda dos pais e dos irmãos de Ladir, visto que os mesmos habitam em unidade próxima.

O senhor Ladir relata que trabalha em parceria com seus irmãos em outras unidades arrendadas onde desenvolvem agricultura. De acordo com ele, essa diversificação permite um maior rendimento e o fato de possuírem máquinas, como trator e implementos, possibilita realizar essas diferentes atividades simultaneamente.

Essa unidade é um exemplo de diversificação de produção interna apresentado no Quadro 4 do primeiro capítulo. Ocorre uma combinação de atividades agrícolas como fontes de renda, com destaque para avicultura, sendo que a agricultura também se faz presente.

Ainda de acordo com a classificação apresentada por Candiottto (2007), a respeito da pluriatividade, a unidade em questão encontra-se na situação 1, em que a diversificação interna das atividades agrícolas não é caracterizada como o desenvolvimento de pluriatividade.



FOTO 7: Moradia e aviário na unidade pesquisada n. 23.

FONTE: Arquivo pessoal do autor: Pesquisa a campo realizada no dia 5 de outubro de 2015.

Conforme a Tabela 12, as atividades externas estão presentes na renda familiar com os números seguintes: 38,7% ou 12 das 31 famílias situam-se na faixa de 1 a 2 salários mínimos como renda média mensal. Representando uma porcentagem maior nessa faixa de renda em comparação com famílias em que as atividades agrícolas são predominantes no orçamento.

São famílias que, apesar da diversificação das fontes de renda, possuem mão de obra pouco qualificada na integração a outros setores e as atividades agrícolas internas pouco dinamizadas em temas produtivos; dessa forma, não conseguem uma renda maior.

Na faixa entre 2 e 3 salários mínimos, esse percentual é de 32,2% ou 10 famílias, percentual menor nessa faixa salarial em comparação com as famílias não pluriativas.

Porém, o percentual de famílias com renda maior que 3 salários mínimos mensais é maior onde o trabalho assalariado encontra-se presente. São 9 unidades ou 29% das 31 pluriativas em que a renda média mensal apresenta-se maior que 3 salários mínimos.

Essas situações representam a combinação de atividades agrícolas internas com renda considerável e trabalho não-agrícola qualificado com boa remuneração. Um exemplo é a unidade pesquisada número 19 (Foto 8), onde o senhor Ancelmo, 63 anos,

aposentado, reside com a esposa, Maria Geci, 58 anos, cuja profissão é professora municipal.

O senhor Ancelmo relata que, apesar da área destinada à agricultura se encontrar atualmente arrendada, ainda representa uma quantidade significativa da renda familiar, visto que se trata de uma área de aproximadamente 8 alqueires, considerada razoável. Além disso, o mesmo desenvolvia avicultura na unidade, mas devido a sua situação de aposentadoria parou com essa atividade.

A principal fonte de renda declarada pelo entrevistado é o salário da esposa professora. Somando todas as fontes de renda, o aposentado declara uma receita maior que 3 salários mínimos mensais. Na unidade ocorre, portanto, uma combinação de atividades agrícola e não-agrícolas especializadas com renda familiar considerável em comparação a outras unidades próximas.



FOTO 8: Residência familiar na unidade pesquisada n. 19.

FONTE: Arquivo pessoal do autor: Pesquisa a campo realizada no dia 5 de outubro de 2015.

Em algumas combinações, o trabalho não-agrícola especializado externo eleva a renda familiar, aumentando o número de famílias com médias salariais mensais maiores que 3 salários mínimos comparado com famílias com renda exclusivamente agrícola.

Nas famílias cuja renda é exclusiva de atividades agrícolas, ocorre uma concentração no extrato de 2 a 3 salários mínimos, característica não expressiva nas famílias pluriativas.

Compreende-se a essa diferenciação justamente pelas inúmeras combinações possíveis a partir do desenvolvimento da pluriatividade, em que fatores do mercado de trabalho, como qualificação profissional, setor de inserção e tipo de atividade desenvolvida, influenciam na renda familiar, assim provocando uma heterogenização dos níveis de renda comparado com unidades exclusivamente agrícolas.

3.4.2 Tamanho da unidade e relação com o desenvolvimento de atividade não-agrícola

O tamanho, outra característica importante para comparação entre unidades, onde a família desenvolve trabalho não-agrícola e cujas atividades agrícolas representam a única fonte de renda é uma variável que possibilita a compreensão da pluriatividade.

Na maioria das unidades onde as atividades agrícolas internas prevalecem, o tamanho das mesmas se encontra na faixa entre 0 até 5 alqueires, em 65,5% ou 19 das 29 unidades.

Na faixa de 5 a 10 alqueires, a porcentagem é de 24,1% ou 7 das 29 unidades. Ainda existem 2 ou 6,8% das unidades entre 10 e 20 alqueires e 1 unidade ou 3,4% com tamanho maior que 30 alqueires, como se observa na tabela a seguir.

Tabela 13: Tamanho das unidades: comparação entre pluriativas e não pluriativas.

	Pluriativas		Não pluriativas	
	N	%	N	%
De 0 a 5 alqueires (de 0 a 12,1 ha)	25	80,65 %	19	65,51 %
De mais de 5 a 10 alqueires (de 12,1 a 24,2 ha)	4	12,90 %	7	24,13 %
De mais de 10 a 20 alqueires (de 24,2 a 48,4 ha)	1	3,23 %	2	6,89 %
De mais de 20 a 30 alqueires (de 48,8 a 72,6 ha)	1	3,23 %	0	0,0 %
De mais de 30 a 50 alqueires (de 72,6 a 121 ha)	0	0,0 %	1	3,44 %
Total	31	100%	29	100%

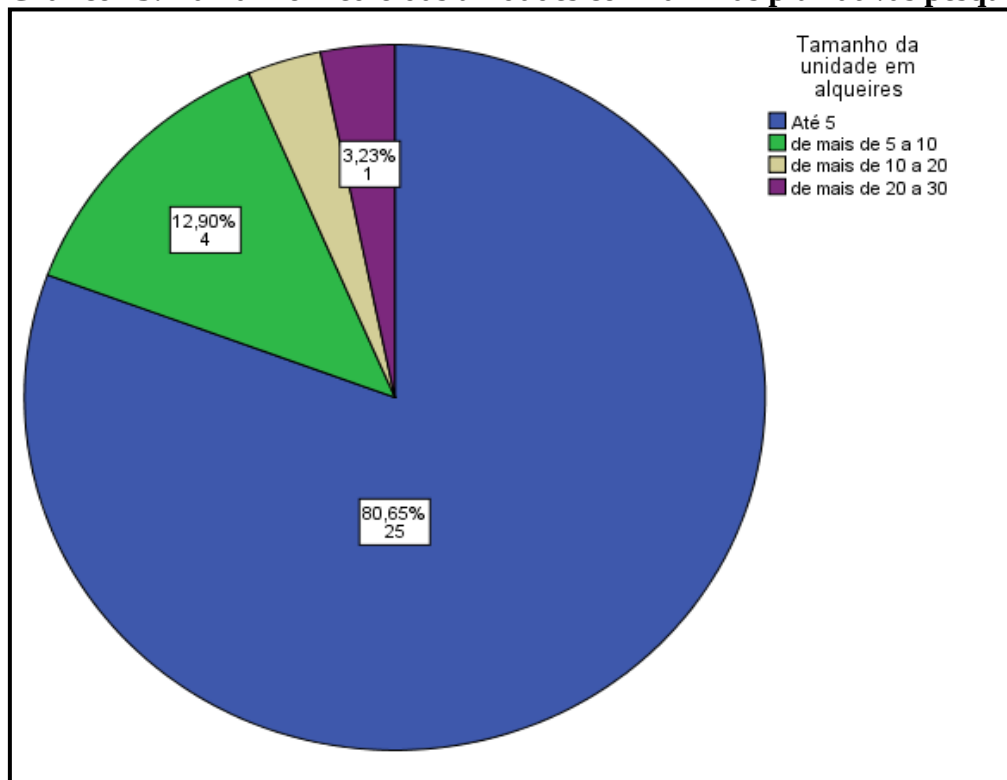
Fonte: Trabalho de campo. Org. Musatto, R.M. 2015.

Já nas unidades onde o trabalho não-agrícola se faz presente, a faixa entre 0 e 5 alqueires representa 80,6% ou 25 das 31 unidades, com um percentual maior nessa faixa se comparado com unidades onde as atividades agrícolas representam a única fonte de renda familiar.

As unidades que apresentam membros pluriativos situadas na faixa de 5 a 10 alqueires representam 12,9% ou 4 das 31 unidades, percentual menor comparado com as unidades com renda somente agrícola nessa mesma faixa de tamanho.

Ainda, observa-se 1 unidade com membros pluriativos na faixa de 10 a 20 alqueires e outra entre 20 e 30, representando 3,23% das 31 unidades, respectivamente. Esses dados podem ser mais facilmente compreendidos no Gráfico 13.

Gráfico 13: Tamanho médio das unidades com famílias pluriativas pesquisadas.



Fonte: Trabalho de campo. Org. Musatto, R.M. 2015.

Portanto, unidades pluriativas apresentam um percentual maior na faixa de 0 a 5 alqueires se comparado com unidades com rendas exclusivamente agrícolas. Essa característica é compreendida justamente pela maior incidência de membros trabalhando fora em unidades menores em tamanho de área, visto como situações de impossibilidade de desenvolvimento familiar apenas com atividades agrícolas internas.

Já os extratos de unidades maiores são mais significativos nas famílias com rendas exclusivamente agrícolas, característica essa compreendida a partir de Santos (2008), em que unidades com áreas maiores de atividades agrícolas conseguem uma melhor adaptação às técnicas modernas utilizadas na agricultura e, conseqüentemente, maior renda e manutenção exclusivamente pelas atividades agrícolas.

3.4.3 Setores de inserção de agricultores familiares pluriativos

A indústria é o principal destino dos agricultores familiares pluriativos entrevistados. São 12 famílias com pelo menos um membro se inserindo como trabalhador assalariado na indústria. O destaque é o frigorífico Agrogen, localizado

próximo à cidade de Itapejara D'Oeste, onde se inserem alguns agricultores das famílias pesquisadas.

É o caso da unidade pesquisada número 36, onde o senhor Ivanir, 39 anos, e a senhora Roseli, 30 anos, habitam (Foto 9). Ambos trabalham no frigorífico abatedouro de frango da Agrogen. Quando questionados sobre o principal motivo que os levam a trabalhar fora da unidade, declaram o tamanho da unidade como o principal: *“Pouca terra para plantar e muita dificuldade de sobrevivência apenas com plantio de soja e milho”*. Ivanir se diz acostumado com o trabalho na empresa devido ao tempo de atuação na mesma, mais de 10 anos.

Além do casal, os pais de Ivanir habitam na unidade em moradia ao lado, tendo a aposentadoria como base de renda. Na unidade, a principal atividade desenvolvida é pequeno plantio somente para o complemento da alimentação.

Quando questionados sobre uma possível saída da unidade para morar na cidade, ambos afirmam que não têm intenção e que preferem a tranquilidade do local e a possibilidade de realizar pequenos plantios para a alimentação como fatores de permanência na unidade.



FOTO 9: Residências na unidade pesquisada n. 36.

FONTE: Arquivo pessoal do autor: Pesquisa a campo realizada no dia 8 de outubro de 2015.

Na família, portanto, ocorre o desenvolvimento de trabalho assalariado na indústria como principal fonte de renda; o desenvolvimento de atividades agrícolas na unidade é realizado somente para complemento da alimentação.

O comércio aparece em 7 famílias pluriativas pesquisadas como o local de trabalho de algum membro assalariado. São famílias em que, geralmente, apenas uma pessoa trabalha no comércio e em algumas situações ocorrem combinações com outros membros familiares em outros setores. Os principais setores de trabalho dos agricultores pluriativos pesquisados são apresentados na tabela a seguir.

Tabela 14: Local de trabalho de agricultores pluriativos.

	Famílias	Membros/Total
Na unidade	2	4
Outra unidade	7	10
Indústria	12	14
Comércio	7	9
Construção civil	3	3
Setor público	7	8
Outros	3	3

Fonte: Trabalho de campo. Org. Musatto, R.M. 2015.

De acordo com a Tabela 14, em 7 famílias existe pelo menos um membro vendendo a força de trabalho para outra unidade de produção agrícola como forma de diversificação das fontes de renda.

Em geral, o trabalho remunerado em outra unidade agrícola não apresenta situações de formalidade nas relações de trabalho como predominantes, exceto em aviários de frango, onde a mão de obra contratada é definida a partir das normas trabalhistas. Porém, as demais situações configuram-se como trabalhos informais, temporários e pouco remunerados, caracterizando uma situação de complemento de renda por parte dos agricultores pluriativos que vendem a força de trabalho em unidades mais capitalizadas.

Um exemplo de trabalho remunerado em outra unidade agrícola é perceptível na entrevista número 59 (Foto 10). O senhor Isaias 28, anos de idade, declara trabalhar esporadicamente em unidades próximas, sem salário fixo e sem carteira assinada.

De acordo com Isaias: *“O trabalho por dia serve para ajudar nas despesas da casa. A vantagem é que dá pra trabalhar quando mais precisa só, quando não tem serviço aqui na propriedade”*. Ele não procura outros setores, onde poderia trabalhar com carteira assinada, justamente pela possibilidade de, quando necessário, dedicar-se somente às atividades internas da própria unidade.

O senhor Isaias e a esposa habitam a unidade juntamente com 2 filhos. Na mesma unidade ainda habitam a mãe de Isaias, a senhora Eva, 65 anos, e mais 3 filhas em outra moradia cuja aposentadoria representa a principal fonte de renda.

A produção de vassoura, de acordo com Isaias, é a principal atividade interna e também a maior fonte de renda para sua família. Porém, o trabalho remunerado esporádico em outras unidades representa uma situação de complemento de renda, pois não seria possível uma sobrevivência somente com a venda de vassouras.

Na unidade em questão ocorre, portanto, a combinação de atividades agrícolas, confecção e venda de produtos manufaturados e trabalho remunerado esporádico em unidades próximas.



FOTO 10: Residências na unidade pesquisada n. 59.

FONTE: Arquivo pessoal do autor: Pesquisa a campo realizada no dia 16 de outubro de 2015.

O trabalho remunerado, conforme Isaias, é realizado esporadicamente em unidades próximas, geralmente em períodos de colheita de feijão e soja, além de limpeza de pastagem e outras atividades.

O entrevistado relata ainda que os dias que trabalha fora são intercalados com o trabalho interno, no cultivo e confecção de vassouras, sendo que o produto pronto é vendido diretamente no comércio e/ou individualmente através da oferta nas ruas da cidade.

Outras situações de inserção nas ocupações de agricultores em atividades não-agrícolas como funcionários públicos aparece em 7 famílias entrevistadas como alternativa de renda em que pelo menos um membro se insere.

Em 2 famílias entrevistadas, a condição de empregados na unidade foi verificada; são unidades que desenvolvem avicultura como atividade econômica. Essas famílias, por mais que não tenham a posse da propriedade, desenvolvem pequenos

cultivos para o complemento da alimentação e têm no trabalho assalariado a principal fonte de renda, constituindo assim casos de pluriatividade.

Dessa forma, os locais de trabalho dos agricultores pluriativos entrevistados apresentam-se de acordo com a organização da Tabela 14.

Tendo na indústria um importante destino para os agricultores pluriativos, torna-se considerável no território pesquisado a influência de fatores externos à unidade como influentes para ocorrência ou intensificação da pluriatividade na agricultura familiar.

A possibilidade de inserção como trabalhador assalariado na indústria é possível a partir da atuação da mesma no território. Evidenciando assim no território pesquisado os apontamentos teóricos de Elias (2006), (2013), quando considera a industrialização difusa no território nacional como possibilidade de oferta de postos de trabalho próximos a locais onde a agricultura familiar se faz presente como um fator que altera a atuação e organização da mesma.

No território de Itapejara D'Oeste, nota-se a presença de indústria que tem como base a produção agrícola, no caso da Agrogen, o que evidencia as ligações das atividades agrícolas e indústria como decorrentes das dinâmicas apontadas por Silva (1998), (2002), quando da constituição dos complexos agroindustriais.

Além disso, a própria transformação da agricultura evidenciada em Santos (2008), influenciando na organização e contribuindo para a incorporação de agricultores familiares ao trabalho não-agrícola em setores urbanos, é dinâmica territorial perceptível na comunidade de Palmeirinha e apresentada a partir dos dados e entrevistas realizadas.

3.4.4 Principais características de famílias pluriativas

Das 31 famílias pluriativas entrevistadas, 20 ou 64,5% são proprietárias da unidade onde residem, percentual menor do que os não pluriativos, em que 25 ou 86,2% das 29 unidades são proprietários.

Na condição de filho de proprietários, o percentual das famílias pluriativas é de 29% ou 9 das 31 famílias; maior se comparado aos 13,7% ou 4 unidades das 29 não pluriativas. As unidades pluriativas apresentam ainda 2 famílias que se encontram na situação de empregados. Esses dados são observados na tabela a seguir.

Tabela 15: Condição de uso da unidade: comparação entre pluriativas e não pluriativas.

	Pluriativas		Não pluriativas	
	Unidades/N	%	Unidades/N	%
Proprietário (a)	20	64,52 %	25	86,20 %
Filho de proprietário (a)	9	29,03 %	4	13,79 %
Empregado	2	6,45 %	0	0%
Total	31	100%	29	100%

Fonte: Trabalho de campo. Org. Musatto, R.M. 2015.

Os dados organizados na Tabela 15 explicitam situações em que filhos de proprietários recorrem muito mais a atividades não-agrícolas do que os pais. São vários os casos em que ocorre o desmembramento familiar e os filhos de proprietários acabam construindo moradia na mesma unidade, porém não trabalham nas atividades agrícolas internas.

Caso verificado na entrevista 2, no dia 24 de setembro (Foto 11). A família da senhora Tânia, 26 anos, casada com Jones, 27, habita na unidade pertencente ao pai dele há menos de cinco anos. O casal trabalha fora da unidade, ela em um mercado e ele na indústria de confecção na própria comunidade de Palmeirinha.

A área destinada à agricultura se encontra arrendada, além disso, os pais de Jones, que possuem moradia na casa ao lado, têm na pecuária leiteira a principal atividade interna. Tânia relata que, devido ao tamanho da unidade, menos de 4 alqueires, e às dificuldades em se manter somente a partir das atividades agrícolas internas, ela e o marido acabam saindo para trabalhar fora.



FOTO 11: Residência na unidade pesquisada n. 02.

FONTE: Arquivo pessoal do autor: Pesquisa a campo realizada no dia 24 de setembro de 2015.

A unidade em questão possui dois núcleos familiares, o desenvolvimento de atividades agrícolas pelos proprietários e trabalhos não-agrícolas, na família do filho.

Em virtude das dificuldades de manutenção familiar somente pelas atividades agrícolas internas, este tem sido o principal motivo que influencia a praticar uma atividade não-agrícola, de acordo com a pesquisa: 54,8% ou 17 das 31 famílias entrevistadas declaram esse fator como responsável pelo trabalho fora da unidade.

Em 12,9% ou 4 famílias, a justificativa é o tempo livre na atividade agrícola como motivo principal. Outras 4 declaram que os membros que trabalham fora não têm ocupação nas atividades internas da unidade. Para 3 famílias, o principal fator é a oferta de trabalho não-agrícola de fácil acesso. Mais 2 famílias declaram outros motivos não contemplados no questionário e em 1 família é a atração pelas condições e postos de trabalho que influencia membros a trabalharem em atividades não-agrícola.

Sobre o percentual que a renda não-agrícola representa nas famílias pluriativas, os dados são os seguintes: em 11 ou 35,4% das 31 unidades pluriativas, o peso da renda não-agrícola chega próximo a 100% do orçamento total da família. Em 9 ou 29% das unidades a renda externa representa menos que 50% da receita familiar, representando o segundo maior arranjo em termos de importância da renda não-agrícola, como exposto na Tabela 16.

Tabela 16: Peso da renda não-agrícola no orçamento total das famílias pluriativas.

	Famílias/N	%
Menos de 50 % da renda total	9	29,03 %
Aproximadamente 50 % da renda	7	22,58 %
Próximo a 100 % da renda	11	35,48 %
100 % da renda total	4	12,90 %

Fonte: Trabalho de campo. Org. Musatto, R.M. 2015.

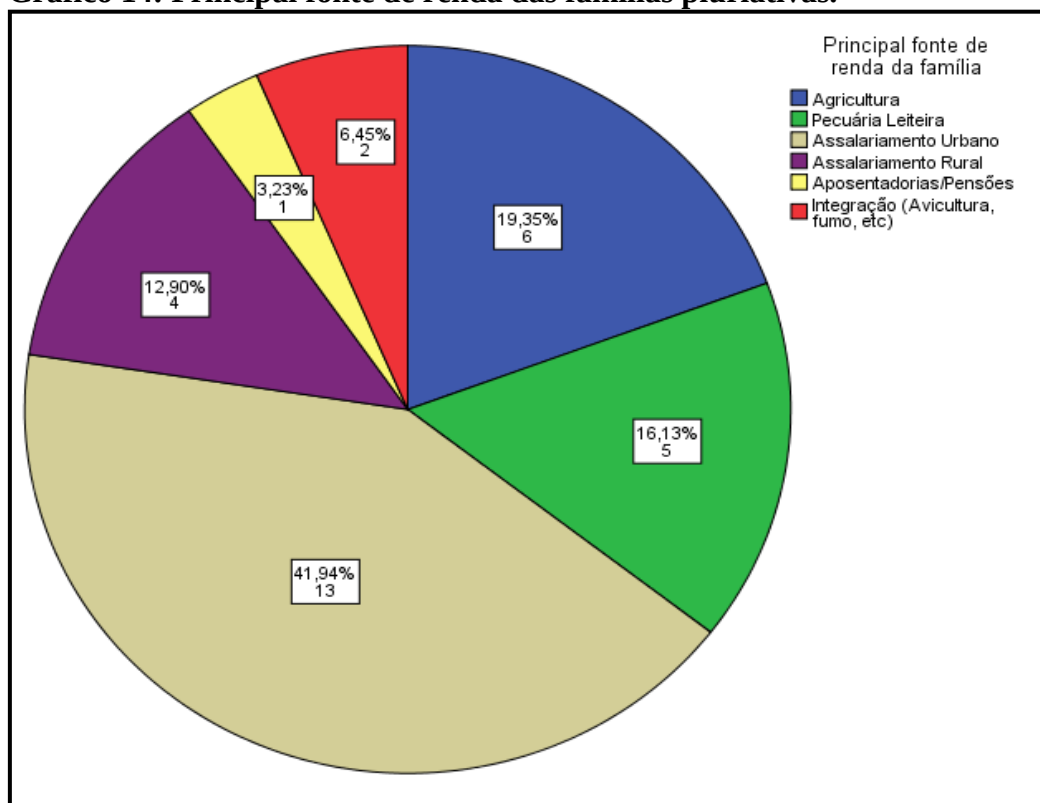
Em 7 famílias ou 22,5% das pluriativas o peso da renda não agrícola na receita familiar é de aproximadamente 50%. Já para 4 ou 12,9% das unidades pluriativas a renda não-agrícola representa 100% da receita familiar.

A maioria das famílias com receita não-agrícola não investe a mesma em atividades agrícolas internas. Esse percentual é de 67,7% ou 21 das 31 famílias pluriativas. 19,3% ou 6 unidades declaram investir pequena parte da receita não-agrícola em atividades internas a unidade. E 12,9% ou 4 unidades investem grande parte da receita não-agrícola em atividades internas.

Em 83,8% das famílias pluriativas pesquisadas declaram não ter intenção de morar na cidade, sendo 26 das 31. Outras 5 ou 16,1% consideram a possibilidade de morar na cidade. Além disso, 29 ou 93,5% declaram gostar de viver no campo e apenas 2 declaram insatisfação com o local de moradia.

Outro fator para analisar a importância do trabalho não-agrícola são os números referentes à principal fonte de renda das famílias pluriativas, em que o trabalho assalariado é a principal fonte de renda, o mesmo se torna mais significativo em termos econômicos em comparação com unidades que combinam rendas agrícolas e não-agrícolas.

Gráfico 14: Principal fonte de renda das famílias pluriativas.



Fonte: Trabalho de campo. Org. Musatto, R.M. 2015.

De acordo com o Gráfico 14, grande parte das famílias pluriativas tem no trabalho assalariado urbano a principal fonte de renda (13 ou 41,9% das 31.) Soma-se a esses números o trabalho assalariado rural em 4 unidades, mais 1 família com aposentadoria como principal fonte de renda, são famílias com rendas não-agrícolas como predominantes no orçamento familiar.

Em 6 ou 19,3% das famílias a agricultura aparece como principal fonte de renda, representando situações em que a dependência das atividades não-agrícolas não se mostra tão significativa. Além disso, em outras 5 a pecuária leiteira é a principal fonte de renda e 2 declaram a avicultura como fonte principal de renda. Nessas famílias o trabalho não-agrícola pode ser compreendido como um complemento da renda somente.

Nas 13 famílias que declaram o trabalho assalariado urbano como principal fonte de renda, 8 ainda têm a agricultura como principal atividade interna na unidade,

pecuária leiteira e produção de verduras e frutas para comercialização têm 1 família cada categoria, respectivamente, como principal atividade interna na unidade.

Esses números podem ser compreendidos a partir da análise da tabela 17, juntamente com outras comparações de fontes de renda com atividades internas.

Tabela 17: Maior fonte de renda e principal atividade interna em unidades com famílias pluriativas.

Renda/ Ativida.	Agricul.	Pecuária Leiteira	Alimentos p/consumo	Hortifrúti/ venda	Avic.	Outros	Total
Assal. Urbano	8	1	3	1	0	0	13
Agricultura	4	0	0	1	0	1	6
Pecuária Leit.	1	4	0	0	0	0	5
Assal. Rural	0	0	0	0	2	2	4
Aposent./Pens.	1	0	0	0	0	0	1
Avicultura	0	0	0	0	2	0	2
Total	14	5	3	2	4	3	31

Fonte: Trabalho de campo. Org. Musatto, R.M. 2015.

Em 3 famílias que têm no trabalho assalariado a principal fonte de renda, a principal atividade interna são pequenos cultivos somente para o complemento da alimentação.

São situações em que, além da dependência das rendas não-agrícolas, as próprias atividades agrícolas internas perdem importância em termos econômicos. Unidades como a pesquisada número 53 (Foto 12), onde habitam o senhor Gilberto, 39 anos, a esposa Ivonete, 35, e mais dois filhos pequenos. Na unidade em questão, ainda habitam os pais de Ivonete, ambos aposentados, em outra moradia.



FOTO 12: Local de moradia na unidade pesquisada n. 53.

FONTE: Arquivo pessoal do autor: Pesquisa a campo realizada no dia 16 de outubro de 2015.

A principal fonte de renda da família entrevistada é o trabalho assalariado de Gilberto na empresa Agrogen. Representando aproximadamente 100% da receita

familiar o trabalho não-agrícola se apresenta com extrema importância econômica para a família, visto que na área destinada às atividades agrícolas é realizada a produção de algumas culturas somente para o complemento da alimentação.

Segundo o senhor Gilberto, o principal motivo para que trabalhe como assalariado fora da unidade de produção é o tamanho reduzido da mesma, aproximadamente três alqueires. No entanto, relata que não tem intenção de morar na cidade devido à tranquilidade no local e à possibilidade do desenvolvimento de pequenos cultivos para a alimentação da família.

Essa unidade apresenta, portanto, um insignificante desenvolvimento de atividades agrícolas e a família tem o trabalho não-agrícola como fonte de renda principal, podendo ser considerada um exemplo da precarização das fontes de renda apresentadas no Quadro 4 do primeiro capítulo.

Outro exemplo de unidade onde as atividades agrícolas perdem importância em termos econômicos é a unidade pesquisada número 31 (Foto 13). Nessa unidade, existem dois núcleos familiares: o senhor José, 66 anos, e a esposa, dona Antônia, 64, em uma moradia, e a filha do casal, a senhora Marlene, 34 anos, o esposo, senhor Claudemir, 35, e mais dois filhos em outro local de moradia.

Os senhores José e Antônia são aposentados, o marido de Marlene é trabalhador assalariado na cidade e tem nessa função a principal fonte de renda da família. De acordo com o relato da senhora Marlene, as atividades agrícolas na unidade são insignificantes em termos de renda, somente a criação de gado e alguns cultivos como mandioca, feijão e verduras para o consumo familiar são desenvolvidos.

Ainda de acordo com a entrevistada, há a intenção de morar na cidade, pelo fato de ser mais próximo de outras opções de trabalho, o que facilitaria sua condição e inserção ao mercado, porém, ela relata que a necessidade de pagar aluguel e por ter de cuidar dos pais e dos filhos essa opção não seria a mais adequada para ela e sua família no momento.

Essa é uma situação de precarização das fontes de renda como apresentado no Quadro 4 no capítulo 1, tendo uma fonte de renda não-agrícola como principal, e as atividades agrícolas somente para o complemento da alimentação familiar. Essa categoria, de acordo com o quadro, apresenta uma tendência maior de saída do campo em direção à cidade.



FOTO 13: Locais de moradias referentes à unidade pesquisada n. 31.

FONTE: Arquivo pessoal do autor: Pesquisa a campo realizada no dia 16 de outubro de 2015.

Esses últimos exemplos referem-se a famílias que têm no trabalho e fontes de renda não-agrícolas uma dependência e importância para a organização e manutenção das mesmas.

São situações em que as próprias atividades agrícolas internas perdem importância tanto em termos econômicos quanto na ocupação e definição de tarefas por parte dos membros familiares, sendo que nessas situações as tradicionais formas de organização de agricultores presentes no Sudoeste paranaense desde a ocupação e constituição sofrem modificações, devido à inserção de membros em outros setores econômicos como trabalhadores assalariados.

Não são mais as trocas de dias entre agricultores ou os trabalhos esporádicos em outras unidades agrícolas presentes historicamente no território que se manifestam na agricultura familiar. E sim, em muitos casos, relações trabalhistas formais e vinculações com o mercado de trabalho que se apresentam, alterando a organização e atuação dos agricultores familiares.

A própria sobrevivência familiar somente a partir das atividades agrícolas internas se torna difícil. São novas exigências em termos de consumo e de atuação social das famílias, impossíveis de serem contempladas somente pelas atividades agrícolas, com um agravante em unidades pequenas que não conseguem se inserir de maneira adequada às dinâmicas e características do mercado agrícola.

Dessa forma, a importância da pluriatividade para as unidades familiares vai depender e variar de acordo com as combinações de atividades agrícolas internas; quanto menor o peso da atividade agrícola, maior a necessidade de complementação da renda com o trabalho não-agrícola. Além disso, situações em que as atividades agrícolas são desenvolvidas a partir do intenso uso de máquinas e técnicas modernas liberam força de trabalho familiar para outras atividades.

A partir dessas características de famílias pluriativas, são inúmeras as possibilidades de combinação de atividades que irão determinar o peso e a importância das atividades não-agrícolas, tanto economicamente quanto na organização familiar em termos de ritmo de trabalho, convivência familiar e até mesmo de participação comunitária.

Mudanças nos ritmos de vida a partir do desenvolvimento da pluriatividade por membros familiares também são variadas de acordo com os arranjos familiares e as características como número de membros em trabalho não-agrícola, situação hierárquica do membro pluriativo na família e peso econômico da renda não-agrícola no orçamento familiar.

Em algumas combinações, a condição de um membro familiar trabalhando fora não altera o desenvolvimento da atividade agrícola interna, e em outras situações a saída de um único membro pode impossibilitar e comprometer o trabalho agrícola na unidade.

Dessa forma, consideram-se as mudanças internas em famílias e unidades pluriativas como complexas e variadas, sendo que os níveis de importância tanto econômicos quanto organizacionais vão depender de uma série de fatores internos e externos para afirmação da pluriatividade como prática organizacional ou somente como um suporte econômico temporário para famílias de agricultores.

Na comunidade de Palmeirinha, Itapejara D'Oeste, portanto, é significativa a presença da pluriatividade na agricultura familiar. Fatores como as intensas relações territoriais com a cidade, as práticas e técnicas utilizadas nas atividades agrícolas, assim como fatores internos nas unidades, a necessidade de complementação da renda e até mesmo a liberação da mão de obra das atividades agrícolas contribuem para que isso ocorra.

CONSIDERAÇÕES

A comunidade estudada, assim como o Sudoeste paranaense, apresenta uma diversidade organizacional de unidades de produção. São variadas atividades econômicas e formas de atuação de agricultores, decorrentes de diferentes ritmos de modificações territoriais ao longo do tempo.

Tanto o tamanho quanto as atividades desenvolvidas são considerados como fatores de diferenciação econômica entre unidades e, conseqüentemente, interferem na atuação e organização das famílias de agricultores, através das atividades que desenvolvem.

A leitura territorial feita, levantando a hipótese de que as unidades de produção familiares sofrem influências externas, tanto da agricultura modernizada quanto das relações estabelecidas campo cidade, permite considerar os fatores externos as unidades de produção que contribuem para o desenvolvimento da pluriatividade na comunidade de Palmeirinha, Itapejara D'Oeste.

Sendo assim, acentuam-se diferenças entre as unidades familiares de produção: algumas conseguem se inserir nas dinâmicas estabelecidas pela agricultura modernizada e outras acabam por se marginalizar a esse processo, tendo a necessidade de desenvolvimento de atividades não-agrícolas para a complementação da renda e sobrevivência familiar.

Constata-se, portanto, tanto teoricamente quanto na pesquisa empírica, que as mudanças nas formas de produção e organização a partir da modernização da agricultura intensificam diferentes formas de atuação econômicas das famílias de agricultores. É o que se denominou estratégias territoriais de agricultores, frente às mudanças que se consolidam no campo.

Mesmo a maioria das unidades não apresentando condições físicas de relevo favoráveis e tamanho adequado para as técnicas modernas, efetiva-se no território do Sudoeste paranaense a modernização da agricultura, concretizada no intenso uso de máquinas, nas formas de produção, nas ligações econômicas e financeiras como o mercado, assim como na própria organização das unidades de produção.

Dessa forma, constata-se que essas características territoriais, principalmente na existência de pequenas unidades de produção em termos de área, tendo como base o trabalho familiar, fazem com que as transformações a partir da modernização ocorram de forma heterogênea, intensificando as disparidades sociais no campo, manifestadas nas diferenças econômicas e técnico-produtivas entre unidades.

Neste sentido, predominam em Itapejara D'Oeste unidades de produção que apresentam características da agricultura familiar, na maior parte dos casos, e incorporam técnicas modernizadas de produção agrícola, como na utilização de máquinas e insumos, além da venda e destinação da produção para os mercados econômicos, assim como o financiamento das atividades agrícolas.

Evidencia-se que, ao se materializar no território, nas principais características do processo de modernização da agricultura ocorrem profundas transformações sociais, principalmente nas pequenas unidades baseadas no trabalho familiar.

São novas formas de produção e de organização das unidades a partir de normas do mercado, sendo que as tradicionais formas de produção que tinham na subsistência familiar a finalidade das atividades agrícolas são marginalizadas ou integradas parcialmente às novas dinâmicas agrícolas.

Assim sendo, a partir das imposições técnicas e econômicas no campo, ocorrem transformações em termos de organização das unidades familiares de produção, apresentando inserções e adaptações desiguais, além da desestruturação em alguns casos, provocando a saída ou incorporação a outras áreas e atividades econômicas.

Por mais que os trabalhos acessórios e complementares se fizeram presentes em outros períodos históricos nas famílias de pequenos agricultores, conforme alguns apontamentos teóricos nos mostram, se acredita em uma intensificação no período atual e mesmo em uma aproximação das relações do campo com as cidades, oferecendo uma maior diversidade de atividades econômicas.

Fatores como a inadequação das técnicas utilizadas para a produção agrícola são contribuintes para a marginalização de unidades familiares. O elevado valor das máquinas dificulta a ampla aquisição, o relevo regional acidentado e as pequenas unidades em tamanho são fatores que contribuem para a saída da população do campo em direção às cidades.

Esses apontamentos teóricos são evidenciados quando se apresenta os números populacionais do município de Itapejara D'Oeste, onde se observa uma inversão populacional campo-cidade a partir das décadas de 1970 e 1980, dinâmica perceptível também quando se analisa os números da região Sudoeste.

Ao mesmo tempo, ocorre uma intensificação das relações campo cidade, como fator contribuinte para o desenvolvimento da pluriatividade na comunidade de Palmeirinha.

A cidade passa a concentrar, mesmo que de maneira gradual e lenta, nas últimas décadas, empresas e postos de trabalhos formais, compreendidos na pesquisa como fatores contribuintes para a inversão populacional.

As relações territoriais campo cidade são intensificadas pela proximidade física, nas trocas comerciais decorrentes do desenvolvimento de atividades agrícolas no campo, tendo por base de fomento a espaço urbano, e mesmo pela oferta de trabalho formal na cidade, contribuindo para a incorporação de agricultores familiares a atividades não agrícolas.

São características perceptíveis empiricamente no território de Itapejara D'Oeste, que apresenta comunidades situadas próximas à área urbana do município, tendo as relações campo cidade intensificadas, além de apresentar relações econômicas das atividades agrícolas com base em estabelecimentos comerciais localizados na cidade.

A comunidade pesquisada se inclui nesta caracterização, possuindo um centro comunitário situado a aproximadamente 3 km da cidade e cujas unidades mais distantes situam-se na faixa de 15 km. A proximidade física com a cidade e a oferta e o acesso a locais de trabalho são elementos territoriais presentes em Palmeirinha.

Constata-se, assim, uma realidade complexa com diversos arranjos econômicos familiares, combinações de atividades e fontes de renda que variam desde o tamanho da unidade até o número de membros na família, assim como a partir do peso e importância das atividades agrícolas internas nas unidades de produção, com significativa presença da pluriatividade.

De acordo com a pesquisa a campo, são, na maioria dos casos, pequenas unidades de produção, grande parte proprietários com famílias habitando no local há pelo menos duas gerações. Além disso, a sucessão da unidade por herança é uma característica muito presente, sendo considerado como um fator que potencializa a territorialização das famílias na comunidade e dessa forma dinâmicas como o trabalho na cidade mantendo a moradia no local.

Alguns fatores culturais, na participação em atividades na comunidade como festas, etc, situações de parentesco e vizinhança além do estilo de vida de acordo com as entrevistas e relatos são considerados fatores contribuintes para a permanência no local de moradia, e dessa forma priorizando o deslocamento diário para a cidade ou outro local de trabalho fora da unidade de produção em situação de pluriatividade.

As diversificações de atividades são constatadas na pesquisa, onde em muitos casos as unidades não têm a principal atividade interna como a principal fonte de renda da família, evidenciando um dos objetivos da pesquisa.

Nas 26 unidades onde a agricultura representa a principal atividade interna, somente 10 famílias declaram a própria agricultura como maior fonte de renda, em 8 a principal fonte de renda é o trabalho assalariado urbano, além de aposentadorias e pensões em 6 e 2 famílias tem outras fontes principais de renda.

Isso ocorre a partir da inserção de agricultores a outros setores econômicos como trabalhadores assalariados, além de uma diminuição da centralização econômica somente nas atividades agrícolas em pequenas unidades de produção. Fontes de renda a partir do trabalho assalariado urbano e mesmo aposentadorias e pensões se fazem presentes de forma significativa na comunidade pesquisada, com 14 e 15 famílias respectivamente declarando essas duas fontes de renda principal na pesquisa feita.

Essa análise permite uma comparação com as atividades internas nas unidades pesquisadas, sendo que a agricultura representa a principal atividade interna em grande parte das mesmas, até mesmo nas unidades pluriativas, principalmente nos cultivos de soja e milho. A baixa utilização de força de trabalho combinada com a utilização de máquinas favorece o desenvolvimento da agricultura, mesmo em uma situação de atividade secundária economicamente.

O uso de máquinas como tratores, colheitadeiras e insumos industrializados, por mais que sejam em unidades pequenas em extensão, contribuem para que as atividades agrícolas continuem sendo desenvolvidas, mesmo onde as fontes de renda não agrícolas são majoritárias.

Ao mesmo tempo, o arrendamento tem sido uma prática comum e outro fator contribuinte para que as atividades agrícolas continuem sendo desenvolvidas mesmo em unidades com famílias pluriativas.

A diferenciação entre unidades que possuem máquinas para o desenvolvimento da agricultura e as que não possuem ou unidades maiores que a média local e que apresentam condições de relevo melhores para agricultura contribuem para a incorporação através da compra ou arrendamento pelas maiores ou mais dinamizadas.

Além disso, nas unidades pequenas, os altos investimentos e máquinas necessárias para o desenvolvimento das atividades agrícolas podem representar um risco financeiro para a família, por comprometer grande parte da renda familiar.

São as fontes de renda não agrícolas que se apresentam como principais em grande parte das famílias entrevistadas. Característica analisada a partir do objetivo central da pesquisa, sobre a importância da pluriatividade em unidades familiares.

Nesse sentido a importância econômica das atividades desenvolvidas fora da unidade de produção vai depender e variar de acordo com alguns fatores internos, como o tamanho da família, o peso da renda agrícola a partir das atividades internas entre outros. Dessa forma o local de estudo apresenta desde famílias dependentes unicamente das fontes externas de renda, até outras onde o trabalho não agrícola é complementar da receita familiar somente.

O trabalho assalariado urbano, o assalariamento rural e as aposentadorias e pensões aparecem de forma significativa para grande parte das famílias como fonte principal de renda, em 32 famílias ou 53% das pesquisadas.

Em termos numéricos, constatou-se que 51,6% ou 31 das 60 famílias pesquisadas apresentam pelo menos um membro desenvolvendo atividade não agrícola, sendo considerável, portanto, a presença da pluriatividade na comunidade de Palmeirinha, Itapejara D'Oeste.

O tamanho da unidade aparece como um fator importante para o desenvolvimento ou não de atividade não agrícola nas famílias pesquisadas. Unidades pluriativas apresentam uma concentração maior na faixa de 0 a 5 alqueires em comparação com as unidades exclusivamente agrícolas.

Constatou-se, na Comunidade pesquisada, que é maior a incidência de membros pluriativos em unidades menores em termos de área, representando situações de impossibilidade de desenvolvimento familiar somente pelas atividades agrícolas internas.

A indústria aparece como o principal destino dos agricultores familiares pluriativos pesquisados, com destaque para o frigorífico Agrogen na área urbana de Itapejara D'Oeste, onde alguns agricultores entrevistados se inserem como trabalhadores assalariados. A incorporação de agricultores trabalhando no comércio e/ou em outra unidade de produção agrícola também se mostra significativa na pesquisa.

Constata-se, assim, a influência de fatores territoriais, externos às unidades de produção, como contribuintes para o desenvolvimento da pluriatividade, sendo que a oferta de postos de trabalho a partir da indústria se faz presente.

A inserção como trabalhadores assalariados na indústria é possível a partir da presença e atuação da mesma no território, comprovando empiricamente os

apontamentos teóricos dos primeiros capítulos, considerando a industrialização difusa no território nacional como fator que influencia na atuação e organização das famílias de agricultores a partir do desenvolvimento da pluriatividade.

São ligações agricultura indústria presentes no território pesquisado que influenciam, contribuindo para a inserção de agricultores familiares como trabalhadores assalariados na área urbana.

O desenvolvimento de uma atividade não agrícola pode, em muitos casos, representar a única fonte de renda da família. Nessas situações, de acordo com entrevistas realizadas, a unidade é vista como local de moradia apenas e a possibilidade de realização de cultivos para o complemento da alimentação, além da tranquilidade do local de moradia, são apontados como fatores responsáveis pela permanência no campo. Nessas famílias, as mudanças ocorrem principalmente nos ritmos de vida, de acordo com os horários de trabalho dos membros pluriativos.

Outros casos em que a atividade não agrícola é praticada como complemento da renda, e/ou em casos em que a atividade agrícola libera força de trabalho para outras atividades, continuando como principal fonte de renda, a pluriatividade não se apresenta como significativa em termos de mudanças nas famílias, os ritmos de vida continuam sendo ditados pelas atividades agrícolas da unidade, sendo que em muitos casos são os filhos de proprietários que desenvolvem uma atividade não agrícola.

Sendo assim, a importância da pluriatividade para famílias de agricultores pode variar de acordo com o arranjo econômico familiar, as combinações com atividades agrícolas, bem como o peso da renda não agrícola no orçamento e o número de membros pluriativos.

Dentre os principais fatores internos verificados na pesquisa, as dificuldades de manutenção exclusivamente pelas atividades agrícolas apresentam-se como principais para o desenvolvimento da pluriatividade. Apesar disso, a maioria das famílias declaram não ter a intenção de morar na cidade.

Constatam-se, assim, algumas alterações na organização familiar a partir da pluriatividade, tanto economicamente quanto nas ocupações e realizações de tarefas por parte dos membros, em comparação com as tradicionais formas de organização de agricultores presentes desde a ocupação territorial no Sudoeste paranaense, ressaltando assim um dos objetivos específicos da pesquisa.

Famílias onde o trabalho não agrícola é desenvolvido por um ou mais membros, não são mais os ritmos naturais da produção agrícola a partir das mudanças

no tempo que determinam os ritmos de vida e organização familiar. São horários de trabalho ditados pelos setores de inserção que acabam por modificar as relações familiares.

As trocas de dias entre agricultores, assim como a realização de trabalhos assessoriais esporádicos em outras unidades, características de atuação de agricultores, são gradualmente substituídas por relações trabalhistas formais, vinculações com o mercado de trabalho, se tornando comum nas famílias pesquisadas.

Dessa forma, considera-se a pluriatividade a partir de estratégias desenvolvidas como influenciadas internamente a partir de duas características de organização: em uma primeira, o desenvolvimento de atividade não agrícola é visto como fundamental para subsistência, não sendo mais possível a sobrevivência somente pelas atividades agrícolas internas; a segunda característica, como complementação da renda em unidades tecnificadas com sub ocupação da força de trabalho, isto é: unidades que não ocupam totalmente sua força de trabalho internamente.

No plano político, considera-se a pluriatividade como uma incapacidade do Estado em oferecer condições adequadas para a agricultura familiar desenvolver alternativas de subsistências a partir de atividades internas na unidade de produção somente.

Ao mesmo tempo, evidencia o poder de atuação do capital privado no território, em que, além da consolidação da modernização da agricultura nos moldes das unidades com grandes extensões de terras, as próprias relações com as cidades na inserção de agricultores como trabalhadores assalariados pode ser compreendida como um aspecto da atuação do capital de maneira decisiva para a ocorrência da pluriatividade.

Compreende-se, portanto, a pluriatividade como característica presente na própria forma de organização da agricultura familiar, cujas atuações e adaptações territoriais são decorrentes e variáveis de acordo com as mudanças externas, e a partir de então ocorrem às estratégias e mudanças internas nas famílias, mostrando-se diversas e variadas a partir dos inúmeros fatores apresentados.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: Hucitec, Campinas: Editora da UNICAMP, 1992.
- ALBUQUERQUE, José Augusto Guilhon. Michel Foucault e a teoria do poder. **Revista Tempo Social**. USP, São Paulo, p.105-110, outubro de 1995.
- ALVES, Adilson Francelino et al. Sudoeste paranaense: colonização, estrutura fundiária e indicadores da modernização agrícola. In: RIBAS, Alexandre Domingues, SPOSITO, Eliseu Savério, SAQUET, Marcos Aurélio (orgs). **Território e desenvolvimento: diferentes abordagens**. Francisco Beltrão: Unioeste, p. 149-170, 2004.
- ANJOS, Flavio Sacco dos. Pluriatividade e ruralidade: enigmas e falsos dilemas. **Revista Estudos Sociedade e Agricultura**. UFRRJ, Rio de Janeiro. 17, outubro 2001: 54-80.
- ARAÚJO, Flávia A. Vieira de; SOARES, Beatriz Ribeiro. Relação cidade-campo: desafios e perspectivas. In: Campo-território: **Revista de geografia agrária**, v.4, n. 7, p. 201-229, fev. 2009.
- BENETTI, Maria Domingues. **Globalização e desnacionalização do agronegócio brasileiro no pós 1990**. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser (Documentos FEE; n. 61), 2004.
- CANDIOTTO, Luciano Zanetti Pessoa. **Turismo Rural na Agricultura Familiar: Uma abordagem Geográfica do Circuito Italiano de Turismo Rural (Citur), Município de Colombo – PR**. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC. 2007.
- _____. Pluriatividade: aspectos históricos e conceituais. **Revista Faz Ciência**, v.9 Jul./Dez.2007, p. 191-208.
- _____. Uma reflexão sobre Ciência e conceitos: O território na Geografia. In: Ribas. Alexandre Domingues: Sposito. Eliseu Savério; Saquet. Marcos Aurélio. **Território e desenvolvimento: diferentes abordagens**. Francisco Beltrão: Unioeste, 2004.
- _____. A agricultura familiar no contexto do rural contemporâneo. In: Saquet, Marcos Aurélio; Suzuki, Júlio César; Marafon, Glaucio José. **Territorialidades e diversidade nos campos e nas cidades latino-americanas e francesas**. 1ª Edição. São Paulo. Outras Expressões, 2011.
- CONTAG: <http://www.contag.org.br/index.php?modulo=portal&acao=interna&codpag=1&nw=1>. Acesso em: 26/05/2015.
- DELGADO, Guilherme Costa. **Capital Financeiro e Agricultura no Brasil: 1965-1985**. São Paulo: Unicamp/Ícone, 1985.

DEMATTEIS, Giuseppe. Apresentação. In: SAQUET, Marcos Aurélio. **Abordagens e concepções de território**. 1 ed. Expressão Popular. São Paulo –SP. 2007.

ELIAS, Denise: **Globalização e Agricultura: A região de Ribeirão Preto** – SP. Editora da Universidade de São Paulo, 2003.

_____. **Agronegócio e desigualdades socioespaciais**. In: Elias, Denise; Pequeno, Renato, (orgs.). Banco do Nordeste do Brasil. Fortaleza-CE, 2006.

_____. Globalização, agricultura e urbanização no Brasil. In: **ACTA Geográfica**, Boa Vista, Ed. Esp. Geografia Agrária, 2013. p.13-32.

ESTADÃO:<<http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,governo-aumenta-em-14-8-valor-destinado-ao-credito-rural,185256e>> Acesso em: 15/10/2015.

FERNANDES, B. M. Agricultura Camponesa e/ou Agricultura Familiar. Encontro Nacional de Geografia, XIII. 2002, João Pessoa. Anais do ENG. JoãoPessoa: AGB, 2002. Disponível em: http://www.geografia.fflch.usp.br/graduacao/apoio/Apoio/Apoio_Valeria/flg0563/2s2012/FERNANDES.pdf. Acesso em:21/05/2015.

FLÁVIO, Luiz Carlos. Memória(s) e Território: **Elementos para o entendimento da constituição de Francisco Beltrão-PR**. (tese de doutorado).Programa de Pós-graduação em Geografia. Faculdade de Ciências e Tecnologia,Universidade Estadual Paulista, UNESP, Presidente Prudente, SP. 2011.

FLORES, Edson Luiz. Sudoeste paranaense: Agricultura Familiar ou Capitalista? **Revista Faz Ciência**, v. g, n. o, Jnh./Jul. 2007, pp. 59-80.

GALVÃO, Ana Rúbia; FRANÇA, Francieli Mezzomo; BRAGA, Luis Carlos. O Território e a Territorialidade: Contribuições de Claude Raffestin. In: Saquet, Marcos Aurélio; Souza, Edson Belo Clemente de. **Leituras do Conceito de Território e de Processos Espaciais**. 1ª Edição. São Paulo. Expressão Popular, 2009.

GONÇALVES,José Sidnei. **Agricultura Sob a égide do Capital Financeiro: Passo rumo ao aprofundamento do desenvolvimento dos agronegócios**. Informações Econômicas, SP, v.35, n.4, abr. 2005.

SILVA, José Graziano da.**A nova dinâmica da agricultura brasileira**. 2ª Edição. Ver. - Campinas, SP: UNICAMP. IE, 1998.

_____. **O Novo rural brasileiro**. 2ª Edição. rev. - 1ª. Reimpr. Campinas, SP: UNICAMP. IE, 2002.

HEIDRICH, Álvaro Luiz. Território, integração Socioespacial, Região, Fragmentação e Exclusão Social. In: Ribas. Alexandre Domingues; Sposito. Eliseu Savério; Saquet. Marcos Aurélio. **Território e desenvolvimento: diferentes abordagens**. Francisco Beltrão: Unioeste, 2004.

IBGE: < http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/geografia/default_div_int.shtm?c=1
> Acesso em: 15/10/2015.

INCRA/FAO. **Novo retrato da agricultura familiar: o Brasil redescoberto**.
Brasília, 2000. Disponível em:
<<http://www.agencia.cnptia.embrapa.br/recursos/novoretratoID-3iTs4E7R59.pdf>>.

MAPA: <http://www.agricultura.gov.br/politica-agricola/credito-rural>

MDA: http://www.mda.gov.br/portalmda/sites/default/files/user_arquivos_278/cartilha_0.pdf

MARAFON, Gláucio José. Agricultura familiar, pluriatividade e turismo rural: reflexões a partir do território fluminense. **Campo-Território: Revista de Geografia Agrária**, Uberlândia, v. 1, n. 1, p. 17-60, fev. 2006.

MEIRA, Raquel Alves De. **Os jovens do campo no Município de Itapejara D'Oeste – PR**. (Monografia). Centro de Ciências Humanas. Bacharelado em Geografia - UNIOESTE, Francisco Beltrão, 2013

MORAES, Antônio Carlos Robert. **Geografia: pequena história crítica**. 20ª edição. São Paulo. Annablume, 2005.

MUSATTO, Rogério Michael. **Pluriatividade na Agricultura Familiar do município de Itapejara D' Oeste – PR** (Monografia). Centro de Ciências Humanas. Bacharelado em Geografia - UNIOESTE, Francisco Beltrão, 2012.

PADILHA, Willian. **O Papel do Crédito no desenvolvimento das Cooperativas Agropecuárias**. UNIOESTE, Dissertação – Mestrado em Geografia. Francisco Beltrão, PR. 2014.

PERONDI, Miguel Angelo. **Diversificação dos meios de vida e mercantilização da agricultura familiar**. Tese (Doutorado em desenvolvimento Rural) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós-graduação em desenvolvimento rural, Porto alegre, 2007.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia Do Poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RAMOS, Pedro. **Dimensões do agronegócio brasileiro: Políticas, instituições e perspectivas**. Nead Estudos.MDA, Brasília-DF, 2007.

SAMPAIO, Plínio de Arruda. A questão agrária, desenvolvimento e a pertinência da Reforma Agrária no Brasil contemporâneo. In: Mattei, Lauro. **A questão agrária no desenvolvimento brasileiro contemporâneo**. Insular. Florianópolis – SC. 2013.

SANTOS, José Vicente Tavares dos: **Colonos Do Vinho**. Hucitec. São Paulo – SP. 1978.

SANTOS, Roseli Alves dos. **O processo de modernização da agricultura no Sudoeste do Paraná**. (tese de doutorado). Programa de Pós-graduação em Geografia. Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, UNESP, Presidente Prudente, SP. 2008.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Abordagens e concepções de território**. 1 ed. Expressão Popular. São Paulo –SP. 2007.

_____. SILVA, Sueli Santos da. **Milton Santos: Concepções de geografia, espaço e território**. In: Geo UERJ - Ano 10, v.2, n.18. p. 24-42. 2º semestre de 2008.

_____. SINHORINI, José. Modernização da agricultura: territorialização, mudanças, dominação. In: **Terr@Plural**, Ponta Grossa PR, v.2, n.2, p.183-197, jul./dez., 2008.

_____. Por uma abordagem Territorial. In: Saquet. Marcos Aurélio; Sposito, Eliseu Savério. **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. 1.ed. Expressão Popular: UNESP. Programa de Pós-Graduação em Geografia. São Paulo – SP, 2009.

_____. CANDIOTTO, Luciano Zanetti Pessoa; ALVES, Adilson Francelino. Construindo uma concepção reticular e Histórica para estudos territoriais. In: Pereira. Silvia Regina; Costa. Benhur Pinós; Souza. Edson Belo Clemente de. **Teorias e práticas territoriais: análises espaços-temporais**. 1 ed. Expressão Popular. São Paulo –SP. 2010.

_____. EDUARDO, Márcio Freitas. **A Abordagem Territorial como perspectiva Teórico-conceitual: insights sobre a Agroecologia no Sudoeste paranaense**. In: Anais XVI Encontro Nacional dos Geógrafos, Porto Alegre- RS. 2010.

_____. **Por uma Geografia das territorialidades e das temporalidades: uma concepção multidimensional voltada para a cooperação e para o desenvolvimento territorial**. 1º ed. São Paulo: Editora Outras Expressões, 2011.

_____. Campo-território: Considerações teórico-metodológicas. **Campo-Território: Revista de Geografia Agrária**, Uberlândia, v. 1, n. 1, p. 60-81, fev. 2006.

SAUER, Sérgio. **Agricultura versus agronegócio: a dinâmica sociopolítica do campo brasileiro**. Embrapa Informação Tecnológica (Texto para Discussão). Brasília, DF. 2008.

SCHNEIDER, Sergio. **A pluriatividade na agricultura familiar**. Editora da UFRGS. Porto Alegre – RS. 2003.

_____. Teoria social, agricultura Familiar e pluriatividade: **Revista brasileira de Ciências Sociais** - vol. 18 nº. 51, Fevereiro de 2003.

SPOSITO, Eliseu Savério. Sobre o conceito de território: Um exercício metodológico para a leitura da formação territorial do Sudoeste do Paraná. In: Ribas. Alexandre Domingues; Sposito. Eliseu Savério; Saquet. Marcos Aurélio. **Território e desenvolvimento: Diferentes abordagens**. Francisco Beltrão: Unioeste, 2004.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade. **Estudos Sociedade e Agricultura**.p. 42-61. Rio de Janeiro, 21, Outubro, 2003.



Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Campus de Francisco Beltrão

Rua Maringá, 1200 - Bairro Vila Nova - CxP. 371 - CEP 85605-010
 Fone: (46) 3520-4848 Fax: (46) 3520-4849 - Francisco Beltrão - PR



(Anexo) ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA AGRICULTORES FAMILIARES

Data: ____/____/____ Unidade N: ____

Entrevistado (a) Nome: _____ Idade: ____

Sexo: Masc. ☐ Fem. ☐

Dados gerais da Unidade de Produção

1) Número de membros na unidade familiar:

- | | |
|--------------------------------|---------------------------------------|
| 1 ☐ (1) | 4 ☐ (4) |
| 2 ☐ (2) | 5 ☐ (5) |
| 3 ☐ (3) | 6 ☐ Mais que 5 |

2) Condição de uso da terra:

- | | |
|--|--------------------------------------|
| 1 ☐ Proprietário | 4 ☐ Empregado |
| 2 ☐ Filho de proprietário | 5 ☐ Outro |
| 3 ☐ Arrendatário | |

3) Forma de desenvolvimento de atividade agrícola interna:

- | |
|--|
| 1 ☐ Não desenvolve atividades agrícolas |
| 2 ☐ Somente por membros familiares |
| 3 ☐ Terceirizada (arrendada) |
| 4 ☐ Empregados temporários |
| 5 ☐ Empregados permanentes |
| 6 ☐ Outros |

4) Se é proprietário(a), como obteve a propriedade?

- | | |
|------------------------------------|------------------------------------|
| 1 ☐ Herança | 3 ☐ Outros. |
| 2 ☐ Compra | |

5) Tempo habitando na unidade em anos:

- | | |
|---|--|
| 1 ☐ Menos de 3 | 4 ☐ Entre 10 e 20 |
| 2 ☐ Entre 3 e 5 | 5 ☐ Mais de 20 |
| 3 ☐ Entre 5 e 10 | |

6) Principal fonte de renda da família:

- | | |
|---|---|
| 1 ☐ Agricultura | 5 ☐ Aposentadorias, pensões |
| 2 ☐ Pecuária Leiteira | 6 ☐ Integração (Avicultura, fumo, etc) |
| 3 ☐ Assalariado Urbano | 7 ☐ Outros |

4 ☐ Assalariado Rural

7) Distância da unidade da cidade:

1 ☐ Menos de 3 km

4 ☐ Entre 5 e 10 km

2 ☐ Entre 3 e 5 km

5 ☐ Mais de 10 km

8) Tamanho da Propriedade em alqueires:

1 ☐ Até 5

5 ☐ De mais de 30 a 50

2 ☐ De mais de 5 a 10

6 ☐ De mais de 50 a 100

3 ☐ De mais de 10 a 20

7 ☐ Acima de 100

4 ☐ De mais de 20 a 30

9) Qual a renda média mensal total da familiar (em salários mínimos)?

1 ☐ Menos de 1

4 ☐ Mais de 3

2 ☐ De 1 a 2

5 ☐ Não sabe

3 ☐ De 2 a 3

10) Principal atividade desenvolvida na unidade de produção:

1 ☐ Agricultura extensiva (soja, milho, etc)

2 ☐ Pecuária Leiteira (comercialização de leite)

3 ☐ Pequenos cultivos, para consumo (feijão, mandioca, gado de corte, etc)

4 ☐ Produção de frutas, verduras (venda de produtos)

5 ☐ Integração com empresas (aviários, suinocultura, fumo, etc)

6 ☐ Outros

Identificação de fatores e influências territoriais atuantes na unidade de produção

11) Realizam financiamento para alguma atividade interna na unidade de produção?

1 ☐ Sim

2 ☐ Não

Se sim, em que atividade? _____

12) E associado em alguma cooperativa ou associação de produção e/ou comercialização?

1 ☐ Sim

2 ☐ Não

Se sim, qual? _____

13) E associado e sindicato da categoria a qual pertence?

1 ☐ Sim

2 ☐ Não

14) E associado a cooperativa de crédito?

1 ☐ Sim

2 ☐ Não

15) Participam de alguma atividade ou grupo na comunidade?

1 ☐ Sim

2 ☐ Não

Se sim, qual? _____

16) Tem intenção de sair em direção a cidade no período de um ano?

1 ☐ Sim

2 ☐ Não

27) Considera o salário um fator que influência o desenvolvimento de uma atividade fora da propriedade?

1 ☐ Sim

2 ☐ Não

28) Meio de transporte para deslocamento ao trabalho por membros pluriativos:

1 ☐ A pé

4 ☐ Carro

2 ☐ Bicicleta

5 ☐ Ônibus

3 ☐ Moto

6 ☐ Outros

29) Como são definidas as atividades dos membros da família?

Membro da família (Nome)	Idade	Escol.	Local (A)	Horas diárias	Localiz. (B)	Remuneração em R\$/mês

Cód.	(A) Local (Atividade)	Cód.	(B) Localização do trabalho
1	Na propriedade	01	Na Unidade de produção
2	Outra propriedade Rural	02	Na Comunidade
3	Indústria	03	Área urbana do município
4	Comércio	04	Outro município
5	Construção civil		
6	Funcionário público		
7	Outros		

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Título do trabalho: **Pluriatividade na agricultura familiar do município de Itapejara d' Oeste – PR**

Pesquisador responsável: Rogério Michael Musatto

Gostaria de convidá-lo(a) participar da pesquisa que estou desenvolvendo para a construção de Dissertação de Mestrado, sob orientação da Profª. Drª. Roselí Alves dos Santos do curso de Geografia da Unioeste. O objetivo da pesquisa é compreender os fatores e consequência territoriais no desenvolvimento de atividades não agrícolas por parte de agricultores familiares. É importante ressaltar que será mantida a confidencialidade do sujeito e que os dados serão utilizados somente para fins científicos. Esperamos contar com a sua colaboração nesta pesquisa que acreditamos ser de fundamental importância para realização dos objetivos propostos.

Eu autorizo a utilização das informações por mim prestadas de acordo com o exposto neste termo de Consentimento.

Data: ____/____/____

Assinatura_____